

CERAVOLO, Suely M. **Proposta de sistema de informação documentária para museus (SIDM)**: a organização da informação para o Museu de Anatomia Veterinária (FMVZ/USP). Dissertação. Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 1998.

Observação: Com o passar do tempo perde-se arquivos, transmuta-se a tecnologia. Perderam-se os agradecimentos, a dedicatória (*in memoriam* a Waldisa Rússio Guarnieri), a epígrafe, o poema *As coisas* de Jorge Luís Borges que abria o trabalho impresso, a nota sobre as traduções, a lista de siglas usadas, mas, indicadas ao longo do texto, e mesmo a Introdução que se inicia com a minha atividade então exercida no Museu de Anatomia Veterinária (MAV) da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ/USP) e a descrição dos capítulos. Foram retirados da presente versão da dissertação dois anexos que contém a reprodução do *Cabeçalhos de assunto em Veterinária*, volume 3, Índice classificado (1981) e volume 3 que demonstram a distinção entre a Linguagem Documentária aplicada a livros e outros impressos e o exercício de organização da informação no domínio deste Museu.

Com a alteração do tipo de impressão e dimensão da letra (Verdana 9 para o texto, e 8 para as notas) mudou, evidentemente, a numeração das páginas que não seguem a paginação do impresso original. Reproduzo o sumário com a nova paginação com a numeração de tópicos que estavam incorretos e que devem ser indicados por aqueles que porventura consultarem este trabalho indicando o acesso *on-line*.

Fui orientada pela profa. Dra. Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo que, posteriormente, também me acompanhou no doutorado. A ela sou sempre grata.

Suely Moraes Ceravolo
Maio 2017
Departamento Museologia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

CAPITULO I – O Museu de Anatomia Veterinária “Prof. Plínio Pinto e Silva” da FMVZ/USP	3
1 Museu de anatomia veterinária: “esse estranho ramo do conhecimento”	3
2 Origem da Medicina Veterinária na USP	5
3 O Museu de Anatomia Veterinária da FMVZ/USP: arcabouço material e relações internas e externas	6
3.1 As coleções	6
3.2 A exposição	8
3.2.1 De coleção para exposições de peças anatômicas: as mudanças de endereços e de propostas	11
3.2.2 Dois períodos: sobre a exposição no bloco 7	12
3.3 O público	13
3.4 A documentação	15
3.4.1 Primeiras intervenções na documentação do MAV	17
CAPITULO II – Sobre a documentação em museus: características e funções	19
1 Fundamentos teóricos e metodológicos da pesquisa	19
2 Desenvolvimento da documentação em museus: recortes sincrônicos	23
2.1 Tendências da documentação de museus: a perspectiva européia e a perspectiva norte-americana	28
3 A documentação a partir do objeto	31
3.1 O objeto como documento no Museu	31
3.1.1 Objeto e contexto: a busca da informação associada para o MAV	33
3.1.2 A interligação entre a pesquisa e a documentação de museus	34
3.2 De coleção para acervo: a formação de estoque informacional	35
4 Sistemas de documentação em museus (SDM): conceitos	36
4.1 Funções e objetivos dos sistemas de documentação em museus	39
4.2 Etapas de processamento técnico	40
4.2.1 Catálogos e catalogação em museus	40
4.2.2 Dados ou categoria de dados	41
4.3 Comentários	43
CAPITULO III – A organização da informação pela Documentação	48
1 A Análise Documentária: processo e produtos	48
2 Representação documentária	50
2.1 As Linguagens Documentárias (LDs)	51
3 Terminologia	53
3.1 O aporte da Terminologia para as Linguagens Documentárias	53
4 O tratamento da informação em outros suportes informativos	54
5 Uma proposta de organização da informação documentária de museus: o trajeto de um SIDM (Sistema de Informação Documentária de Museu)	56
CAPITULO IV – Um ensaio: subsídios para um SIDM aplicado às coleções do MAV	60
1 O objetivo do SIDM (Sistema de Informação Documentária de Museu) para o MAV	60
1.1 Usuários	60
2 Problemas para a indexação de peças anatômicas	61
2.1 Aspectos conceituais	61
2.2 Aspectos práticos	62
2.3 Terminologias da área de Medicina Veterinária	68
2.3.1 <i>Nomina Anatomica Veterinaria</i> (N.A.V.)	68
2.3.2 Cabeçalhos de Assunto em Veterinária (1981)	69
2.3.3 CAB Thesaurus (2ª. Edição 1990)	69
3 Um ensaio	70
3.1 Sistema nacional para as coleções do MAV	71
3.1.1 Para a organização de uma linguagem de recuperação da informação	74
CAPITULO V – Conclusões	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80

CAPITULO I**O Museu de Anatomia Veterinária "Prof. Plínio Pinto e Silva" da FMVZ/USP****1. Museus de anatomia veterinária: "esse estranho ramo do conhecimento"**

"Nenhuma história da anatomia comparada pode ignorar a parte considerável desempenhada pelos museus (...)"

F.J.COLE

Ao iniciarmos nosso trabalho no Museu de Anatomia Veterinária (MAV) buscamos museus similares, mas esses são raros no Brasil¹, embora conforme F.J. Cole (COLE: 1949: 443), coleções com peças anatômicas tenham surgido na Europa a partir do século XVI, com preocupações vinculadas ao naturalismo da época.

Durante o período medieval, os limites técnicos na preparação de peças anatômicas eram estreitos e ficavam na dependência dos "segredos" de líquidos preservantes e dos recipientes (vidros), ambos de alto custo, restringindo a coleta de material à peças de natureza não perecível como esqueletos, chifres, corais, cascas de ovos, peles, sementes, esponjas, fósseis, minerais, entre outros. Mas, mesmo com limitações, já eram realizadas preparações anatômicas. Para Tompsett o estudo da anatomia² e dessas preparações imbricam-se de tal modo que há dificuldades em separar uma da outra (TOMPSETT; 1956: ix).

A anatomia não teria sido uma causa mas efeito na busca pela compreensão de princípios biológicos, justamente no momento em que se precipitava o desenvolvimento das chamadas ciências modernas. Muitos avanços da medicina são tributários dos estudos anatômicos, embora as dissecações ou (dissecções) fossem proibidas pela Igreja. O corpo de animais auxiliava então na compreensão das estruturas do corpo humano, considerado sagrado. Richard Gordon relata que a dissecação dos cadáveres humanos não deixava de acontecer, mesmo com tal interdição, sendo que o "material era filantropicamente fornecido por criminosos". Este autor narra a prática da dissecação e o uso de animais comentando: "Galeno reclamava que um médico sem anatomia era um arquiteto sem um plano, mas ele também tinha de se contentar com a dissecação dos macacos da Berbéia, que enfeitam hoje Gibraltar. Trotula (c.1050), uma das 'damas obstetras de Salerno'(...) foi celebrizada de Navarra a Paris na canção 'Dame Trot' pelo famoso trovador Rutebout, mas mesmo assim tinha que dissecar porcos. Ela se consolava com o fato de os porcos serem iguais aos homens, por dentro." E emite sua opinião: "A religião (...) sufocou a medicina durante 15 séculos" (GORDON; 1996: 9).

Ainda que a história da Medicina Veterinária, como de outras áreas científicas, tenha as mais antigas raízes, tendo se formado ao longo dos tempos nas mais diversas civilizações

¹Segundo o **Guia de Museus Brasileiros**, publicação do Banco de Dados sobre Patrimônio Cultural, Universidade de São Paulo (1996) há, no Brasil, um museu de Anatomia Animal Comparada na Universidade Federal de Viçosa (MG), e outros de Anatomia Humana nas Universidades Federais do Paraná e em Londrina, e no Instituto de Ciências Biomédicas na USP.

² Anatomia, etimologicamente de origem grega, corresponde a *ana-*, em partes e *temnein*, cortar. "A combinação dos termos significa dissecação"(DIDIO; 1974:1).

(mesopotâmica, egípcia, chinesa, grega, romana, entre os povos islâmicos, bizantinos e tantos outros) pela convivência com os animais, fosse pelo sacrifício aos deuses, pela reverência ou ainda pela necessidade prática de cuidá-los, curiosidade ou interesse, a dimensão histórica de sua formação leva-nos a inferir o desenvolvimento paulatino de especializações. A Anatomia, por exemplo, teve no grego Galeno (c. 130 - c. 200 d.C.) um de seus grandes mestres. Cirurgião de escolas de gladiadores em Roma, escritor de tratados (como o *De Anatomicis Administrationibus* - "Sobre Procedimentos Anatômicos"), formulou seus conhecimentos a partir de posturas aristotélicas revidando-as³, e tirou da dissecação de animais mortos em arena, e mesmo de porcos, macacos, bois, cabras, a base de extrapolação de suas hipóteses para compreender as funções do corpo humano. Essa base experimental foi significativa para o desenvolvimento dos estudos comparativos (DUNLOP *et alii*; 1996: 120ss.).

Segundo Didio, a anatomia tida no passado como o "galho seco da árvore biológica" ou o "catálogo de coisas mortas", foi por muito tempo sinônimo de "dissecação", mas visa conhecer estruturas do organismo vivo "desde os níveis macroscópicos até os subcelulares". Forma e função, intrinsecamente relacionadas, formam o princípio básico, doutrina ou máxima da anatomia determinada por Ruffini em 1925: "a forma é a imagem plástica da função", isto significando que esse estudo visa o relacionamento de estruturas do corpo com seu funcionamento fisiológico (DIDIO; 1974:1). A anatomia veterinária, seguindo o mesmo princípio, volta-se para as estruturas do corpo de animais domésticos ou silvestres, com vistas a sua saúde (Manual de Anatomia Veterinária; 1992: 2).

Os museus⁴ de anatomia propriamente ditos teriam surgido no século XVII, concomitantemente à formação das sociedades científicas reais, como a Sociedade Real de Londres, em 1662 ou a Academia Francesa de Ciências, em 1666. As coleções de certo modo concretizavam a curiosidade e a busca pela compreensão de doenças e deformidades, sendo que, embora fossem conjuntos fortuitos de "objetos naturais", havia a tendência em valorizar as habilidades manuais daqueles que preparavam as peças. Uma coleção que parece ter tido uma significativa importância no século XVIII foi a de Frederik Ruysch, que publicou um catálogo sobre coleções zoológicas, descritas em 1710, e suas séries de peças anatômicas "com mais de 1300 preparações montadas em líquidos". Tido como um grande "preparador", Ruysch ocupou posição de destaque e manteve em segredo os seus métodos de conservação até sua morte, no ano de 1731. Essas coleções incluíam peças humanas e peças de animais, esses considerados, entretanto, somente como uma espécie de campo de exercício de dissecações para demonstrações, o que leva Cole a afirmar que não havia nesse período preocupação com uma classificação científica dos animais ou órgãos, ou mesmo na construção de "um sistema filosófico anatômico" (COLE; 1949: 458).

³ Segundo Robert Dunlop e David Williams, a maior contribuição de Galeno foi a de corrigir "um erro colossal" cometido por Aristóteles, sobre a função do cérebro (DUNLOP *et alii*; 1996: 174).

⁴ Como instituições específicas, os museus possuem origens remotas associadas ao advento do colecionismo e depois aos gabinetes renascentistas, denominados 'gabinetes de curiosidades' ou 'câmaras de maravilhas', marcos do processo de consolidação dos museus ao longo do século XVIII e XIX (SUANO; 1986; LOPES; 1993).



Desenho Ilustrado de um conjunto anatômico da coleção de Ruysch, 1703. COLE; 1949: 459

O autor relata ainda que nesse período as coleções primavam pelo pitoresco, em detrimento dos princípios anatômicos e mesmo biológicos, mas o papel dos museus com coleções anatômicas foi de extrema importância para os estudos anatômicos comparados:

“Nenhuma história da anatomia comparada pode ignorar a parte considerável desempenhada pelos museus para o desenvolvimento dos estudos anatômicos, e é necessário perguntar nessas condições como foi possível a fundação desse estranho ramo do conhecimento”
(COLE; 1949: 443).

A história das ciências no Brasil vincula-se também sob muitos aspectos, aos museus aqui instalados cujas origens encontram-se associadas, entre outros motivos à transferência da corte portuguesa para o Reino Unido do Brasil em 1808, que implementa Instituições como o Jardim Botânico, auxilia expedições zoológicas, funda museus formados por coleções reais e de particulares vindas da Europa ou coletadas por viajantes. O perfil dessas coleções e os modos de investigação eram inspirados na experiência européia: coleções ecléticas expostas para um público de especialistas e interessados. No decorrer do século XX muitas dessas coleções foram reorganizadas e subdivididas segundo as especializações acadêmicas, a valorização das ciências experimentais e aplicadas (ALMEIDA; 1995: 11).

2. Origem da Medicina Veterinária na USP

No ano de 1914 é fundada na cidade do Rio de Janeiro uma escola de medicina veterinária para treinar os militares veterinários da Armada Brasileira (DUNLOP *et alii*; 1996: 201). Em São Paulo, em 1919, há a criação do Instituto de Veterinária, da Secretaria da Agricultura de São Paulo, com os departamentos de Parasitologia e Anatomia. Mas em 1934, na interventoria de Armando de Salles Oliveira, uma comissão cria a Universidade de São Paulo. A escola de Veterinária, anexa à Secretaria da Agricultura, foi fechada e em seguida inaugurada dentro da Universidade recém-criada, dando origem à Faculdade de Medicina Veterinária, com alguns professores-médicos.

Alguns médicos vieram para o campus universitário e criaram núcleos, como é o caso da Anatomia, muito ligado à Medicina Humana, sendo um de seus representantes o professor Dr. Max Barros Erhart, seguidor da escola boveriana.

A chamada “escola boveriana” nasceu com o professor Alfonso Bovero⁵ tido como expoente da Anatomia mundial, vindo da Itália para São Paulo a convite do Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho, fundador da Faculdade de Medicina de São Paulo. O professor Bovero teve vários discípulos, que

⁵ Alfonso Bovero nasceu em 1871, em Pecetto Torinese, aldeia do Piemonte, Itália. Realizou curso universitário em Turim, formando-se em 1895. Em 1914 foi convidado pelo Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho para reger a cadeira de Anatomia Humana na Escola de Medicina da USP. Faleceu em Turim em 1937. É considerado pelo Prof. Dr. Carlos da Silva Lacaz como o criador de uma verdadeira “Escola de Anatomia” (LACAZ; 1986: 34-35).

formaram o que hoje é o estudo moderno de Anatomia no Brasil⁶, sendo que sua influência pode ser sentida na Anatomia Veterinária, daquela tributária, estando aqui interpenetradas, pois o corpo de professores da Escola de Veterinária possuía uma formação em Medicina Humana, inclusive na área de Anatomia.

Os primeiros exercícios relativos ao preparo das peças que hoje compõem as coleções do MAV foram iniciados, segundo o Prof. Dr. Plínio Pinto e Silva, patrono do Museu de Anatomia Veterinária da FMVZ/USP, através das aulas do Dr. Max, quando os animais eram sacrificados, e as aulas práticas dadas na própria peça. Alunos e professores eram os seus preparadores. Guardavam-se as peças tidas como “bonitas”, e o exercício de técnicas anatômicas⁷ incentivava, nos anos seguintes, a elaboração de novas peças anatômicas, usadas fundamentalmente para fins didáticos.

3. O Museu de Anatomia Veterinária da FMVZ/USP: arcabouço material e relações internas e externas

Ao lidar-se com a realidade de um museu, neste caso o Museu de Anatomia da Veterinária (MAV), devemos a princípio expor e discutir o que poderia ser considerado como o arcabouço material de um museu em suas relações internas e externas.

Necessariamente, o museu apresenta-se fundamentado na existência de elementos distintos e interligados em um sistema de relações, que delineiam o caráter de uma instituição: a coleção, a exposição e o público. Destes, ao menos dois elementos constituem-se no interior do museu (coleção e exposição), sendo que o outro, o público, consiste no sujeito externo, receptor de suas ações, sem o qual o museu perderia sua finalidade última, a de ser um agente intermediador do acervo e seu potencial informativo com a sociedade na qual se insere. A exposição é a face aparente do museu, seu ponto mais imediato de contato com o público, tendo sua identidade fundada na proposta museológica da instituição e nas coleções, que compõem seu estoque material de conhecimento.

3.1. As coleções

(...) pode-se constatar sem risco de errar que qualquer objecto natural de que os homens conhecem a existência, e qualquer artefacto, por mais fantástico que seja, figura em alguma parte num museu ou numa colecção particular. (...) Tudo se passa como se não houvesse outra finalidade do que acumular os objectos para os expor ao olhar.

Krzysztof POMIAN

⁶ O núcleo de pesquisa composto pelos discípulos do Prof. Alfonso Bovero se expandiu para praticamente todas as Escolas de Medicina, Odontologia e Veterinária, segundo depoimento do Prof. Plínio Pinto e Silva, em 3 de abril de 1995.

⁷ As técnicas utilizadas foram trazidas da Europa pelo Dr. Bovero, que as transmitiu aos seus discípulos dentre os quais estava o Dr. Max e o Prof. Renato Locchi, que mais tarde tornaram-se mestres do Dr. Plínio Pinto e Silva. As técnicas mais utilizadas eram: a diafanização, a dissecação, a formolização, a glicerina, a injeção, entre outras (Depoimento do Prof. Plínio Pinto e Silva).

Pomian apresenta o que chama de definição descritiva de “coleção” como: “qualquer conjunto de objectos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das actividades económicas, sujeitos a uma protecção especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao olhar do público” (POMIAN; 1985: 53) Um paradoxo é criado do ponto de vista da conservação e preservação desses objetos quando a eles é atribuído valor de “preciosidade”, exigindo protecção especial. Nasce uma tensão quando os objetos retirados do circuito de uso são colocados sob a guarda de instituições, como nos museus, na medida em que o objeto adquire, entre outros valores, o de troca, caso por exemplo das obras de arte, como também o valor de referência. Ao participarem de coleções particulares ou estarem num museu⁸, os objetos possibilitam o usufruto de prazeres (como os estéticos) ou ainda podem auxiliar na aquisição de conhecimentos históricos ou científicos. Esse autor aponta como parâmetro para distinguir o objeto nas coleções sua exclusão do circuito de produção, e cria o conceito de objeto semióforo, aquele que perdeu sua utilidade, mas dotado de significado é recolhido e passa a ser representante do invisível. Tem-se assim de um lado as coisas “úteis” e de outro “os semióforos” - protegidos e expostos - os objetos de museus. Para formar-se uma coleção não importa a quantidade, mas sim a função que os objetos exercem na sociedade e sua importância comunicativa, a eles inerentes, de serem elos entre duas dimensões: a presente (visível) e a de fatos passados não mais presentes, este o sentido atribuído ao invisível. Os museus, através da investigação, têm a função de criar um consenso sobre o “modo de opor o visível ao invisível” (POMIAN; 1985: 84).

As peças anatômicas, por fazerem parte do reino animal, do universo “natural”, são consideradas, a princípio, excluídas de um círculo de actividades económicas. Isso muda, porém, a partir do momento em que consideramos as peças anatômicas como *artefatos*, já que só existem a partir da elaboração e preparo técnico executado por alguém. Como artefato entendemos “todo produto do trabalho humano (literalmente o que é feito com engenho humano). Possui, necessariamente, duas facetas inseparáveis: uma materialidade física (do que é feito o artefato) e uma atividade humana de transformação” (FUNARI; 1988: 78)⁹.

Nesse sentido, a peça anatômica enquanto artefato remete ao invisível, a um todo não presente, entendido como o conjunto orgânico (o corpo do animal) e também como o gesto e a intenção humana ao executar a peça anatômica, condicionando- a uma função referencial. A peça anatômica entra assim no campo da significação¹⁰.

Um outro conceito de coleção é apresentado por Maria Cecília França Lourenço. Para diferenciar “coleções” de “acervos”¹¹, ainda que ambos digam respeito ao intento de aglutinar coisas, a autora atribui a “coleção” a relação com o desejo voluntário, o lazer, o capricho, amuleto ou vaidade do sujeito que escolhe objetos, é assim fechada, isolada e privada. Têm-se um “acervo” quando além

⁸ O autor aqui refere-se a valores da cultura ocidental.

⁹ O conceito de artefato remete-nos à questão mais ampla da cultura material.

¹⁰ Significação é um termo usado pela teoria semiótica. Por significação, Greimas e Courtés entendem que ela só é apreensível no momento de sua manipulação: “(...) Esse fazer parafrásico pode ser considerado como representação de significação enquanto ato produtor, que reúne numa única instância o enunciatário-intérprete (..) e o enunciador-produtor. Enquanto atividade cognitiva programada, a significação se acha, então, suportada e sustentada pela intencionalidade (...)” (GREIMAS *et alii*; 1998, 419).

¹¹ No sentido dicionarial temos para “acervo” acúmulo, montão ou conjunto das obras de uma biblioteca, de um museu, etc. e para “coleção” conjunto ou reunião de objeto da mesma natureza ou que têm qualquer relação entre si, ou ajuntamento, quantidade. (AURÉLIO: 1986: 28 e 429)

da intencionalidade, também presente nas coleções, há atribuição de sentidos, critérios e interação de conjuntos. Isto pressupõe um trabalho cotidiano, nas palavras da autora, para o "(...) reconhecimento e a formulação de sentidos." Por trabalho a autora entende as metas estabelecidas a partir de um processo museológico (LOURENÇO; 1997: 302). Poderíamos dizer que a noção de "acervo" sobrepõe-se não só à idéia de coleção "coleccionista" de caráter particular, individual, demarcada por valores pessoais - origem e matriz de vários museus¹² - mas incide sobre as diferentes variáveis do trabalho desenvolvido nos museus, entre eles o processo de documentação.

Essas duas perspectivas conceituais são relevantes no nosso trabalho. A primeira, quando o autor considera a dimensão invisível do objeto, e a segunda, quando a autora discute a questão da transformação da coleção em acervo a partir do que a autora chama de trabalho cotidiano executado sobre elas. A primeira perspectiva nos interessa numa etapa posterior de trabalho quando compreende-se que, através da organização da informação sobre as coleções em questão, podemos chegar aos seus significados relacionando através da Linguagem o universo visível e concreto das peças, ao invisível e subjacente da Anatomia Veterinária, e por extensão o da Medicina Veterinária. A segunda perspectiva conceitual justifica nossa proposta de trabalho no MAV, iniciada a partir da mobilização de um processo para tal organização, visando a passagem das coleções do MAV em acervo do MAV.

No caso dessa instituição, mesmo que a primeira intenção na formação coleções não fosse de imediato a montagem de um "museu", antes de sua abertura oficial, em 1984¹³, elas ficavam à mostra em uma sala localizada nas dependências destinadas a ministrar as disciplinas de Anatomia Veterinária (no então bloco 4), recebendo visitas de professores e estudantes de 1º e 2º graus. As coleções do MAV somam hoje aproximadamente dois mil itens. São esqueletos de animais domésticos e silvestres, crânios, ossos diversos, animais taxidermizados (uma das técnicas anatômicas), dentes, segmentos de membros, vísceras formolizadas ou conservadas sob outras técnicas, cascos de animais, entre outros, divididos em Invertebrados (0.9%) e Vertebrados distribuídos nas seguintes classes taxonômicas: Mamíferos (81.2%), Aves (13.9%), Anfíbios (0.06%), Peixes (1.65%) e Répteis (2.27%)¹⁴.

3.2 A exposição

Na impossibilidade de se contar com um miraculoso Esperanto museológico, conviria adiantar que imagino se deva desenvolver a exposição a partir de um núcleo básico e simples, em que predomine a linguagem dos objetos (...) e em torno do qual se expandam faixas concêntricas (...) mas sempre voltadas para o mesmo núcleo básico em questão e de crescente complexidade.

Ulpiano T. Bezerra de MENESES

¹² Durante o período renascentista foram formadas grandes coleções, em geral nas mãos de famílias nobres, que posteriormente geraram os primeiros museus ao serem colocados sob a guarda de instituições, como por exemplo universidades. Caso das coleções de Elias Ashmole transferidas para a Universidade de Oxford, embrião do Museu Britânico. São muitos os autores que tratam desse momento, citamos a título de exemplo: LEÓN:1978; SCHREINER:1985; SUANO:1986; SCHAER; 1993. O ICOM (Conselho Internacional de Museus define museu como: "um estabelecimento permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, que coleciona, conserva, pesquisa, comunica e exhibe, para o estudo, a educação e o entretenimento, a evidência material do homem e seu meio ambiente" (COELHO; 1997:269).

¹³ As coleções foram transferidas para o bloco 7, travessa 4 da Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, na gestão do Prof. Dr. Vicente Borelli, então Diretor da FMVZ/USP, que inaugurou o museu em 17 de dezembro daquele ano.

¹⁴ Porcentagens calculadas sobre 1.449 (mil quatrocentos e quarenta e nove peças anatômicas). Cálculo realizado por Paulo Magalhães (FMVZ/USP), bolsista COSEAS/USP.

O planejamento de exposições de museu com coleções¹⁵ deveria nortear-se pela existência do objeto, mas ir além dele na medida em que contenha uma mensagem que de preferência seja explícita. Segundo Meneses uma "exposição museológica é "(...) a formulação de idéias, conceitos, problemas, sentidos, expressos por intermédio de vetores materiais" (os objetos). Um entendimento que para este autor não é nem pacífico, nem uma "camisa de força" (MENESES; 1992:108).

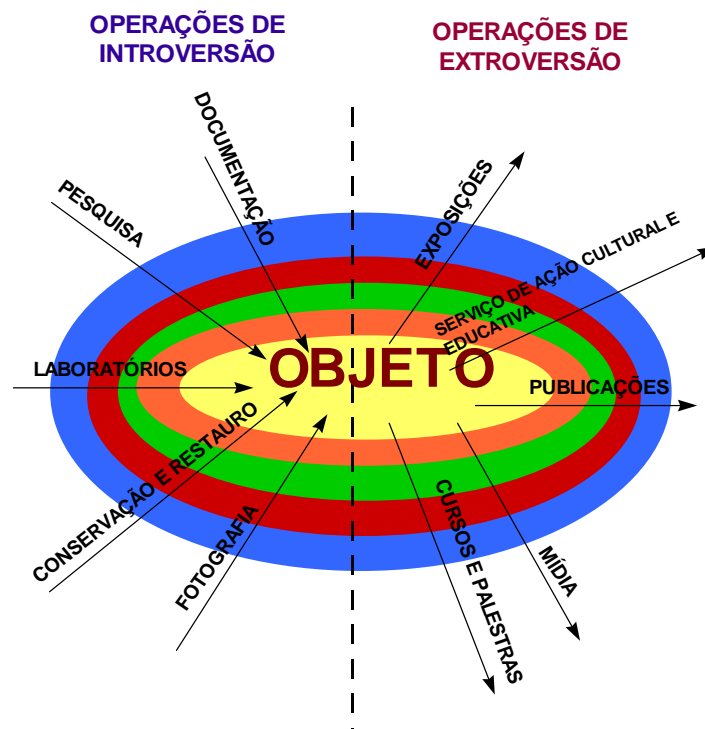
O ato de expor em museus, no entanto, levanta questionamentos, passando por dilemas como o equilíbrio entre os objetos e as idéias a eles relacionadas, a fetichização ou reificação das coisas em detrimento dos sentidos ou valores que são produzidos e mobilizados pela sociedade, o risco de se perder o valor documental pelo valor emblemático estereotipado, a substituição dos sentidos (uso metafórico do objeto), a simplificação da contextualização podendo causar distorções, o risco de tomar a exposição como discurso, uma vez que "a linguagem museológica é essencialmente espacial e visual" (MENESES; 1992:114).

Partindo do objeto, tido como o coração dos museus (PEARCE; 1986a: 198), e fazendo uma analogia com seu pulsar, as tarefas num museu organizam-se segundo dois movimentos contínuos e complementares até que se chegue à chamada comunicação museológica: introversão e extroversão.

Na etapa de **introversão**, considerando o objeto como centro irradiador de informações, acontecem as operações internas a um museu, como a pesquisa, a documentação, a conservação, o restauro e outras tarefas laboratoriais. Cada uma dessas perspectivas produzem dados a partir do suporte (o objeto), formando um "estoque" de conhecimentos a respeito das coleções. A função social desse estoque se realiza quando colocado em disponibilidade para o ambiente externo. O segundo movimento denomina-se **extroversão**, apoiado e vinculado ao primeiro movimento, visa à difusão do acervo, cujo ápice centra-se na exposição. As tarefas desse segundo movimento são executadas pela museografia expositiva, idealmente associada a outros meios para a divulgação do acervo: serviços de ação cultural, educativo, monitorias, publicações, entre outros. A exposição, como produto, resulta assim da interação contínua entre esses movimentos para responder às necessidades do público receptor.

¹⁵ Admitimos a possibilidade da existência de museus sem acervos.

PROCESSO DE COMUNICAÇÃO DO OBJETO NO MUSEU



Entretanto, a analogia enunciada anteriormente não esgota as variáveis do processo comunicativo no museu. O profissional de museu deve estar atento ao comprometimento político e intelectual do seu trabalho, sem esquecer que o museu é também espaço lúdico. Mas espera-se, segundo Meneses que a exposição concretize não só um intercâmbio de fruição e de aprendizado, mas também contextualize o objeto, além de incentivar o exercício do espírito crítico do visitante. Mas esse autor alerta para o fato de que no espaço expositivo os objetos encontram-se apresentados com sentidos pré-determinados, e por isso a exposição não é um processo natural, e como tal não pode ser tomada "(...) é vã a procura de recursos que permitam uma 'comunicação imediata' (grifo do autor) (MENESES; 1992:106). Entre as metas e as questões práticas de como executar ou operacionalizar os conceitos teóricos sobre as exposições de museus, há dificuldades a serem superadas¹⁶.

Conclui-se que os objetos em museus vão além da sua materialidade são signos e símbolos (PEARCE; 1986b: 131), contêm idéias e são assim relacionados à assuntos e/ou temas subjacentes, convergentes e complementares. O objeto sozinho não fala e para isso requer um sistema de relações construídas por meio de múltiplos apoios (legendas, textos, fotos, etc.) para transmitir sentido (s) numa exposição. Aciona-se um processo que nos lembra a relação texto-leitor, que de certo modo não pode ser controlada por mais parâmetros que sejam oferecidos. A informação aqui é "livre", diversa da informação documentária, escopo desta pesquisa.

¹⁶ Coloca Walter Neves, sobre o texto *A Exposição Museológica: Reflexões sobre Pontos Críticos na Prática Contemporânea* (de autoria de Ulpiano B. Meneses [1992]) que operar com a linguagem dos objetos expandindo-a em faixas concêntricas, desenvolvidas a partir daquele núcleo básico visando a heterogeneidade do público "esbarra em questões de solução museográfica quase intransponíveis, se não insolúveis" (NEVES; 1992:124-5).

3.2.1 De coleção para exposições de peças anatômicas: as mudanças de endereços e de propostas

As coleções de peças anatômicas foram acompanhando a transferência de endereços por que a Faculdade de Medicina Veterinária passou, da Rua Pires da Mota, no bairro da Aclimação, para a Cidade Universitária. Percebe-se nos depoimentos¹⁷ que a palavra “museu” era aplicada ao conjunto de peças anatômicas, que como vimos eram usadas com finalidades didáticas. Agrupadas, nos tempos da Pires da Mota, num mesmo espaço físico, localizado entre as salas do Prof. Dr. Orlando Marques de Paiva e do Prof. Dr. Plínio Pinto e Silva, elas eram acomodadas em balcões e prateleiras, deixando à mostra peças coletadas, doadas ou preparadas por docentes ou alunos.

Em 1968, a Faculdade de Medicina Veterinária foi transferida para o *campus* da Cidade Universitária, ocupando os conhecidos “barracões” da Veterinária, e mais uma vez as coleções ficaram entre salas de docentes e salas de aula, destinadas à disciplina de Anatomia do antigo Departamento de Cirurgia e Obstetrícia da FMVZ.

O “museu” entre as salas de docentes e salas de aula no barracão do bloco 4



A partir desse período, a coleta de peças era mais sistematizada¹⁸, acionada pelo interesse e/ou curiosidade que uma determinada peça poderia despertar, evidenciando estruturas anatômicas particulares, ou mesmo para ampliar conjuntos específicos já existentes. Alguns estudantes e docentes interessados iam em busca de peças similares em outro animal ou em outra espécie, aumentando o número de peças da coleção, tendo em mente duas possibilidades, a de ter mais elementos para ilustrar em aula a comparação entre estruturas anatômicas de animais, ou, se fossem consideradas como peças muito boas, ficavam à mostra no “museu”. Aos poucos os itens foram sendo agrupados por semelhanças ou diferenças. De algum modo a perspectiva didática dessa mostra se fazia presente.

¹⁷ Para se ter uma idéia do que foi o início da formação das coleções de peças anatômicas, recorreu-se à lembrança de mestres, como o Prof. Dr. Plínio Pinto e Silva. Este depoimento fez parte de um Projeto de História Oral implantado nos inícios de 1994, com o apoio, a princípio da FUNDAP e posteriormente da CECAE/USP. O projeto contou com a orientação científica da Profa. Leila K. Bussab, e com a participação de Taís Baltieri (História/USP), bolsista. Uma entrevista coletada foi a do Prof. Plínio Pinto e Silva.

¹⁸ Segundo informações da Profa. Dra. Irvênia de Santis Prada.

Uma terceira mudança ocorreu nos anos 80, na época dos festejos do cinquentenário da USP em 1984. A coleção foi transferida para o bloco 7 em dezembro daquele ano quando um grupo de docentes, alunos e funcionários formaram um mutirão para a montagem da exposição, num esforço de torná-la aberta ao público. Com comemorações é inaugurado o "Museu Prof. Plínio Pinto e Silva" da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo. O museu e o Hospital Veterinário (HOVET) são tidos pela FMVZ/USP como seus órgãos de prestação direta de serviços à comunidade.

3.2.2 Dois períodos: sobre a exposição no bloco 7

A transferência das coleções de peças anatômicas para um espaço maior no bloco 7, respondia à demanda do público já existente há muitos anos, como impôs um arranjo dessas coleções de um modo diferente do anterior. Assim, a montagem da exposição nesse local exigiu por parte de seus mentores a definição de critérios para a montagem da exposição, ainda que não houvesse ocorrido um planejamento propriamente museológico¹⁹.

A distribuição das peças sugere a relação da coleção com a Anatomia Comparada (ou comparativa²⁰), evidenciando semelhanças e diferenças entre animais da mesma espécie e entre espécies distintas, sendo que algumas vísceras desses animais foram colocadas próximas aos esqueletos de forma que o visitante pudesse fazer a correlação esqueleto-vísceras, através da observação visual. O arranjo fundamentou-se na aproximação das classes taxonômicas ali representadas, tendo nas espécies o maior ponto de contato.

Assim, os esqueletos foram arrumados pela classificação dos seres vivos²¹, procurando seguir a *Classe*²² (Mamíferos, Aves, Peixes, Répteis), a *Ordem*, e *Família* (Equidae, Bovidae, Suidae, Canidae), sendo priorizados, pela própria parcialidade do acervo, mais os *Gêneros* e *Espécies*²³. O critério taxonômico não pôde ser seguido com rigor, dada a ausência de espécimes representativos de toda a cadeia taxonômica. Essas ausências dificultaram a aproximação ou agrupamento, sendo que alguns esqueletos de animais formaram um núcleo expositivo denominado "Diversos". Privilegiou-se assim, pelo que havia de elementos representantes, mais as *Espécies*. Um outro elemento importante, implícito nessa taxonomia é a forma da cadeia alimentar, que os divide em

¹⁹ Entendemos que um plano ou projeto museológico baseia-se em primeiro lugar numa proposta conceitual, seguida da seleção de objetos, escolha da linguagem de apoio como textos, fotos, legendas etiquetas, desenho do mobiliário, controle de temperatura, luz e umidade, só para citar algumas variáveis participantes de tal planejamento.

²⁰ "A anatomia comparativa, como o nome sugere, estabelece comparações entre os aspectos anatômicos de diferentes animais depois de completado o seu desenvolvimento (DIDIO; 1974: 3).

²¹ Essa classificação foi o tema do trabalho do naturalista sueco de Karl von Linné, denominado **Systema naturae** (*Sistema natural*), publicado pela primeira vez em 1735. Linné baseou-se na estrutura corporal básica (plano corporal, esqueleto, etc.) reunindo-os, para criar categorias, por características semelhantes. A taxonomia biológica não é estática e mais contemporaneamente além das semelhanças anatômicas, fisiológicas (de função) e comportamentais, as semelhanças genéticas e bioquímicas são levadas em consideração tendo em vista um grau mais preciso de classificação (AMABIS *et alii*; 1990:151).

²² **Táxon** é o nome geral usado para um grupo de animais por sua vez hierarquiza-se do mais abrangente para o menos abrangente - **filo, classe, ordem, família, gênero, espécie**. Na afirmação de Milton Hildebrand: "Todo animal *tem* uma classe, ordem, família, etc., seja isto declarado ou não" (HILDEBRAND; 1995: 33).

²³ **Espécie** "é um grupo de populações naturais efetiva ou potencialmente capazes de intercruzar-se e isoladas reprodutivamente de outros grupos semelhantes. Uma espécie não é um espécime que é encaixado em uma determinada categoria com base em critérios morfológicos; é um grupo de animais que têm caracteres morfológicos em comum mas que são reunidos com base na relação entre seus membros capazes de reprodução" (HILDEBRAND; 1995: 33).

animais carnívoros e herbívoros, fundamental para distinções anatômicas comparativas e especialmente para a Anatomia Veterinária. Quanto às vísceras disponíveis, por sua vez também não formando conjuntos exaustivos e completos, foram distribuídas tendo em vista o critério de pertinência com os esqueletos.

Não se tratava assim de uma mostra de peças soltas. Observamos que havia um nítido esforço de contextualizar a coleção num quadro referencial associado à anatomia comparada, mas essa intenção ficou implícita ao público em geral, sendo possivelmente compreendida apenas por especialistas. Esses princípios de arranjo museográfico foram, até onde temos conhecimento, espontâneos.²⁴ Sem qualquer outro apoio museográfico além das placas indicativas das espécies, a exposição do MAV carecia de elementos que auxiliassem o visitante a compreender a intenção de evidenciar a anatomia comparada.



Panorâmica da exposição do MAV 1998

Um segundo momento iniciou-se em 1993, quando ocorreram intervenções²⁵ no arranjo da exposição, sem contudo alterar a proposta original. A partir dos nossos primeiros passos de trabalho iniciados pela documentação, houve inclusive reatualização a classificação taxonômica²⁶, o que possibilitou uma outra aproximação dos esqueletos na exposição. Esse

trabalho deixou transparente o universo do que tínhamos em mãos, as ausências de um lado, e as potencialidades de outro, que ainda podem ser exploradas em exposição.

3.3 O público

Público: (...) remete ao conjunto de pessoas que não apenas praticam *uma* atividade determinada mas diante dela assumem *um mesmo tipo de comportamento* (...) existe um público quando o conjunto de pessoas que esse termo designa coloca-se sob um mesmo guarda-chuva semântico (...)

Teixeira COELHO

²⁴ Não é escopo desta pesquisa uma análise sobre a exposição, contudo faz-se o seguinte comentário: o prédio onde se encontra o MAV (um barracão) foi adaptado para receber as coleções, apresenta situação complexa para a conservação das coleções, ainda que essas sejam resistentes pela própria natureza do material (ossos, peças preservadas em líquidos, etc.). Vale lembrar que a espontaneidade criativa para a montagem de exposições em museus, sem o referencial da Museologia, fica na situação similar ao uso do "bom senso" na catalogação de livros em bibliotecas - uma atitude criticada e descartada como metodologia para o desenvolvimento de um trabalho.

²⁵ Algumas intervenções foram introduzidas até a presente data visando diminuir ambigüidades ou para evitar a transmissão de informações não adequadas. Cita-se a título de exemplo a desmontagem de uma espécie de painel pintado sobre uma parede com uma floresta sem características definidas, sobre o qual foram deixados expostos, ao toque inevitável dos visitantes animais taxidermizados de regiões geográficas diferentes. Sobreposto ao painel, encontrava-se um quadro ilustrativo sobre o Manguézal. Em 1996, num mutirão realizado com estagiários e funcionários do MAV, cores foram aplicadas criando fundos e contrastes para destacar as peças, armários foram transformados em vitrines para preservar animais taxidermizados. Na entrada da exposição foram criados dois mostruários: um com peças liberadas para o toque, e outro para apresentar algumas técnicas anatômicas. As palavras OLHE, OBSERVE E COMPARE, aplicadas numa parede de entrada, sugerem ao visitante a proposta para o exercício da comparação.

²⁶ Pesquisa realizada por Ana Moraes, então estagiária do MAV pela FUNDAP.

Na sua conceituação, Teixeira Coelho, alertando para a dificuldade em definir o termo “público” considerando-se a estrutura de sociedade de massas, apresenta como um traço comum do conceito a “relativa homogeneidade de sentimentos, pensamentos, juízos de valor, reações e usos que atuem como denominador comum entre as pessoas que o constituem.” Estudos qualitativos, mais do que os quantitativos, ainda devem ser realizados para que seja possível identificar-se “o verdadeiro público” de uma dada manifestação cultural, sendo que diferentes tipos de museus têm diferentes tipos de público: idosos, jovens, contemplativos, e assim por diante (COELHO;1997:324). Afinal, numa linha diacrônica do tempo, a abertura dos museus ao público resultou de um processo lento, atrelado à mudanças econômicas e de política educacional dos séculos XVI -XVIII. A visitação exigia até mesmo normas de comportamento (SUANO; 1986: 22-48). Atualmente realizam-se pesquisas com o objetivo de estudar as reações dos visitantes para adequar os planejamentos das exposições às suas expectativas ou necessidades²⁷.

Tendo na exposição o ponto de encontro das coleções e o público, segundo George Henri Rivière²⁸, é fundamental que as exposições associem-se à pesquisa, necessária para a investigação dos conteúdos das coleções, pois aí se encontra a fonte alimentadora para responder às necessidades apresentadas pelo público. Serão os agentes - exposição e outros intermediadores - que passarão a agir assim interativamente com aquelas necessidades. Essas não podem ser esquecidas pois aos museus cabe contribuir para a Educação e para a Cultura (LA MUSÉOLOGIE SELON G. H. R.: 1989: 269).

No entanto entre acervo e público, os agentes intermediadores ficam na tensa situação de servirem de “intérpretes”, entre as linguagens de especialidade, domínio de comunidade científicas²⁹, restritas e relacionadas a áreas do conhecimento, com a linguagem natural, domínio dos falantes de uma mesma língua, fazendo surgir necessários ajustes entre uma e outra para que se chegue ao pretendido diálogo entre a exposição e o público. Sem que a instituição perca os conceitos e terminologias científicas, pode-se perceber as dificuldades em se construir o referido “guarda-chuva” semântico como ponto de encontro capaz de conjugar essas diferenças.

O público do Museu de Anatomia da Veterinária apresenta traços homogêneos quanto ao grau de escolaridade, na sua maioria sendo constituído por estudantes de 1º. e 2º. graus, e em menor grau

²⁷ Nesse sentido ver o trabalho de Adriana Mortara ALMEIDA, 1995.

²⁸ George Henri Rivière teve entre 1946 a 1966 um papel fundamental para a museologia e para o ICOM, do qual foi diretor por muitos anos consecutivos. Concebia esse organismo como um elo entre os profissionais de museus e como também o lugar apropriado para as reflexões sobre as questões a ele relacionadas. Conviveu no seu tempo em Paris com intelectuais como Claude Lévi-Strauss, entre outros. Introduziu discussões antropológicas, etnográficas, estéticas no que competia às exposições como para aos métodos de trabalho no interior dos museus. Gerou novas concepções de trabalho e exposições. Ampliou a noção de museu para além das quatro paredes edificadas na medida em que concebeu os ecomuseus (museus territoriais ou regionais) dirigidos por membros de uma dada comunidade. Criou e lecionou cursos de museologia para divulgar suas concepções e entendia como objetivo do ICOM estar aberto a todos os homens e a todas as formas de saber. É tido como um introdutor de novas idéias na museologia e tornou-se uma figura de inspiração para museólogos. (La Muséologie Selon G. H. R.; 1989)

²⁹ Para Tomas Kuhn o que caracteriza uma comunidade científica são os praticantes de uma especialidade científica, submetidos a uma educação e iniciação profissional similares, existindo identificação entre a comunidade científica e o objeto de estudo. Tais comunidades, durante o processo de educação e treinamento, absorvem a mesma literatura. Assim do objeto de estudo comum, a literatura, os valores e as regras compartilhadas próprias desse grupo formam uma “matriz disciplinar” que explicaria a farta comunicação profissional e a relativa unanimidade de julgamentos profissionais (KUHN apud COHEN; 1995: 69-70).

por estudantes de graduação de outras escolas da USP ou não (Odontologia, Biologia, e outras Escolas de Medicina Veterinária).

Observou-se a recorrência³⁰ de escolas ou de professores que vêm ano após ano à exposição de longa duração, utilizada na maior parte dos casos como ilustração para as aulas de ciências. Com o objetivo de se estudar as características desse público, aplicou-se um questionário tendo como objetivo conhecer algumas de suas sensações perante as peças anatômicas e entre elas quais as preferidas³¹.

A visitação do museu caracteriza-se por esse tipo de público, mas são freqüentes os alunos de artes plásticas e artistas plásticos que se utilizam do material exposto para exercitar técnicas de desenho ou em pesquisas gráficas. Desde sua vinda para o bloco 7, e possivelmente por causa de sua localização próxima ao Hospital Veterinário, o acesso ao museu ficou facilitado também para as pessoas que se encontram por lá de passagem.

3.4 A documentação

Documentação - É a memória do Museu. Os documentos do museu referentes a suas coleções são (aqueles) que falarão quando os atuais responsáveis da instituição tiverem desaparecido e quando os donatários tiverem deixado de existir. As informações sobre as peças, que nos explicam sua vida e os problemas passados são tão importantes ou mais do que os próprios objetos, as informações inerentes ao objeto podem ser recolhidas sempre, sua história em troca, se perdida, se perde para sempre.

PORTA, MONTESSERAT & MORRAL

Entendemos que a noção de documentação³² de museus parece incorporar idéias não excludentes entre si, oriundas de diferentes áreas, tendo como cerne as coleções dos museus. Citamos alguns exemplos: a idéia de gerenciamento de coleções; de sistema, no sentido de conjunto de elementos interdependentes mas que necessitam de um fluxo de documentos que deve ser previamente planejado (análise de sistemas); de processamento técnico de acervo no sentido biblioteconômico, quando procedimentos de registros subseqüentes conduzem ao ordenamento das fichas resultantes em catálogos para consultas. Obter informações parece ser assim uma conseqüência, e não seu escopo principal, mas espera-se de algum modo que esta documentação provenha a instituição com informações sobre as coleções.

Aos museus compete, nas palavras de Yvonne Oddon, a coleta e o registro de "informações apuradas" sobre as coleções (ODDON; 1968: 2). Sublinhe-se que vários autores consignam como objetivo da documentação em museus a própria preservação das coleções como meio de

³⁰ Este dado decorre do cadastramento sistemático das escolas, implantado em 1994.

³¹ Em caráter experimental, o questionário aplicado foi dirigido a professores e a estudantes, apresentou os seguintes resultados: quanto a impressões sobre as peças anatômicas, prevaleceu o interesse (44% das respostas), curiosidade (12%), aflição ou náusea (2%). As peças anatômicas tidas como preferidas foram: o coração de Baleia Mink e fetos (de primatas, ou de outros mamíferos). Ficou também explícita nessa amostragem a cobrança por parte dos visitantes sobre maiores informações sobre técnicas anatômicas, sistemas orgânicos, Anatomia de modo geral e Medicina Veterinária.

³² A documentação de museus é discutida com maiores detalhes no Cap. II.

preservação do patrimônio cultural em sentido amplo (ODDON; 1968; CHENHALL:1975; CAMARGO-MORO:1986; LA MUSÉOLOGIE SELON G.H.R: 1989). Busca-se preservar em museus a materialidade do suporte, tarefa da conservação e restauro, como dos aspectos “imagéticos dos objetos”(BOTTALLO; 1996:287). Para Odon, o papel da documentação em museus é o de facilitar a gestão administrativa, auxiliar nas exposições e na interpretação e estudo dos objetos (ODDON; 1968:2). Uma das características dessa documentação é de, através de registros, atribuir aos objetos uma identidade, nela incluída a marcação do suporte.

O papel dos registros é de fundamental importância. Supondo um museu departamentalizado com seções especializadas, o *Museum Registration Methods*³³ estabelece que o registrador (*registrar*) ou escrivão, deve elaborar e manter os registros, executando tarefas relacionadas ao controle das entradas e saídas, ao mesmo tempo em que cuida da salaguarda dos “materiais de museus”. Um “sistema” de registros básicos é aconselhável, para uso do registrador e do curador. A pesquisa em museus de grande porte é responsabilidade do curador, enquanto ao registrador cabe manter os registros de forma apurada e permanente. Os registros prestam-se para a posterior documentação ou catalogação, são também prova³⁴, e meio para cálculos quantitativos dos objetos que o museu assumiu sob sua responsabilidade. Não sendo um fim em si mesmo os registros devem ser entendidos “(...) como uma ferramenta essencial a todas as atividades do museu” (DUDLEY *et alii*; 1979: 3, 4 e 21).

Fica implícita a idéia de que as coleções de museus são sujeitas ao gerenciamento, aos modos da Administração³⁵, o que provavelmente gerou o sintagma “gerenciamento de coleções”, que por sua vez encrava noções de planejamento, tomada de decisões, definição de metas³⁶ como ações auxiliares da política institucional. Tal perspectiva enfatiza aspectos administrativos, jurídicos e de controle, *resultados* dessa documentação, pois “mapeando” as coleções, obtém-se respostas relativas ao *o que, quanto, onde e como*, dizendo portanto do “estado” das coleções. O usuário previsto é a própria instituição.

Odon, sem descuidar do viés administrativo, reforça os aspectos de uma documentação para dar identidade às coleções, meio facilitador para a sua apresentação, interpretação e estudo, que necessariamente deve ser confiável, de escrita legível e com estilo “simples e sóbrio”. A chave para toda a documentação de museus centra-se nos objetos, e é fundamental para a identificação de cada um deles “qualquer que seja o campo do conhecimento com que o museu lide”. Esta identificação depende da responsabilidade científica e do treinamento técnico. São recomendados

³³ Este manual foi editado pela primeira vez em 1959, depois em 1968 e 1978 pela AMERICAN ASSOCIATION OF MUSEUMS, Washington, D.C. Assim, a primeira edição surge alguns anos após o final da Segunda Grande Guerra, num período onde intensifica-se o intercâmbio e empréstimos de coleções de arte entre a Europa e os Estados Unidos. O intercâmbio exigia maior controle.(DUDLEY *et alii*; 1978). Esta publicação como manual visa prover procedimentos de registro passo a passo.

³⁴ A palavra *document* em inglês, no seu sentido dicionarial significa, além de documento como prova, o ato de “documentar, juntar documentos a, provar com documentos”. (NOVO MICHAELIS : (1983); 33a. ed. Ed. Melhoramentos). O mesmo sentido se aplica à palavra em português.

³⁵ Diz Antonio C.A. Maximiano que a Administração existe desde os primeiros agrupamentos humanos, e, assim, a moderna teoria geral da administração têm suas raízes em períodos remotos sendo que suas soluções, uma vez que trata de organizações, enfrentam problemas e técnica semelhantes. Foi nos anos de 1910, que se desenvolveu nos Estados Unidos, o que este autor chama de “campo teórico” da organização racional do trabalho, eficiência e produtividade com Henry Ford (MAXIMIANO; 1997: 25 e 30-31).

³⁶ No contexto das Ciências da Informação diferencia-se a informação para a gestão operacional (interna a um determinado órgão), da informação para o gerenciamento estratégico (ênfase na relação com o ambiente externo) (LEITÃO; 1993: 118-123)

entre outros registros, principalmente para os museus de grande porte, fichas, catálogos descritivos e índices das coleções ordenadas segundo as categorias dos objetos. As correspondências (cartas, agradecimentos, recibos, etc.) que dizem respeito aos objetos (ou à coleção), catálogos de exposição ou outras publicações, fotos, formam os dossiês³⁷ e são mantidos em arquivos. Dos primeiros registros geram-se tantas fichas de controle quantas se fizerem necessárias (ODDON; 1968).

Klaus Schreiner ressalta a importância da documentação de museus enquanto um processo de “decodificação acadêmica” dos objetos, sendo ela parte integrante das atividades cotidianas dessa instituição. Tal decodificação, sob a forma de catalogação (*cataloguing*) é pressuposta para pesquisas posteriores, além de auxiliar as propostas educacionais de museus (SCHREINER; 1985:56). Este “processo acadêmico” é diferenciado em duas etapas: a primeira composta pelo inventário (incluindo os registros e identificação do objeto), e a segunda a decodificação ou catalogação temática. Para Schreiner a “Documentação” (em maiúsculo), além de seu caráter acadêmico é interventora na política de aquisição e seleção de objetos. Este autor entende que a documentação em museus é um processo de contínua busca e extração de informações sobre os objetos/coleções (SCHREINER; 1985: 57-60), nisso se distinguindo da proposta de Odon, que de certa forma cristaliza essa documentação no momento do arquivamento.

3.4.1 Primeiras intervenções na documentação do MAV

Como vimos acima, as coleções do MAV, num primeiro momento resultaram de uma postura “coleccionista”. Agrupadas ao longo de anos, doadas, inter-cambiadas, preparadas por alunos em aulas de Técnicas Anatômicas ministradas em nível de pós-graduação, sendo algumas selecionadas pelo critério do “bom” ou “especial”, tiveram como destino e endereço posterior o museu. Registrar sua entrada, ou sua proveniência e o porquê da coleta ou preparo técnico, anotar seu histórico, possivelmente não tinha razão de ser no contexto disciplinar. Portanto, formar uma documentação identificadora de cada item não foi aspecto privilegiado, recorrendo-se a depoimentos³⁸ para suprir essa lacuna.

A intervenção sobre as coleções do Museu de Anatomia da Veterinária da FMVZ/USP partiu do contato direto com o material exposto, tendo em mente perguntas sobre a significação daquelas peças, e o porquê daquele arranjo expositivo. Em busca de documentos anteriores e quase nada sendo encontrado³⁹, entendemos que a primeira e fundamental etapa de intervenção não se encontrava na exposição, mas sim na elaboração de uma documentação retrospectiva na forma de Inventário e da implantação de um conjunto mínimo de fichas, entre elas uma para fixar a identidade de cada item da coleção, nos moldes da documentação de museus.

³⁷ Temos para “dossiê”: “Unidade documental em que se reúnem informalmente documentos de natureza diversa, para uma finalidade específica” (CAMARGO *et alii*; 1996:32).

³⁸ Coleta de depoimentos em 1994/5 em projeto de História Oral, já citado.

³⁹ No que diz respeito a registros relativos à peças, encontramos um caderno de notas manuscrito com o registro de parte do conjunto de crânios de cães. Outros registros guardados foram alguns livros de entrada de visitantes.

Uma primeira ficha, por nós denominada de "ficha de cadastramento"⁴⁰ foi aplicada simultânea e manualmente à elaboração do Inventário, acompanhada pela marcação dos números provisórios nas peças, sendo que outras fichas destinaram-se ao controle de entrada e saída de peças do museu. Tivemos como objetivos nessa etapa a sistematização de procedimentos de trabalho e a coleta de dados sobre as coleções. Afloraram questões interessantes apontando para as discrepâncias e falta de consistência entre determinados campos dos registros, tais como entre a denominação das peças e as categorias classificatórias. A tentativa de indexar os itens (peças anatômicas) por sistemas orgânicos, não se mostrou adequada para dar conta da particularidades que muitas peças anatômicas apresentam. Como resultados imediatos obtivemos a quantificação da coleção, ao mesmo tempo em que, pela ausência de dados, obtinha-se, ainda que pelo caminho inverso, um certo mapa "qualitativo" da composição das mesmas.

Se os objetivos e os procedimentos particulares da documentação de museus, acima apresentados, são genéricos e relativamente aplicáveis a qualquer museu, alguns problemas específicos se apresentaram na etapa de cadastramento. Um deles diz respeito ao tipo de dado a ser coletado, uma vez que é a tipologia da coleção que governa essa seleção. Nesse sentido, não encontramos na bibliografia exemplos para a formulação de fichas que fossem aplicáveis para as coleções do MAV. Encontram-se sim exemplos de registros para museus de História Natural, que tendem a ser mais extensivos quanto à representatividade do acervo, interessando-lhes o mundo animal de forma ampla, e priorizando abordagens evolutivas e nelas os aspectos morfológicos, relação diversa nas coleções de Anatomia Veterinária. Entretanto, o enfoque diferenciado não exclui a abordagem biológica de uma coleção de peças anatômicas veterinárias uma vez que essas peças, principalmente os esqueletos mais do que as vísceras⁴¹, encontram-se subordinados ao mundo animal. Quanto ao tipo de objeto, as coleções (e exposições) de museus de História Natural centram-se com maior ênfase em animais taxidermizados (empalhados)⁴², e mesmo em esqueletos ou outros materiais ósseos, mas vísceras são mais raras, essas mais comuns numa coleção de anatomia (humana ou veterinária). Da aplicação das técnicas surgem evidências de interesse anatômico, que no caso de um museu de anatomia devem ser consideradas no momento do seu registro.

Com esses primeiros passos na direção de registrar as coleções do MAV, ficou evidente a presença de variáveis (classificação taxonômica, denominação anatômica das peças e denominação da técnica aplicada) que ao mesmo tempo caracterizam um determinado item e os interligam (ou não) entre si. Desta feita, influenciando diretamente na organização da documentação das coleções do MAV importa a articulação dessas variáveis, apontando para um instrumento regulador e sistemático para auxiliar na indexação das peças, como também de associá-las ao campo conceitual definido no momento em que este museu se propõe a ser um museu de anatomia veterinária comparada.

⁴⁰ Cadastramento no sentido de recenseamento dos bens sob a guarda do MAV, e não "catalogação" no sentido aplicado aos museus como tarefa de pesquisa. Foram feitas várias versões e testes de aplicação daquela primeira ficha, antes de implantá-la a todos os itens da coleção. A elaboração da ficha, para decidir sobre a seleção dos campos que a compõem, foi acompanhada de discussões agregando a museóloga, docentes e estagiários. Desta etapa participaram: Profa. Dra. Arani Nanci Bomfim Mariana; Prof. Wagner Intelizano, Vivian Regina Silveira e Hildebrando G. Benedicto, então graduandos em Medicina Veterinária e estagiários do museu.

⁴¹ As vísceras relacionam-se aos sistemas orgânicos.

⁴² "Empalhamento" (nome vulgar da técnica de taxidermia).

É a linguagem que engendra o invisível.

Krzysztof POMIAN

1. Fundamentos teóricos e metodológicos da pesquisa

O presente capítulo propõe-se a analisar a documentação em museus e o sistema de documentação de museus sob o enfoque da Documentação, enquanto disciplina da Ciência da Informação na linha de pesquisa da ECA/USP, cuja abordagem do tratamento da informação realiza-se através de metodologias da Análise Documentária (AD). Esclarecemos que não é nosso objetivo discutir o patamar comunicativo e informativo que ocorre nas exposições dentro do "cenário" museu, mas na esteira dessas reflexões redimensionar o papel da documentação nessa instituição, e dos sistemas que a configuram, como uma possibilidade capaz de disseminar e recuperar informações sobre coleções. Nossa abordagem visa assim evidenciar a dimensão *informacional* das coleções de museus, com base no pressuposto de que a documentação de museus importou procedimentos da Ciência da Informação sem contudo ter esclarecido para si os limites e metodologias entre as diversas tarefas propriamente documentárias, pois opera, sem o saber, com a representação de informações, campo este da Documentação⁴³.

Deste modo, nossa pesquisa baseia-se nos seguintes pressupostos:

- a documentação de museus embora realizada a partir de objetos materiais formula operações de representação, cuja base operatória encontra-se na Linguagem, e
- os sistemas de documentação de museus, provisoriamente denominados SDM, atrelados à documentação de museus, não constroem e não disseminam informações por si mesmos, necessitando para isso do aporte das metodologias de análise, síntese e representação próprias da Análise Documentária.

A documentação **de**⁴⁴ museus, tem no objeto material o suporte de informações privilegiado, elemento distinto das suas irmãs⁴⁵, ou seja das Bibliotecas e Arquivos. Tradicionalmente o sentido atribuído à aquela documentação centra-se em instituições dessa natureza que guardam e preservam coleções⁴⁶. Tal como se apresenta na bibliografia encontra-se vinculada à produção de registros escritos. O desenvolvimento da documentação de museus deu-se paulatinamente,⁴⁷ como também a posterior configuração dos chamados sistemas de documentação de museus, ambos voltados com prioridade para a função de auxiliar os museus em seu aspectos de controle das coleções, mas também como suporte ou apoio para a pesquisa nessa instituição. Por sua vez, o sistema de documentação de museus (SDM), inserido no seio da documentação, formula em última

⁴³ Ao nos referirmos à Documentação enquanto disciplina, usaremos a palavra em maiúsculo, e no âmbito desta pesquisa está ligada à linha de pesquisa da ECA/USP.

⁴⁴ Optamos neste trabalho pelo uso da expressão "documentação **de** museus", caracterizando através do adjunto adnominal o sentido de alvo da ação da documentação nessa instituição e não em outra, pois particular a ela. Nesse sentido, não se aplica, no nosso entender, a expressão "documentação museológica", pois compreendemos por *Museologia* algo além do que a simples soma das partes das atividades de um museu.

⁴⁵ Expressão cunhada por Johanna Smit (1993).

⁴⁶ No decorrer da segunda metade do século XX, por causa de mudanças sociais e culturais que atingiram inclusive os museus, passou-se a admitir a possibilidade de existência de museus sem coleções.

⁴⁷ Situação comentada com detalhes no item 4 deste capítulo.

instância uma estrutura arquitetônica que estabelece o fluxo operacional das tarefas que a documentação de museus deve cumprir, acompanhando o percurso do objeto na instituição desde sua entrada até sua localização em exposição ou reservas técnicas. Os registros escritos estão intimamente ligados com o sistema (SDM) priorizando de certo modo o acesso ao objeto. Tal acesso se faz graças à atribuição de números aplicados concomitantemente aos objetos e aos mais diversos registros (inventários, fichas, dossiês, etc.), sendo que os números formam um elo de interligação entre uns e outros de forma a “chegar” ao objeto. A cada objeto da coleção corresponde uma ficha padronizada, onde serão anotados os detalhes de identificação como o nome do objeto, o modo de entrada, o histórico, a proveniência, a descrição, o estado de conservação, dimensões, e assim por diante, de acordo com o objetivo da instituição na captação desses dados, e também segundo a natureza do objeto (de arte, de história, de arqueologia, de anatomia, etc.). Fichas e dossiês, pastas onde são guardados os documentos relativos a um determinado objeto, são arquivados em fichários ou arquivos, seguindo algum tipo de arranjo que facilite a busca, seja por nome de autor, nome do objeto, períodos cronológicos ou por qualquer outra chamada determinada por prioridades estabelecidas pela instituição. Sugeria-se no passado o desdobramento das fichas tantas quantas fossem necessárias (CAMARGO-MORO: 1986), e com o advento da informática pensou-se que a questão de índices remissivos para interligar as fichas ficaria solucionado⁴⁸.

Entretanto, se os SDMs são vistos mais como operações dirigidas ao acompanhamento do suporte material (o objeto), isto não é o mesmo que evidenciar as características informativas desse sistema, pois registros não podem ser confundidos com informação a menos que os conteúdos sejam tratados. Nessa perspectiva, os SDMs ficam restritos de modo geral a uma circulação “auto-centrada”, voltados para o controle sobre os objetos e, portanto, ao gerenciamento no sentido de prestar serviço à própria instituição, o maior usuário do sistema. Isto equivale a dizer que há que se distinguir em museus o tratamento dirigido ao suporte, do tratamento especificamente dirigido à organização da informação. Assim, faz-se necessária a distinção, à maneira do que é realizado na Documentação, de um lado das operações mecânicas para o armazenamento do suporte ainda que acompanhadas de registros, e de outro as operações mais complexas de caráter intelectual da informação propriamente dita, como sugere José Augusto C. Guimarães.⁴⁹ Por organização da informação entende-se a análise, síntese e representação de um documento (objeto), escopo, como veremos adiante da Análise Documentária (AD).

Não se pode escamotear, ao se tratar dos SDMs, a existência de tesouros⁵⁰ destinados a museus, elaborados visando auxiliar a indexação de coleções nessa instituição e caracterizados como instrumentos para controle dos termos e, assim, da organização da informação. No entanto, ainda

⁴⁸ Um exemplo dessa expectativa pode ser vista em Robert CHENHALL, 1976.

⁴⁹ José Augusto C. GUIMARÃES propõe para os Sistemas de Recuperação da Informação (SRI) essa distinção (GUIMARÃES; 1994:158).

⁵⁰ Há para museus 43 tesouros elaborados para a descrição de objetos, segundo o **Directory of thesauri for object names** (1994), publicado pelo CIDOC (Comitê Internacional para a Documentação) ligado ao ICOM (Conselho Internacional de Museus). Esses tesouros voltam-se para objetos relativos à agricultura, arqueologia, arquitetura, armas, livros, cerâmica, objetos cerimoniais, moedas, construções, indumentária, cutelaria, artes decorativas, objetos eclesiásticos, engenharia, material etnográfico, mobiliário, objetos históricos, jóias, manuscritos, cultura material de forma geral, instrumentos marítimos, objetos em metal, filmes e fotografias, instrumentos musicais, pinturas, trabalhos em papel e outros tipos de impressos, objetos relacionados à ciência e tecnologia, esculturas, tapeçaria, têxteis, relógios, ferramentas e transportes, e termos para designar a amarração e costura em livros raros. Em língua portuguesa contamos com o **Tesouro para acervos museológicos**, publicado em 1987 por Helena D. FERREZ, Maria Helena S. BIANCHINI.

que importantíssimos na tarefa de indexação de objetos e/ou imagens, a elaboração desses instrumentos parece se localizar ao largo dos SDMs e não como uma etapa interna a esses sistemas. Acresça-se a isso o fato de que nas publicações especializadas recomenda-se o uso de vocabulários controlados ou a necessidade de estabelecer-se terminologias definidas, mas, não encontramos na bibliografia de museus metodologias para guiar tais operações.⁵¹ No entanto, no âmbito da Documentação, o tratamento da informação é uma atividade *interna* àquele processo, ou seja esse tratamento lhe é inerente pressupondo etapas específicas, quando ocorre uma espécie de “tradução” do conteúdo do suporte assim transposto para formas estabelecidas de organização, chamadas de instrumentos de recuperação de informações ou Linguagens Documentárias (LDs). As LDs têm função operatória, quer para o controle do vocabulário, quer para a fabricação de informações documentárias. Dizem Cintra, Tálamo, Lara e Kobashi que as LDs correspondem a sistemas de símbolos, destinadas a “traduzir” conteúdos de documentos a partir de “unidades informacionais ou conjunto de unidades *aptas* a integrar sistemas documentários”(grifo nosso) (CINTRA *et alii*; 1994:24). A AD tinha nos documentos textuais seu suporte tradicional, mas, recentemente vêm sendo discutida sua aplicabilidade para outros tipos de suportes informativos.⁵²

O que não está evidente é que nos SDM ocorrem também sucessivas etapas de representação: embora o suporte tracional seja o objeto material, encontra-se na Linguagem a passagem destes para os registros. Assim, tais etapas em museus caracterizam-se por “traduções”, do objeto para a escrita, da escrita para vocabulários, destes para a criação de esquemas classificatórios, e assim sucessivamente. Elaboram-se códigos que objetivam a captação e registro das “mensagens” contidas ou codificadas no objeto, a fim de que possam ser “transmitidas”. Ainda que em museus nem sempre seja fácil estabelecer a dicotomia⁵³ entre suporte e conteúdo pela própria natureza do suporte, uma das transposições ou “tradução” sintética do objeto para a escrita se faz através de “palavras” (em geral o nome do objeto), que no entanto, não é suficiente para uma recuperação da informação bem sucedida. Pensar em Documentação supõe pensar em informação em primeiro lugar, o que significa analisar o conteúdo dos documentos guardados (SMIT;1987:11-16), e extrair conteúdos pressupõe operações com a linguagem, essência da Documentação (SMIT; 1987:45).

Contudo, não se trata para a Documentação somente de palavras ou de linguagem, mas de palavras associadas entre si colocadas em relação, formando uma linguagem própria - a linguagem documentária - por isso construída e controlada, para que o sistema possa realizar a comunicação entre ele e o usuário. Não se trata também somente de uma questão de denominação (no caso dos museus da denominação dos objetos), mas dos conteúdos a que eles estão associados, ou seja, vinculando objeto a temas a que possa ser articulado, uma vez que no contexto de museus os objetos são plurissignificativos podendo participar de um ou vários temas. No âmbito da Documentação, essas operações correspondem em primeiro lugar à delimitação de um campo de noções ou conceitos ao qual os termos selecionados (e não palavras)⁵⁴ estão relacionados, e, em

⁵¹ Nesse sentido ver a obra de LIGHT, Richard, B. ROBERTS, Andrew, STEWART, Jennifer D. (1986).

⁵² Citamos a título de exemplo os trabalhos de Johanna Smit dirigidos à suportes fotográficos e a outros tipos de suportes de multimídia, como **Tratamento de multimídia** (1997)

⁵³ Aspecto tratado no CAP III, item 1.1.

⁵⁴ Há distinção entre “palavra” e “termo”. Segundo Wüster, a palavra é um símbolo linguístico ao qual são agregados uma multiplicidade de sentidos diferentes sem linha de demarcação entre um sentido e outro, nessa direção o sentido depende do contexto. Termo é também um símbolo linguístico ao qual é atribuído múltiplas noções, estas configuram a significação do termo - ele pode ser uma palavra ou um grupo de palavras, uma letra ou um símbolo gráfico, uma abreviação, uma sigla, uma notação (WÜSTER; 1979: 90). Segundo a norma

seguida, à organização desses termos numa escala hierarquizada semanticamente capaz de remeter e incluir a linguagem do usuário no sistema documentário. Desta feita, a organização da informação se baseia em dois princípios: o do arranjo temático, e sua estruturação em linguagens controladas.

Vale lembrar que os acervos são ao mesmo tempo representativos e parciais de uma determinada área de conhecimento. Tem-se de um lado coleções com uma quantidade limitada de itens, e de outro um universo de temas a que esses possam estar vinculados sob o ponto de vista do conhecimento. Nesse aspecto, o tratamento da informação, quando realizado a partir da organização do campo nocional, auxilia um melhor entendimento daquele "recorte" que as coleções representam.

Na dinâmica do trabalho com a informação para ordenar coleções, ultrapassa-se, como veremos adiante, o sentido de coleção/"fragmento", com pedaços (itens) não articulados entre si, e entre estes e os conceitos teóricos disciplinares ou de área, para a noção de *acervo* implicando na ideia de tratamento, pesquisa e organização da informação, capaz de subsidiar múltiplas atuações dentro de um museu, entre outras uma política de gerenciamento da informação.

Quanto às coleções do MAV, observa-se que há particularidades no que diz respeito ao tratamento e organização da informação, quando se conta simultaneamente com a parcialidade dos itens ali representados e com campos de noções disciplinares mais amplos que os permeiam. Percebe-se ao menos duas áreas de conhecimento envolvidas - a Anatomia Veterinária e a Biologia - ambas com linguagens próprias e consagradas, e uma nomenclatura de área determinada pela *Nomina Anatomica Veterinaria* - N.A.V. Há assim ao menos três condicionantes para a delimitação do campo nocional, que por sua vez condicionam a descrição do suporte, influenciando diretamente sobre a maneira como pode ser organizada a informação deste museu. Desvenda-se, nessa perspectiva, possibilidades de inserção temática das peças anatômicas para além dos limites impostos pela descrição do ítem em si. No entanto, há problemas a serem contornados.

O vocabulário anatômico veterinário têm alto grau de normalização, o que nos levaria a pensar que a existência da nomenclatura oficial (N.A.V.) diminuiria, para o SDM do MAV, os problemas relativos à denominação das peças anatômicas **do** museu. No entanto, a N.A.V apresenta nomes e não conceitos, estes a viga mestra de sustentação para a construção de linguagens controladas (CINTRA *et alii*; 1994: 35). Desta feita, há dificuldades em compatibilizar essa nomenclatura às peças anatômicas da coleção, pois estas apresentam uma variação que não está prevista por aquele denominador. Citamos a título de exemplo o caso de vísceras que muitas vezes se encontram relacionadas ao mesmo tempo a mais de um sistema orgânico, o que impede ou dificulta sua indexação numa só categoria classificatória. Por vezes, são as técnicas anatômicas que cristalizaram determinadas estruturas, restando não mais o órgão mas uma outra coisa⁵⁵ que não ele, em que a evidência importa mais do que o nome do órgão. A técnica assim constrói uma

ISO 1087, termo é definido como "Designação de um conceito definido numa linguagem de especialidade por uma expressão linguística" (ISO 1087: 1990, 5).

⁵⁵ Por exemplo os chamados "moldes" de vísceras nas quais foi aplicada a técnica de corrosão, onde artérias e veias são injetadas com material plástico. Por essa técnica as partes moles do órgão são destruídas restando as estruturas representativas da vascularização - uma espécie de "árvore" de finos fios plastificados. O nome da técnica anatômica, e o que restou do órgão não são contemplados pela N.A.V.

evidência que em alguns casos exige do leigo alto grau de abstração para a “leitura” da peça, e no que compete à organização da informação, os detalhes anatômicos são de fundamental importância. Assim, num museu de anatomia veterinária opera-se com diversos níveis de complexidades descritivas que devem, idealmente, comparecer na estrutura informativa para que a recuperação seja a mais adequada àquelas coleções, ou sua representação a mais apropriada.

Então, assumindo a plurissignificação da peça anatômica e sua interrelação com temas, somos levados a perguntar quais os parâmetros que devem nortear a delimitação do campo nocional para as coleções do MAV, e uma vez esses campos definidos quais as relações hierárquicas que podem auxiliar na composição de remissivas adequadas. Desse modo, temos acoplado ao SDM do MAV um sistema de informações documentárias (SIDM) que aje num ritmo contínuo e circular da organização da informação para a indexação das coleções e destas, como se trata de um sistema informativo, para a recuperação dessas informações. Desta feita o sistema tradicional de documentação de museus passa a incluir o tratamento da informação.

Compactuamos com Leonard Will quando afirma que a documentação nos museus ainda se encontra em sua infância, o que anúncios de programas de computação em periódicos da área de museus, sob o título de “Documentação” parecem escamotear. Diversamente, na Documentação/Ciência da Informação os estudos aprofundam-se quer sob os aspectos de atendimento a usuários, quer sob os aspectos teóricos, do qual a linha de pesquisa em AD é uma das variantes.

2. Desenvolvimento da documentação em museus: recortes sincrônicos

Quando a princesa Bel Chalti Nannar reuniu e fez documentar, através de um registro de objetos, uma coleção do palácio de seu pai, na Caldéia, seis séculos antes de Cristo, provavelmente não sabia estar procedendo à primeira coleta e ao primeiro inventário daquilo que foi, talvez, o primeiro museu de que temos notícia.

Waldisa Rússio GUARNIERI

A documentação em museus, segundo Paulette Olcina, é tão antiga quanto eles próprios, mas, no entanto, recente enquanto disciplina. (OLCINA; 1986:307). Seu desenvolvimento deu-se paulatinamente, e sofreu aceleração com a alavanca da informática, tal como noutras áreas, principalmente no que diz respeito às questões terminológicas. Essa documentação passou por fases de acerto e erro, e antes da década de 1950, teve seu papel subestimado, considerada nas palavras daquela autora, a “parente pobre”, feita de qualquer modo e segundo as concepções singulares da cada um. Sua importância escapava para muitos trabalhadores de museu, cabendo em geral aos curadores ou especialistas em assuntos específicos, realizar individualmente a catalogação e o inventário das coleções. (OLCINA; 1970/1; 1986). Ainda que houvesse na Europa desde o final do século XIX cursos⁵⁶ sobre as atividades dentro de um museu, esses eram dirigidos a conservadores e/ ou auxiliares de conservadores, e as disciplinas centravam-se no estudo da História da Arte, na organização de exposições, na conservação e restauro, tendo em vista a proteção de obras arquitetônicas, artísticas e monumentos. (AUBERT; 1948:38).

⁵⁶ Cita-se a título de exemplo, os cursos ministrados pela Escola do Louvre, existentes desde 1882 (AUBERT; 1948:38).

No entanto, no decorrer do século XX, o conceito de "museu" passa por muitas transformações pressionadas pelo público em busca com novas demandas culturais. Principalmente após o evento da Segunda Grande Guerra novas tendências⁵⁷ delineiam-se e dizem respeito a aspectos conceituais, teóricos e pragmáticos de museus. (MENSCH; 1989: 45-5). Instaura-se os conceitos de *musealização*⁵⁸ e de *fato museológico*⁵⁹ que em decorrência acabam por deslocar nos museus a atenção do objeto tridimensional para as necessidades de diversas comunidades sociais, estas tornando-se foco de atenção. Incorpora-se à noção de "objeto de museu" manifestações culturais de qualquer natureza, intangíveis, como música, dança, etc., aproximando-se da abordagem antropológica de Cultura. (RÚSSIO; 1989: MENSCH; 1989)

Em decorrência dessas mudanças identificam-se novos papéis para a função do museu na sociedade, privilegiando ora o museu como canal de expressão de expectativas de comunidades, ora seu papel educacional, ora a ênfase enquanto veículo de comunicação ou meio de informação. Enquanto isso ocorre, a documentação ficou num segundo plano, "à deriva", como disse Paulette Olcina. (OLCINA: 1970/1; 1986).

Desde o início do século, organismos internacionais haviam procurado dar uma feição de maior especialização para a documentação de museus. Num primeiro momento de forma indireta, uma vez que privilegiava, através da documentação, a preservação e a segurança de propriedade (principalmente as de arte), na tentativa de salvaguardá-la de roubos. A documentação não era pensada enquanto uma atividade especializada em si e com propósitos próprios.

Entre 1927 e 1945, a primeira agência internacional direcionada a cuidar de museus foi o *L'Office International des Musées* (O.I.M.), com sede em Paris e parte do *International Institute of Intellectual Cooperation*, um desdobramento da Liga das Nações. Este organismo recomendou o uso de fichas e etiquetas descritivas padronizadas, auxiliares no intercâmbio necessário de informações a nível internacional. Tendo em vista os museus de arte, propunha-se tal padronização para a unificação dos catálogos iconográficos e das classificações normalizadas. Entre outras recomendações o O.I.M alertava para a observação do estado em que se encontrava a documentação em cada instituição antes da introdução de qualquer procedimento novo (OLCINA; 1986:308). Essa preocupação justificava-se frente aos resultados, para os museus, dos conflitos da Primeira Grande Guerra, pois eles não ficaram a salvo da destruição, perdas, roubos e danos ocorridos.

No período entre guerras a preocupação com o estado das obras de arte e monumentos, desencadeou maiores cuidados e, com isso, o desenvolvimento do ramo da conservação e da restauração acompanhados de leis de cunho internacional para regular o intercâmbio dessas obras.

⁵⁷ Entre elas cita-se: a preservação *in situ*; a propensão a conceituar e teorizar sobre o museu; a implantação de gerenciamento racionalizado e a musealização de estabelecimentos comerciais e industriais. (MENSCH; 1989:50).

⁵⁸ Por *musealização* entende-se critérios de valor atribuídos aos objetos ou na relação do homem como o seu meio (ambiente físico natural) tendo o caráter de testemunho, documento e fidelidade. Dito de outro modo, dados culturais aos quais o homem designa valorização a partir de sua percepção (RÚSSIO; 1984:61-2)

⁵⁹ Definido por Rússio como: "Relação profunda entre o homem, sujeito que conhece, e o objeto, testemunho da realidade. Uma realidade da qual o homem também participa e sobre a qual ele tem o poder de agir, de exercer a sua ação modificadora." (RÚSSIO; 1984:60).

Em 1946 o ICOM - Conselho Internacional de Museus⁶⁰ - substitui o O.I.M., e em 1950 forma-se o CIDOC, Comitê Internacional de Documentação, secretariado pelo então Centro de Documentação UNESCO-ICOM, que teve seus primeiros passos moldados por Yvonne Oddon, bibliotecária e colaboradora de George Henri Rivière, um dos mentores da chamada Nova Museologia. Oddon, que entre outros trabalhos compilou um esquema de classificação museológica usada por bibliotecas e centros especializados para museus, ministrou cursos de treinamento por aquele Centro internacional nesses enfatizando o papel da documentação.⁶¹

No entanto, a divulgação pelo mundo dessas técnicas ainda que houvesse as reuniões internacionais do ICOM foram relativamente lentas na sua inserção nos trabalhos cotidianos dos museus, como é o caso dos museus no Brasil⁶².

Na década de 60 o CIDOC tinha entre suas tarefas tratar questões de padronização e compatibilização dos registros dos museus. Recomendava o uso de etiquetas padronizadas para a identificação do objeto, de fichas catalográficas e inventários, cujos modelos foram planejados por Oddon. No entanto, grandes dificuldades ocorreram para promover projetos de integração de procedimentos sobre a documentação em museus, já que havia uma enorme multiplicidade deles. (OLCINA; 1986:308).

O uso de técnicas informatizadas entra em pauta na segunda metade dessa década, especificamente em 1967, quando o CIDOC tenta coordenar os sistemas de documentação existentes. Para isso formou-se no plano internacional Grupo de Trabalho para a Documentação de Coleções (*Working Group on the Documentation of Collections*). A esse grupo foi delegada uma tarefa complexa que levou anos para ser realizada, defrontando-se com a proposição de extrair dos sistemas existentes procedimentos normalizados e unânimes que pudessem satisfazer a maioria dos sistemas informatizados. Numa reunião da UNESCO/ICOM em 1976 foi concluído que a informatização não poderia resolver os problemas de coleta sistemática de informações sobre a propriedade cultural, questão a ser adotada por políticas nacionais, mas poderia tratar do armazenamento, organização e comunicação dessa informação de modo rápido. São fundados Comitês de Documentação⁶³ tendo como proposta coordenar o trabalho de inventário da propriedade cultural em níveis nacionais. (OLCINA; 1986: 311 e ss.)

As dificuldades foram muitas e em 1978 e 79, para tentar conciliá-las, o CIDOC concentra-se em dois pontos tidos como essenciais: um estudo das necessidades dos museus, disciplina por

⁶⁰ O ICOM por sua vez é um órgão da UNESCO e este faz parte da ONU (Organização das Nações Unidas).

⁶¹ Desses cursos de treinamento nasceu os **Elements de Documentation Muséographique** (francês/inglês) em 1968. Segundo Paulette Olcina este é ainda hoje um trabalho de referência a ser consultado quando se trata de documentação em museus.

⁶² Segundo Regina Real a fundação do Comitê Brasileiro do ICOM data de 1946. Naquele período a Museologia era vista como "ciência da organização dos museus". A autora que realiza visitas a vários museus no exterior escreve posteriormente um guia para o que chama de "museu ideal". Entre seus conselhos a autora recomenda no tópico "Técnicas de Apresentação", a presença de etiquetas ao lado das peças e ainda que não fale diretamente sobre a documentação de museu, diz sobre as "fichas de registro": "Eis o mínimo que dever ter uma ficha: número (inventário, coleção categoria, etc); secção (caracteres descritivos), título; autor (biografia, etc.); entrada (aquisição, doação, permuta); dimensão e peso; conservação, localização (exposto galeria salas mostruário; em depósito, tranel, gaveta); fotografia (REAL; 1959).

⁶³ Composto por membros de 22 países, três grupos de trabalho tratariam da Terminologia, Bibliografia e Documentação de Coleções de Museus. (OLCINA; 1986: 312).

disciplina, visando identificar as informações que cada área do conhecimento requisitava face às suas coleções, e o estabelecimento de um conjunto mínimo de dados para a descrição dos objetos de museu, essenciais para o gerenciamento das coleções. (OLCINA; 1986: 313).

Paralelamente, ainda no decorrer dos anos 70, George Henri Rivière introduz nos cursos por ele ministrados em Paris (1973) o tema "documentação" colocando-a lado a lado à pesquisa científica nos museus. A partir dessa data e durante um certo período de tempo houve colóquios promovidos pelo ICOM entre representantes dos mais diversos museus no mundo para discutirem o papel e os porquês dessa documentação. Durante essa década e na posterior (anos 80), principalmente na Europa, berço daqueles órgãos internacionais, a documentação é vista como um complexo grupo de ações envolvidas na "atividade de informação acadêmica", para tornar mais eficiente o trabalho dos pesquisadores. (SCHREINER; 1985: 59-60). Assim, é atribuída à documentação o papel de primeiro suporte informativo para o desenvolvimento de pesquisas nos museus, uma vez que é sua tarefa a decodificação de "cada uma das peças de forma completa, de maneira que sua identificação seja perfeita (...)". (CAMARGO-MORO; 1986:41).

Os museus não escaparam à crença de que a informática poderia resolver tudo, ou quase tudo, da elaboração de catálogos com as mais diversas feições⁶⁴ à organização e recuperação de informações sobre as coleções. Entretanto, houve em primeiro lugar a necessidade de se compreender a articulação da própria documentação no museu, nela incluídas a compatibilidade e a coerência entre os campos de registros, onde eram outras as exigências de sistematização para as operações cotidianas, como também de normalização de vocabulários. Caminha-se par e passo com a noção em voga de "sistema", entendida como uma sucessão de etapas de atividades interligadas. Nessa trama inserem-se inclusive as questões terminológicas e as de classificação, movidas pela necessidade premente de recuperar informações usando para isso os meios informatizados.

Com a informatização, a "informação" passou a ficar em evidência. Segundo Lewis, graças à informática ou, antevendo-se seu possível uso, os museus foram levados a serem valorizados como fontes de informação, numa escala antes não imaginada. (LEWIS; 1986: V). Dessa forma agrega-se a essa instituição a função de prover o público com outros subsídios, ou seja, com "respostas intelectuais", como diz Elisseeff, de forma que os museus deixassem de ser apenas um "show-room". (ELISSEEFF; 1970/1:5).

No entanto, para que os computadores pudessem ser usados, fazia-se necessário entender os princípios da documentação em museus. Segundo Sarasan houve a necessidade de então entender o que chamou de "teoria da documentação" (*theory documentation*) como também os "sistemas de documentação" (*documentation systems*).⁶⁵ Faltava o que esta autora chamou de "princípios" de documentação, referindo-se praticamente ao "quando", "como" e ao "porque" de sua ocorrência, tendo em vista as necessidades institucionais. Princípios esses que deviam ser

⁶⁴ De 1970 a 1980 há muitas publicações na área de museus que tratam da informatização de acervos, como o **Museum Cataloguing in the Computer Age** de Robert G. Chenhall (1975) e um número do periódico **Museum** (UNESCO) dedicado exclusivamente a essa questão (1971).

⁶⁵ Uma pesquisa em alguns museus norte-americanos constatou o baixo uso de computadores nessas instituições dada à falta de compreensão do que eles poderiam realizar, e também de noções explícitas sobre a função da documentação de museus. (SARASAN; 1989: 90)

definidos e normatizados previamente, concomitantemente à análise do sistema a ser implantado. (SARASAN; 1989:90). Nesse momento artigos de divulgação ou mesmo publicações inteiras são dedicadas à documentação de museus.

Será somente a partir do início da década de 90 que se firma o consenso da importância do controle terminológico, sendo este considerado "(...) uma questão chave para os museus" (ROBERTS & FINK; 1990:3-4), mas como recurso para a implementação de bancos de dados informatizados. O Grupo de Trabalho para o Controle Terminológico (*Terminology Control Working Group*) nascerá em 1987 na Inglaterra.

Chega-se à década de 90 e Leonard Will, representante inglês no Grupo de Terminologia para Nomes de Objetos do CIDOC, afirma que a questão da indexação em museus ainda está em sua infância, pois a documentação em museus nunca teve lugar central tal como nas bibliotecas, mas esse autor crê que "(...) (a indexação) está crescendo em importância e reconhecimento, e o número de especialistas em informação continua a aumentar". Vislumbra esse autor o uso dos "recursos biblioteconômicos" (*library resources*) como forma de incrementar e subsidiar os museus, desde que cresçam os serviços de informação para visitantes. Com propriedade Leonard Will toca no problema de se encontrar, nos museus, tanto a necessidade de indexar o que chama de dados de base (*background*) como as informações sobre o objeto em si. (WILL; 1993: 157 e 160).

Observa-se por esse percurso como a caracterização da documentação de museus ocorreu de forma paulatina. Da padronização de registros, até à idéia de que a documentação processa-se em etapas, de forma sistemática, continuamente e inter-relacionada a outras atividades do museu (da entrada do objeto, durante a pesquisa, acompanhando ou subsidiando a formulação de exposições), seguiu-se o período da busca de padronizações dos vocabulários e das classificações que dessem conta das especificidades das mais diversas coleções, período esse das normatizações terminológicas pressionadas pela informática e na expectativa de uma ágil recuperação de informações.

Decorreram mais de 40 anos desde que Yvonne Oddon propôs padronizações e sistemáticas para a documentação em museus, pautadas em modelos então vigentes nas Bibliotecas. Tendo sido discutida e definidos seus principais traços operacionais ao longo das décadas de 70 e 80, ainda que a documentação em museus tenha encontrado de certa forma seu próprio perfil, ela entra no decorrer dos anos 90 como algo praticamente resolvido. *Boxes* anunciando programas de computação substituem artigos nos periódicos da área de museus, ou para informatizar os dados sobre coleções ou, mais recentemente, discorrendo sobre os benefícios do uso de CDROMs.

Mas lembrando a colocação de Leonard Will datada de 1993, os museus, ou a maioria deles, nas bordas de um novo século, ainda que tenham passado a valorizar suas coleções como fonte de estudo e pesquisa, no entanto, ainda não se vêem como prestadores de serviços de informação.

2.1 Tendências da documentação de museus: a perspectiva europeia e a perspectiva norte americana

A importância da documentação de museus parece ser ponto de consenso para os trabalhos nessas instituições. Entretanto, mesmo que configurada após uma caminhada de décadas, subordinada a circunstâncias historicamente marcadas, não encontramos na bibliografia da área uma definição para esta documentação. Apresentam-se suas funções e objetivos, mas chega-se a confundi-la com registros e esses por sua vez com o "sistema de documentação *de e em* museus". Por conseguinte, ao falarmos de documentação de museus - este "ato de documentar - relaciona-se com procedimentos técnicos tendo em vista o cuidado com as coleções que a instituição mantém sob sua guarda ou custódia. No entanto a ação de documentar em museus não se restringe apenas à esfera técnica mecânica de executar registros, pois ela se fundamenta em concepções metodológicas. Deve-se levar em conta perspectivas diferentes para a elaboração dessa documentação, ainda que tais perspectivas não sejam excludentes entre si.

Visamos com essa colocação localizar o "ponto de fuga" a partir do qual a documentação é criada, o que fixa de certo modo o montante de informações a serem manipuladas pelo sistema de documentação. Disto inferimos que os sistemas de documentação de museus apresentados na bibliografia da área subordinam-se a tendências diferentes.

Na perspectiva de Gisele Marques Leite Paixão⁶⁶, a documentação em museus, com base no conceito de musealização apresentado por Waldisa Rússio Guarnieri, é *uma* das etapas da musealização. A documentação encontra-se atrelada à musealização na medida em que critérios de valor são atribuídos aos objetos, o que o faz adquirir caráter de testemunho e documento fidedigno. (RÚSSIO; 1984: 61-2). Diz Rússio: "(a musealização) repousa sobre pesquisas prévias, sobre a seleção dos próprios objetos, *sobre a documentação*, a gestão, a administração, a conservação e eventualmente a restauração. Esta musealização recobre ações muito diferentes que *dependem de domínios científicos muito diversos*. (...)" (grifo nosso)(RÚSSIO; 1985: 58-59).

Operando com tal perspectiva a documentação passa a ser vista como uma das etapas da musealização e ligada ao processo de decodificação⁶⁷ do objeto. A investigação assegura sua identidade (o objeto é aquele e nenhum outro) dentro do acervo, e aqui não se trata de aplicar números, mas de criar registros/documentos à guisa de fixação dos resultados dessa investigação. Para Fernanda Camargo-Moro, *musealizar* corresponde ao sentido de preservar, e nessa linha de raciocínio a autora coloca a documentação no processo de aquisição, ambos submetidos às ciências da preservação e ligadas a questões de herança cultural. A documentação - ato de preservar - diz esta autora, faz "o passado tornar-se acessível". (CAMARGO-MORO; 1986: Introdução) Daí nasce à importância dos registros.

⁶⁶ Notas de aula da disciplina de Documentação de Museu, ministrada pela museóloga Gisele Marques Leite Paixão em 1986 e 1987, no antigo Instituto de Museologia da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

⁶⁷ O termo "decodificação" emprestado da Linguística, significa na teoria da informação um programa de operações que consiste em reconhecer por um intermédio de um código os elementos simbólicos constitutivos da mensagem e em identificá-los com as unidades discretas da língua a partir da qual o código foi elaborado. Se aplicável à linguística frasal, o termo decodificação, recomendam Greimás & Courtés, "será substituído com vantagem pelo de interpretação". (GREIMÁS & COURTÉS; 1998:100)

Muito desta postura “reflexiva” sobre a documentação de museus, recortada arbitrariamente para demonstrar duas tendências polarizadoras dessa atividade, nasce e é gerada a partir do pensamento de George Henri Rivière, com o apoio de sua colaboradora Yvonne Oddon, e divulgada através das reuniões internacionais do ICOM/UNESCO⁶⁸. Vale ressaltar que na França pós-segunda guerra desenvolveu-se uma museologia renovada, muito pela atuação de Rivière.

Rivière concebia os museus como “Centros de Documentação” tendo a documentação a responsabilidade de implantar alicerces para o que denominava “museu-laboratório”, uma associação entre o “museu cultural” (*musée culturel*) e “museu científico” (*musée scientifique*). Como Centro de Documentação, o museu prevê um usuário externo com acesso a essa documentação. (LA MUSEOLOGIE SELON G.H.R.; 1989: 175 e 179). Tal documentação centra-se no objeto e este é tido como fonte primordial de pesquisas num museu. Oddon dará forma e função aos chamados “instrumentos documentários” (no caso dos museus modelos de inventário, fichas de cadastramento, catálogos analíticos e sistemáticos) (ODDON; 1968: 2) básicos, segundo Rivière para a “comunicação da informação científica” como também meios para “racionalizar a informação”. (LA MUSEOLOGIE SELON G.H.R.; op.cit.: 175). A premissa de Rivière era de entendermos a missão particular de um museu como de acumulação de coleções, consideradas como material fonte, e a exposição a expressão visual daquelas informações. A documentação neste caso se adéqua aos objetos, e o estudo das coleções depende da “elaboração de instrumentos de classificação e análise, que servem tanto para a organização da documentação, como para uma gestão rigorosa.” Forma-se um laço entre a difusão (responsável por questões educacionais e culturais) mas também pela transmissão da informação científica. Como o objeto é plúvivo, a documentação deve ser polivalente e ocupar um lugar central “nessa instituição de pesquisa que representam todos os museus”. (LA MUSEOLOGIE SELON G.H.R.; op.cit.:173)

Compreender o papel da documentação para servir a usuários externos, como apoio da pesquisa e auxiliar na difusão de informações científicas na visão de museu como “Centro de Documentação”, caracteriza uma perspectiva “reflexiva” desta⁶⁹ documentação, em muito diferente da perspectiva “tecnicista” norte-americana. Nesta vertente há uma preocupação visível com a formalização da informação, nos seus aspectos de registro, armazenamento e recuperação. Aqui a função primeira da documentação é responder às organizações mantenedoras e trata-se de uma questão de procedimentos técnicos englobados na designação comum de “registration”. (DUDLEY, WILKINSON et alii; 1979). Ao “registorador” cabe criar e manter os registros, responder pela custódia dos objetos, tendo que para isso “fornecer informação atualizada sobre cada objeto, localização, estado e condição de conservação”, considerados como informação específica sobre os objeto (RICCIARDELLI; s/d:2). Os registros são vistos como documentos legais (registros de incorporação, localização, doação, venda e publicação) e fazem parte da prestação de contas do museu perante o público (idem:3). A ênfase aqui é dada aos aspectos legais, à conservação,

⁶⁸ A ONU - Organização das Nações Unidas - e seus múltiplos órgãos substituí em 1945, aqueles subordinados à Liga das Nações⁶⁸. Em 1945 e 1946 instala-se a UNESCO, para tratar ao nível internacional de assuntos relacionados a Educação, Ciência e Cultura e neste mesmo ano, em Paris, pela iniciativa de Chauncey J. Hamlin dos Estados Unidos é presidente da American Association of Museums e seu primeiro presidente, cria-se o ICOM (Council International of Museums).

⁶⁹ É necessário comentar que George Henri Rivière foi diretor do ICOM durante muitos anos, e através desse organismo suas idéias difundiram-se pelo mundo, inclusive nos Estados Unidos.. Assim, a divisão aqui apresentada é arbitrária, e visa distinguir, como nos propusemos acima princípios que se não opostos são complementares, mas diversos entre si.

manutenção, o cuidado físico das coleções. Aqui acessam-se “dados” para o chamado “gerenciamento das coleções”, perspectiva na qual a documentação aproxima-se da vertente administrativa, incluindo os aspectos jurídicos e de entrada/saída das peças. Marie C. Malaro caracteriza o gerenciamento de coleções como uma política e a define: “(...) uma declaração escrita e detalhada que explica porque um museu é operacional e como ele dirige seus negócios, articulando padrões para os profissionais de museus sobre os objetos que foram deixados em seus cuidados. A política serve de guia para os profissionais e como fonte de informação para o público.” (MALARO; 1985:43).

Por essa tendência evidencia-se os procedimentos de trabalho padronizados, distingue-se atribuições, responsabilidades, tarefas e funções entre o “registrador” (que também tem o sentido de “escrivão”) e o “curador”, cabendo ao primeiro a elaboração e manutenção dos registros e para o segundo às pesquisas. (DUDLEY et alii: 1979). Os registros facilitam a localização dos objetos, dizem sobre a movimentação das coleções (entrada/saída), provêm a instituição com documentos para auditorias, auxiliam avaliações e seguros de obras, ajudam em vistorias nos locais de armazenamento, e fornecem dados para a montagem de exposições. Subentende-se que a documentação serve somente para a instituição (usuário interno), ressalta-se a questão do controle⁷⁰ das coleções.

As duas tendências podem ser comparadas quanto à forma pela qual se lida com a documentação do objeto. Na tendência “reflexiva” busca-se a individualização do suporte, correlação com a pesquisa e assim a produção de conhecimento. A documentação visa os aspectos “intrínsecos” e contextuais do objeto e uma vez associada à pesquisa, às inúmeras possibilidades de compreensão desse suporte informativo. Não ficam escamoteadas as necessidades da instituição. Já na tendência “tecnicista” a preocupação volta-se para os aspectos “extrínsecos”, no sentido de esquematizar e homogeneizar as referências do objeto. Pode-se dizer que a proposta da documentação nas visões de Rivière e de Yvonne Oddon, objetiva a transmissão de um amplo espectro informativo a respeito das coleções. Na tendência “tecnicista” o “por que” e “para que” da documentação visam uma “prestação de contas”.

Optar por uma tendência ou outra, ou pela conjugação das duas, significa direcionar não somente o fluxo de trabalho e sistematização das etapas de processamento operacional, mas relaciona-se com as proporções que o sistema de documentação deve assumir, determinando sua retração ou extensibilidade. Tais variáveis interferem na arquitetura do sistema, na capacidade de operá-lo e nos produtos informativos (documentários) que podem ser gerado a partir de matrizes. Consideramos significativo ter em mente que as tendências aqui apresentadas, vindas de contextos culturais diferentes, apontam para níveis de aprofundamento no tratamento da informação sobre coleções. Demonstra-se inclusive que em décadas anteriores ainda recentes (anos 70 e 80), consignava-se aos “sistemas”, como veremos a seguir, a responsabilidade pela geração de dados e pela recuperação da informação, que o sistema por si não pode realizar.

⁷⁰ No contexto de teorias da Administração, o sentido de “controle” é o de “processo que compreende as decisões sobre a compatibilidade entre objetivos esperados e resultados alcançados. (MAXIMINIANO; 1997:17).

3. A documentação a partir do objeto

De um lado, objetos são específicos têm lugares no tempo e no espaço; são feitos de materiais com peso, cores, etc. Por outro lado, objetos são fantasias, produtos da imaginação humana (...) mas congelados em formas tangíveis.

Susan PEARCE

3.1 O objeto como documento no Museu

Ao vocábulo "museu" já esteve incorporado, num passado remoto, à idéia de compilações exaustivas de caráter enciclopédico⁷¹(SUANO; 1986:11). Por razões históricas relacionadas ao colecionismo, esse vocábulo passa, ao longo do tempo, a caracterizar espaços físicos onde objetos são colocados à mostra como suporte para demonstrações, estudo e difusão de conhecimentos (SCHAER; 1993). Mesmo tendo ocorrido a mudança de conceito do que venha a ser um "objeto museológico", conceito esse ampliado para além do congelamento de formas tangíveis, é amplo o consenso de que coleções de objetos são a razão de ser dos museus (PEARCE; 1986a:198). Essas coleções, e a forma de tratamento que recebem, são o elemento característico e diferenciador entre Museus, Arquivos e Bibliotecas (BELLOTTO;1991:14-15). No entanto, fundamentalmente todas estas instituições lidam com coleções de "objetos", ainda que nestes casos sejam objetos aparentemente homogêneos (livros e documentos escritos), nos quais o sujeito do trabalho é o conteúdo. No caso de objeto de museu, fragmentos extraídos da realidade não tem começo, meio e fim como num texto, mas tratam-se de itens cuja forma e conteúdo são sujeitos a investigação, a "decifração", porque não estão no próprio objeto. Como parte de uma realidade ele só tem sentido se relacionado a um *contexto* (histórico, ou cultural, ou natural).

O objeto e, sublinhe-se, seu estudo nos museus, é tão significativo que Ulpiano B. Meneses, assim enfatiza sua importância: "(...) a honestidade de um museu para com seu público passa primeiro pela sua honestidade para com seu objeto e, por via de conseqüência, seu acervo (...)”⁷².

No museu, o objeto é decodificado a partir de uma série de referências que são extraídas tanto de sua materialidade presente (materiais empregados, técnicas de produção, dimensões, formato, cor, etc.), como de referências não presentes nesse suporte, como sua história e proveniência e seu contexto cultural/natural. Ou seja, o objeto é entendido a partir de suas relações com outros objetos em um dado meio. No que tange à documentação de museus, tais referências tornam-se *dados do objeto, sobre o objeto e ao redor do objeto* a serem registrados.

Ao traçarmos um paralelo para distinguir o livro e o objeto material de museu, poderíamos dizer que o primeiro é um artefato-produto pronto para consumo na forma de leitura, ou melhor seu conteúdo é dado *a priori* pelo autor. Já o objeto de museu nem sempre tem seu sentido e função determinados, sofrendo mudanças de valor e significado ao ser deslocado de seu circuito primário de uso para o circuito do museu. Deste modo, a materialidade do objeto não constitui a sua

⁷¹ Como o *Museum Metallicum* publicado por volta de 1600 pelo naturalista Aldovrando de Bolonha; *Museum Museorum* (elenco de especiarias); *Poetical Museum* (coletânea de canções e poemas); *Museum Britannicum* (assuntos elegantes para conversação) (SUANO; 1986:11).

⁷² MENESES, Ulpiano B. - *Museus e sociedade/ Museus e público: propósitos sem ilusões*. s/d (mimeo)

referência fundamental, apesar de ser a mais imediata. Agregam-se aos objetos outras dimensões, como por exemplo as cargas simbólicas, que fazem da compreensão do sentido e conteúdo do objeto ultrapassar as barreiras de sua materialidade. O objeto faz a ponte entre o invisível ilimitado e o visível da experiência pessoal (MENESES; 1980:10).

Cria-se um paradoxo, pois no museu o objeto, sofrendo um esvaziamento da funcionalidade e simbolismo anteriores, deve passar por “uma forma diferente de leitura” que procurará recuperar as evidências de sua antiga funcionalidade e/ou simbolismo (MENESES; 1980: 6). “Leituras” essas que se fazem a partir de questionamentos de terceiros, indo além da percepção da função primária. O objeto ganha a natureza de documento⁷³, quando trasladado do contexto original para o contexto daquele que o questiona, como diz Meneses, quando introduzido “(...) no *meu contexto cultural*” (grifo do autor) (MENESES; 1980:5). Já para Waldisa Rússio os objetos em museus passam ao estatuto de documentos porque considerados provas, testemunhos fidedignos “do homem e do meio”, este o sentido do conceito de *musealização* (RÚSSIO; 1984: 61). Ou seja, a atribuição de valor de documento ao objeto de museu é dada pelo contexto institucionalizado (o museu), que por si atribui valor de testemunho e prova àquele suporte, como também por sua análise e interpretação, essas a serem investigadas.

Ulpiano B. de Meneses faz uma analogia do objeto de museu com o trabalho do arqueólogo, que busca nos restos materiais o estudo não só do suporte mas do entendimento de sistemas sócio-culturais. O que equivale a dizer que o objeto não é índice⁷⁴, ele não se esgota em si mesmo, mas sim um “documento com carga de trabalho acumulado”. Os resíduos materiais são portadores de informações porque *remetem* a relações acontecidas entre homens, e o objeto, nesse contexto significa “um resíduo físico das relações sociais” (MENESES; 1980: 2 e 8).

Nesse sentido, o objeto como documento no museu depende da pesquisa, pois como vimos ele se configura como uma espécie de “recipiente” de informações a serem extraídas. Serão os métodos de “leitura” do objeto/documento que construirão quadros de referências anotadas, registradas e inter-relacionadas - assim visíveis - geradoras de um volume significativo de informações a serem organizadas, para fins de recuperação, pela documentação de museus.

3.1.1 Objeto e contexto: a busca da informação associada para o MAV

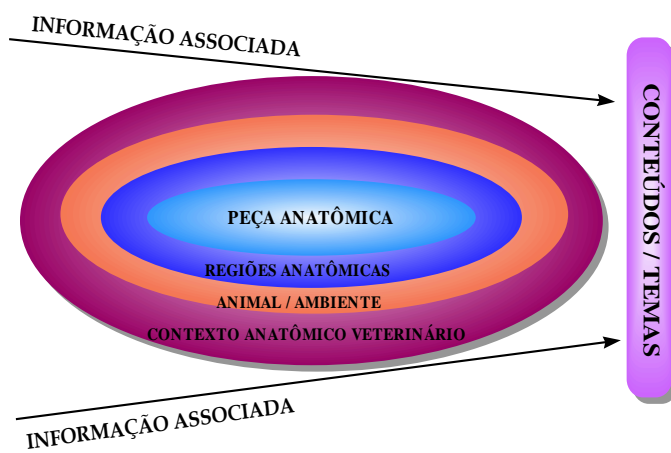
Considerando as reflexões acima apresentadas, assumimos a perspectiva de que as peças anatômicas são “artefatos-anatômicos”, uma vez que há ao menos uma dimensão das coleções do MAV que se ajusta à noção de peça anatômica como “artefato⁷⁵” pois, essa noção é suficientemente ampla para abarcá-la. A aplicação de técnicas anatômicas, responsáveis pela

⁷³ Segundo Ulpiano B. de Meneses a etimologia da palavra “documento” - *documentum* (com a mesma raiz latina do verbo *doceo* - ensinar) significa formar, transmitir e comunicar informação e, assim também “modelo”, o que leva o autor a concluir que o documento gera informações a partir de paradigmas pré-fixados (MENESES; 1980:2). Já no estado dicionarial a palavra “documento” apresenta o sentidos de: ensino, aviso, advertência, exemplo, modelo e prova (FIRMINO; Nicolau. (s/d) **Dicionário Latino Português**. São Paulo : Ed. Melhoramentos; 191).

⁷⁴ Para Ch.S. Pierce o índice (oposto simultaneamente a ícone e símbolo) opera uma relação de contigüidade “natural”, ligada a um fato de experiência que não é provocado pelo homem (GREIMÁS *et alii*; 1998:232).

⁷⁵ No sentido dicionarial “artefato” é qualquer objeto manufaturado, aquilo que é produto de manipulações. (FERREIRA, Aurélio B.H. [1986] :176)

transformação de um animal ou órgão, correspondem a um tratamento intencional, ou seja, a peça anatômica é resultado direto de uma intervenção humana. Por conseguinte, as peças anatômicas de modo similar a qualquer outro objeto de museu, são produtos de uma elaboração técnica ou técnico-científica⁷⁶. Esses produtos não são coisas isoladas em si, mas mantêm vínculos com contextos, neste caso, contextos científicos e técnicos (técnicas anatômicas), ao qual a peça anatômica pode ser remetida. Nesse remissão estabelecem-se quadros referenciais, ao modo de mapas temáticos, ao qual a peça anatômica pode ser associada, de tal forma que a partir da peça anatômica desencadeia-se, tal como fios condutores, relações de vizinhança, por exemplo, entre a peça e as regiões anatômicas, das regiões anatômicas para o animal e o meio (suscitando questões sobre a adaptação e mudanças na estrutura do animal), e deste para o contexto anatômico propriamente dito.



Nesse universo não explícito, nesse contido (conteúdo) - agregado não aparente - encontra-se a informação associada, o gérmen dos temas aos quais cada item da coleção (e por extensão a coleção no seu conjunto) pode estar relacionado. Esta situação abre um leque de possibilidades de inserção da peça anatômica em contextos informativos diferenciados, considerando-se que ela também é um suporte plurissignificativo, o

que equivale a dizer, que sob o ponto de vista documentário há modos de ampliar as informações sobre a coleção para além da sua descrição física.

Voltemos, a título de parâmetro, ao exemplo do estudo de objetos da cultura material. Susan Pearce propõe uma metodologia de estudo de objetos de museu, considerando que tais estudos, base para o desenvolvimento de serviços de museus (exposições, publicações, etc.), personificam informações ímpares para essa instituição, para os pesquisadores e o público. Materialidade, história, ambiente e significados seriam os patamares a partir dos quais são investigados níveis de propriedades dos objetos (PEARCE; 1986a). Em cada patamar deve-se observar os seguintes aspectos:

- na **materialidade** - os aspectos físicos (matérias-primas, métodos de construção/fabricação, ornamentos, etc.)⁷⁷ para a descrição física da peça;
- quanto à **história** - investiga-se a história do próprio objeto e detalhes (autor, fabricante, seu uso no tempo e no espaço), além de fatos subseqüentes, a inserção do objeto numa coleção (ou coleção anterior), publicações e exposições.
- quanto ao **ambiente** - o contexto (macro e micro contexto) e,
- **significado** - as escolhas (emocionais, psicológicas e outras) do grupo a que o objeto pertenceu⁷⁸ (PEARCE; 1986a:200).

⁷⁶ Consideramos que há peças anatômicas que assemelham-se a obras de artesanato.

⁷⁷ Dos aspectos físicos - traços descritivos - o curador cria o "tipo" ou "modelo" ideal, que se presta para estabelecer parâmetros em estudos comparativos com outros objetos. Criam-se categorias tipológicas para os artefatos.

Esta abordagem, utilizada em museus onde os estudos de cultura material são bastante desenvolvidos, visa captar tanto a dimensão material como também a dimensão imaginativa que permeou a execução daquele objeto. Se estes métodos contam com abordagens de linhas teóricas diferentes⁷⁹, importa-nos frisar o ponto em que Pearce demonstra que os objetos são signos, o que equivale a considerar não o objeto isolado mas participante de um conjunto (PEARCE; 1986b).

No esquema ilustrativo acima entendemos não só a peça anatômica descrita na sua materialidade, mas, consideramos também que ela dialoga naturalmente com um grupo maior de relações, obtendo-se como resultado a chamada informação associada. Assim, será a busca do contexto que importa para compor o sentido e o significado desse suporte peça anatômica, e não a peça em si isolada. Ainda que as peças anatômicas possam ser estudadas, tal como outro objeto da cultura material do ponto de vista da história, do ambiente e das escolhas que foram feitas para criar tais peças, o que recomporia, através da investigação, um quadro amplo de referências sobre as coleções do MAV, priorizamos nessa pesquisa a busca da informação associada em círculos mais próximos a esse suporte (região anatômica, animal/ambiente e contexto anatômico veterinário), tendo em vista compreender os conteúdos e temas que os permeiam. Nessa perspectiva, a apresentação dos métodos de estudo de objetos da cultura material, nos servem como exemplo e demonstrativo de que as peças anatômicas são passíveis de tais interpretações enquanto artefatos. A percepção de peça anatômica/artefato deixa de ser um fato anatômico cristalizado, mas acrescido daquelas referências não presentes, passam a referir-se a contextos de significação da qual fazem parte. No que compete ao escopo desse trabalho, tais contextos de significação correspondem a disciplina da Anatomia Veterinária Comparada (área da Medicina Veterinária), a Biologia, e das técnicas anatômicas, linhas de margem do campo nocional dessas coleções.

3.1.2 A interligação entre a pesquisa e a documentação de museus

Na abordagem acima se percebe o papel da pesquisa sobre coleções de museus para o estudo de propriedades, similaridades e diferenças, inserção no ambiente próximo e distante, dos significados, que em última instância se propõe a alcançar níveis interpretativos sobre o objeto. Desses procedimentos de investigação e análise resultam tal complexidade de dados que nem sempre estes podem estar sintetizados em registros na documentação de museus. Nesse ponto, consideramos que há uma margem delimitadora entre as atribuições da pesquisa, responsável pela investigação, e a documentação de museus. Se à pesquisa cabe o desenvolvimento e a interpretação *sobre* os objetos, à documentação cabe operar *sobre* as *informações das coleções*, torná-las disponíveis, e assim executar o tratamento da informação estabelecendo os métodos para sua recuperação. Pode-se dizer que a documentação de museu e a pesquisa associam-se, e na prática, quando há ausência de pesquisadores, a documentação pode acionar procedimentos de investigação, o que não é o mesmo que executá-la.

⁷⁸ Por exemplo, um objeto pode estar associado ao prestígio social.

⁷⁹ Como da história social, história da arte, *behaviorista*, funcionalista (PEARCE; 1896b), estruturalista (PEARCE; 1987).

Poderíamos dizer, usando de uma analogia, que a pesquisa na sua investigação gera um “estoque de conhecimentos” contidos no objeto, e a documentação de museu por sua vez, organiza e estabelece uma estrutura para que se dê o acesso aquele estoque criando, assim, um meio de movimentá-lo num fluxo informativo.

3.2 De coleção para acervo: a formação de estoque informacional

Vimos que a passagem de coleções para acervo se faz pelo trabalho sistemático sobre esses conjuntos, trabalho esse que em museus é representado por várias tarefas, tendo na documentação uma de suas pontas, uma vez que são coleções institucionalizadas sujeitas a um programa estabelecido de objetivos e metas (LOURENÇO; 1997:4). Sob o enfoque da documentação em museus, a multiplicidade de abordagens geradas a partir da pesquisa do objeto, acrescida do fato de que no museu o objeto se sujeita ao fenômeno da plurissignificação, corresponde a possibilidade de que eles possam participar de vários contextos informativos. Tangenciamos nesse aspecto os métodos de organização dos campos do conhecimento, categorizados em assuntos formando uma “linguagem de indexação”, essencial, como afirma Vale, para a “eficácia de um sistema de recuperação da informação”(VALE; 1987:12).

Diz George Henri Rivière sobre as classificações em museus: “Se a classificação se funda sobre princípios pertinentes, ela permite operar mais eficazmente sobre os objetos, ajudar na descoberta, compreender e preencher mais facilmente as lacunas da própria pesquisa, eventualmente ajudar na criação de novas formas (de pesquisa)” (LA MUSÉOLOGIE SELON G. H. R; 1989: 176). A descrição detalhada do objeto pode conferir-lhe outros significados, o que leva Rivière a compreender a documentação de museu como uma atividade taxonômica segundo a disciplina de base, ou seja aquela a que as coleções estão ligadas. O objeto, diz Rivière, impõe necessidades precisas de denominação e classificação (LA MUSÉOLOGIE SELON G. H. R; 1989: 176).

Assim, na medida em que a documentação de museus trata da organização informação, articulando as informações associadas, operacionaliza aquele universo de conhecimentos produzido pela pesquisa. Dessa organização firma-se o fluxo de informação, servindo quer à pesquisa (e pesquisadores), quer à instituição, quer à própria tarefa de indexação para os objetos. Forma-se um circuito ativo de atividades documentárias e informativas capaz de reverter aquele conhecimento para um número maior de usuários. Objetos e espécimes que um museu possui mais “ (...) os dados que revelam mais amplamente a disciplina de base”, estão para Rivière nas questões de comunicação de informações científicas, essa uma das “maiores tarefas de um museu” (LA MUSÉOLOGIE SELON G. H. R; 1989: 176).

4. Sistemas de documentação em museu (SDM): conceitos

Se pudermos visualizar a forma, poderemos compreender o sistema.
James GLEIK

Diante da fragilidade, ou precariedade, da informação não registrada a humanidade, desde a antiguidade, formalizou a necessidade de estocar a informação registrada e disponibilizá-la para que esta pudesse ser utilizada pelas mais variadas categorias sociais.

Johanna SMIT

A documentação de museus acionada a partir de objetos concretos funde-se ou mesmo confunde-se com registros, e esses com os sistemas de documentação de museus. Em vista desse fato, a palavra "documentação" em museus, fica entendida no seu sentido mais abrangente como ato de documentar, tendo a função ampla de abordar as coleções de museus. Ao sistema de documentação de museus (SDM) cabe o trato e o seguimento daquele ato - de certo modo o sistema⁸⁰ torna-se o seu processador. Por sua vez, o SDM configura uma estrutura conceitual permeada de procedimentos e materializada numa estrutura física, que *através* de uma série de registros interligados dá o suporte operativo para que o sistema em si funcione. O SDM irá interagir com eixos determinados pelas metas da documentação de museus, tomados como diretrizes para suas operações, que caracterizamos como eixos administrativo, curatorial e documental, mas não *documentário* pois não se propõe a obter informação⁸¹, esta ficando como uma consequência casual do sistema.

Do ponto de vista do seu histórico, lembramos que a documentação de museus trilhou etapas sucessivas de complexidade no percurso de sua formação, até que ela chegasse à noção de sistema propriamente dita. Nos idos anos 60, não é a idéia de sistema que está presente, mas sim a necessidade de singularizá-la como própria da instituição museu, deste modo será chamada por "documentação museográfica"⁸² por Yvonne Oddon. Essa autora, transportando técnicas biblioteconômicas para a documentação de museus, sugere etapas de processamento técnico, propõe modelos de fichas, e procura caracterizar os "instrumentos documentários" de museu. Como resultado desse processamento é possível realizar o recenseamento dos bens da instituição, ou servir de alicerce para a documentação científica, uma vez que os instrumentos documentários descrevem e classificam os objetos (LA MUSÉOLOGIE SELON G.H.R.1989:175). Oddon entende a documentação museográfica compartimentalizada em "serviços" tal como nas Bibliotecas: os serviços de registros, os de inventário, os de catálogo, a fototeca, a filmoteca, a fonoteca, e a biblioteca (ODDON; 1968:1). Para o estudo das coleções, diz a autora, serão necessários "instrumentos de classificação e análise", compreendidos como fundos⁸³, acompanhados de fichas alfabéticas e sistemáticas, e dossiês "que permitam ao utilizador acessar os documentos e

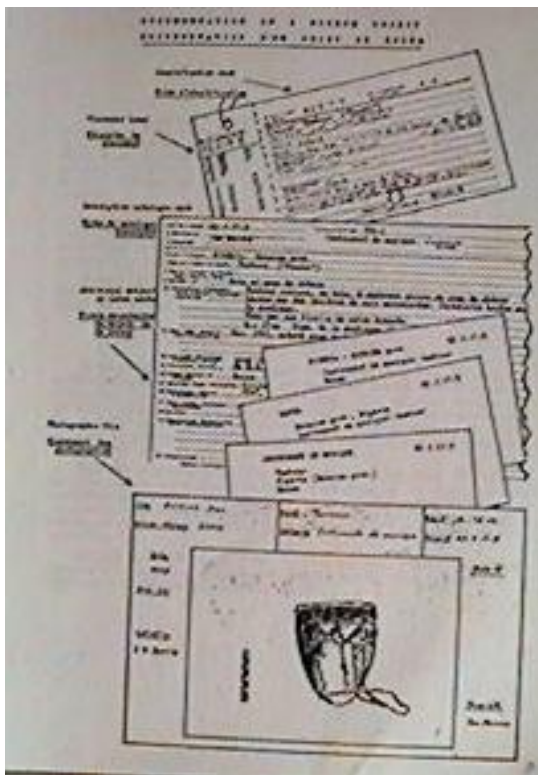
⁸⁰ A noção de sistema em que nos apoiamos "é um conjunto de partes ou elementos que formam um todo unitário ou complexo. Os sistemas são feitos de dois tipos de componentes ou partes: físicos (concretos, itens materiais) e conceituais (conceitos, idéias símbolos, procedimentos, regras, hipóteses)(...)" (MAXIMINIANO; 1997:238).

⁸¹ A palavra "Informação", segundo Diana Cohen, foco de interesse da Ciência da Informação, tem uso diverso no sentido cotidiano ou em linguagens especializadas, na dependência do contexto (discurso) em que se acha inserida. É possível distinguir uma série de relações possíveis: Informação/Conhecimento; Informação/Observação; Informação e Dados; Informação e Decisão, Ação, Incerteza; Informação e Linguística; Informação nos Seres Vivos; Informação nos Sistemas Sociais; Informação e Máquinas (MACHLUP *apud* COHEN; 1995:90). Ou seja, ela é uma palavra maleável. No contexto dos sistemas de informação, caso dos sistemas documentários, a autora propõe o uso de "informação documentária" ao se referir à relação sistema/usuário, pois é uma informação previsível, portanto não aleatória (COHEN; 1995: 89-121).

⁸² Em francês "documentation museographique", em inglês "museum documentation".

⁸³ O termo "fundo" encontra-se associado mais à área de Arquivos e corresponde à "Unidade constituída de documentos acumulados por uma entidade (...)". Relaciona-se com acumulação e coleção (CAMARGO *et alii*; 1996:40)

compreender suas múltiplas referências". Eles têm finalidade dupla: a organização da documentação e suporte para a gestão administrativa. Numa concepção da documentação de museu intrinsecamente ligada à pesquisa das coleções, Odon e Rivière compartilham a idéia de que a documentação pode gerar programas de pesquisa, o que equivale a dizer que organizando a documentação ter-se-ia os fundamentos para formar o "museu-laboratório", tornado-o um "Centro de Documentação"(LA MUSÉOLOGIE SELON G.H.R.; 1989:173-175). Para ambos, os instrumentos de recuperação (como os catálogos, por exemplo) são o meio para se obter o que chamam de "informação racional", e a palavra "documentação" é escolhida "por sua polissemia, uma vez que interessa à pesquisa ativa de informações, por sua produção pelo próprio museu e enfim sua comunicação (...)"(LA MUSÉOLOGIE SELON G.H.R.; 1989: 173-175).



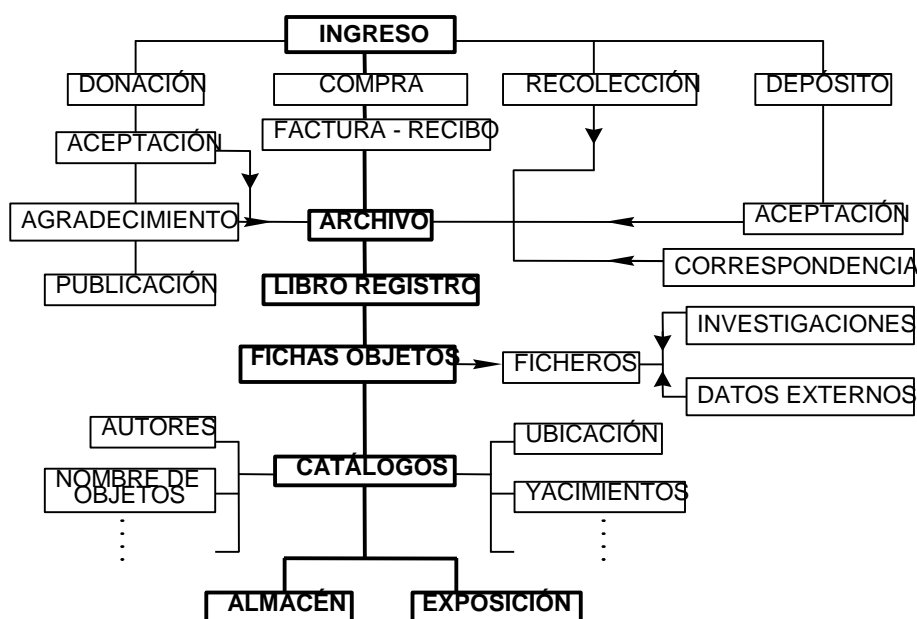
A documentação museográfica: a documentação de um objeto de museu, numa seqüência de fichas (ODDON; 1968: 23)

Nos anos 70 e 80 a documentação estará caminhando par e passo com a noção de enfoque sistêmico⁸⁴ e os SDM passam a ser indispensáveis como observamos nesta citação: "(...) uma parte desta informação nos chega com o objeto mesmo, e a outra se estabelece através da pesquisa. É indispensável que cada museu (ainda que dependa de outra instituição) tenha um *sistema de documentação* no qual figurem todos os dados concernentes à propriedade e identificação dos objetos " (grifo nosso)(PORTA *et alii*; 1982: 18), mas o tratamento da informação não é explicitado.

⁸⁴ As seguintes idéias devem estar presente ao tratarmos de "sistemas":

- a de *complexidade* - pensar "sistema" ou "enfoque sistêmico é compreender a multiplicidade e interdependência das causas e variáveis dos problemas complexos e organizar soluções complexas para esses problemas";
- e no *ambiente* - fontes de influência e variação. As bases do enfoque sistêmico nascem das seguintes teorias: Teoria da Forma (1924) quando psicólogos alemães desenvolvem o conceito de *gestalt* ; Cibernética, a partir da década de 40 com contribuições do matemático Norbert Wiener, e Teoria Geral dos Sistemas, desenvolvida pelo alemão Ludwig von Bertalanffy (MAXIMIANO; 1997 : 238, 239, 242 e 245).

ESQUEMA DEL SISTEMA DE DOCUMENTACIÓN DE UN MUSEO



(PORTA & alii; 1982)

Observe-se no esquema acima que tanto para a documentação de museus, como para os SDMs a preocupação é com a captação de dados sobre as coleções, com a situação jurídica dos objetos perante a instituição, e com a pesquisa, estas o centro de operações destes sistemas.

Tendo assim como finalidades e metas da documentação de museus o assegurar a identidade das coleções para facilitar a gestão administrativa, a interpretação e estudo das coleções para valorizá-las e apresentá-las (ODDON; 1968:1), distinguimos três eixos pelo qual os SDMs devem funcionar: o *administrativo* (gerenciamento); o *curatorial* (investigação/pesquisa); e o propriamente *documental* (para dar identidade às coleções).

Espera-se que o SDM, combinando tais eixos, possa trazer subsídios para o museu para a definição de políticas de pesquisa na perspectiva de G.H. Rivière (LA MUSÉOLOGIE SELON G.H.R.;1989:169-178), ou de aquisição (CAMARGO-MORO;1986). Não havia em mente, portanto, estabelecer uma política de informação propriamente dita.

4.1 Funções e objetivos dos sistemas de documentação em museus

Se os eixos (administrativo, curatorial e documental) são caminhos operatórios, a matéria prima dos SDMs são os dados coletados *a partir* do objeto e *ao redor* dele. Os dados "*a partir*" do objeto, supõe duas alternativas, aqui diferenciadas com finalidades explicativas:

- a primeira, quando da transferência do objeto para o museu, que ele seja acompanhado de documentos⁸⁵ nos quais já venha anotado nome, descrição, proveniência, etc., e

⁸⁵ Esses documentos serão diferentes segundo o modo de entrada compra, doação, legado, comodato [empréstimo], coleta, e assim por diante. Situação ideal, mas nem sempre ocorrente.

- a segunda, quando o suporte é descrito na sua materialidade.

Os dados “*ao redor*” do objeto seriam aqueles advindos da pesquisa, dependem de análise e interpretação e formam a “informação associada”, como vimos na abordagem do objeto como documento⁸⁶.

Deve ser lembrado que os critérios para a implantação de um SDM submetem-se a diretrizes institucionais, e ao tipo de coleção (de arte, história, zoologia, geologia, anatomia, outras), cada uma necessitando dados adequados.

As funções e objetivos dos SDMs delimitam-se pelas conotações com que na área de museus a palavra “sistema” é empregada: método, esquema, estruturação de trabalho em etapas, passos a serem seguidos, encadeamento de registros (PORTA *et alii*: 1982:12, 13 e 19), ou evoca um processo rígido, limitado, dirigido ao exterior ou por ele imposto, sem espaço para o espírito criativo, confundida de certa forma com a noção de “análise de sistemas” (CAMERON; 1970/1: 11), ou ainda intimamente ligada à informação para a tomada de decisões e solução de problemas (SISTEMA NACIONAL DE DOCUMENTACIÓN MUSEOLÓGICA; Argentina, s/d). A “arquitetura” do sistema estabelece etapas para o controle do objeto até chegar ao seu armazenamento em reservas técnicas, ou em sua locação na exposição. Trata-se assim de esquema para acompanhamento do fluxo do objeto dentro do museu⁸⁷. Poderá também ser uma etapa prévia para posterior informatização do sistema. No caso de que o SDM vise a base de redes regionais ou nacionais, surge com maior veemência a necessidade do controle do vocabulário⁸⁸ para o intercâmbio de informações entre os mais diversos usuários⁸⁹.

A função do SDM, tal como se apresenta na bibliografia, no patamar que poderíamos dizer conceitual, é de certa forma a de modelar a organização da própria documentação, operando com dados a partir do objeto, fazendo interagir os eixos administrativo, curatorial e documental. Do ponto de vista operacional, espera-se que ele auxilie a disciplinar as tarefas a serem executadas em etapas. Com tais coordenadas tornam-se objetivos do sistema subsidiar a administração do museu no gerenciamento das coleções (eixo administrativo); prover pesquisadores e/ou especialistas com dados básicos sobre as coleções (eixo curatorial) e assegurar a cada item da coleção um única identificação, o que em museus equivale à rotina de trabalho (eixo documental).

Deduz-se que alguma operação para o tratamento da informação exista mas fica implícita, pois o controle de vocabulários é algo que o sistema não pode realizar por si, e no entanto imprescindível, como podemos inferir da afirmação de Chenhall quando comenta da importância dos índices remissivos: “(...) qualquer documentação de objetos numa coleção deve ter *índices cruzados de tantas formas quantas sejam possíveis ou as informações contidas nos registros não poderão ser usadas*” (grifo nosso) (CHENHALL; 1975: 9).

⁸⁶ Cap. II, item 3.

⁸⁷ VER esquema - Esquema del sistema de documentación de un museo.

⁸⁸ Esse projeto argentino previa implementar um vocabulário com palavras-chave tendo como base uma versão adaptada do MICRO-ISIS (elaborada originalmente para dados bibliográficos desenvolvido pela UNESCO) (SISTEMA NACIONAL DE DOCUMENTACIÓN MUSEOLÓGICA; s/d.16).

⁸⁹ Na proposta argentina os serviços de consulta “da documentação e informação (...)”, também é denominado de “sistema de informação” (SISTEMA NACIONAL DE DOCUMENTACIÓN MUSEOLÓGICA; s/d: 5).

4.2 Etapas de processamento técnico

O processamento técnico divide-se em etapas sucessivas e por vezes concomitantes, na dependência do tamanho e da equipe de um museu. A partir da entrada do objeto no museu, serão desenvolvidas séries de tarefas correspondendo ao momento de ingresso (“dar entrada”) acompanhados de diferentes registros (Inventário, Livro de Entradas, Tombamento e fichas), de dossiês que abrigam os mais variados documentos (correspondências, etc.) formando arquivos diferentes. Desde o momento da entrada, e se a instituição tiver pessoal, equipamentos e laboratórios, as peças passarão por conservadores e restauradores (cuidando do estado físico dos objetos), que por sua vez elaborarão registros específicos sobre os tratamentos e intervenções realizadas. Considera-se, para museus de grande porte, que há um lugar central, um departamento, centralizador dos fichários e arquivos, como também dos catálogos. Alerta Fernanda Camargo-Moro, que não importa o tamanho ou as condições de um museu (se público, privado, etc.), importa sim que o uso de uma documentação estruturada “é essencial para todos os museus”(CAMARGO-MORO; 1986:41).

De modo genérico, cada movimento do objeto (entrada/saída/baixa), seja por qual motivo for, está envolvido e amparado por uma ou várias notações escritas, preferencialmente sobre fichas (ou modelos de documentos com validade comprobatória⁹⁰, formulários para empréstimos, retirada de peças, etc.), previamente elaborados para dar cobertura a uma determinada situação. Por sua vez o próprio objeto será foco de várias ações: medições e marcações com números provisórios ou permanentes, (o sistema numérico também deve ser previamente determinado) de acordo com cuidados de conservação⁹¹, fotos da peça, e assim por diante. O sentido mesmo de documentação de museus encontra-se intimamente ligado à elaboração de registros escritos, esses fundamentais para manter o controle físico das coleções (CHENHALL; 1975: 7). Carl Guthe, enfatiza a importância da conexão entre o “objeto e seu registro”, referindo-se à criação de uma identidade (para os objetos) a partir de “símbolos de identificação”, neste caso, números (GUTHE *apud* CHENHALL; 1975: 7).

São, portanto, ações (mecânicas) *sobre o suporte*. Quanto à recuperação dos dados sugere-se a determinação de palavras-chave com base na seleção de nomes e classes de objetos, números, e textos livres para descrições sucintas (CHENHALL; 1975; LIGHT *et alii*; 1986). Entretanto a determinação de palavras-chave não estabelece as necessárias remissivas, uma vez que estas dependem do estabelecimento de relações de equivalência para que haja a compatibilização entre as palavras, melhor dizendo dos termos, para o efetivo acesso e transferência de informação.

4.2.1 Catálogos e catalogação em museus

Há consenso na bibliografia que a “catalogação” em museus é função de especialistas (ou curadores), deles dependendo a pesquisa sobre o objeto/ coleções, e que a manutenção dos

⁹⁰ Termos de doação, de comodatos, etc.

⁹¹ Para cada tipo de material do objeto deve-se escolher o lugar e a forma de marcar os números. Ver CAMARGO-MORO; 1986.

registros é uma outra função sob a gerência de “registradores” (DUDLEY *et alii*; 1975:31). Entre os registros conta-se com fichas que podem receber as mais diferentes denominações⁹² e os catálogos de museus podem ser:

- fichários onde ficam as fichas, idealmente com certo grau de padronização da linguagem usada (DUDLEY *et alii*; 1979:31-2);
- ou um livro de registros (PORTA *et alii*; 1982:66);
- um fichário simples (análogo às fichas de cabeçalhos em bibliotecas) (CHENHALL; 1975: 9);
- a documentação de toda a coleção (fichas e outros documentos) arranjada em alguma sequência que não a numérica;
- listas simples ou múltiplas das quais constem o registro de cada objeto.

Diz Chenhall que um catálogo de museu “(...) *pode* ser qualquer um desses, e usualmente tem alguns elementos de todos eles” (grifo do autor) (CHENHALL, 1975:9). Por “catalogar” entenda-se: “localizar um objeto e seus registros associados com outros objetos similares ou relacionados em uma ou mais categorias de um sistema de classificação organizado”(CHENHALL; 1975:8).

No período dos anos 70 em que se iniciou a implantação da informática nos museus, autores como Robert Chenhall, esforçaram-se em diferenciar, para a documentação de museus e seus sistemas, não só uma etapa de procedimento da outra, mas especificar a função de registros, fichas, etc., mostrando que cada um deles tem um objetivo determinado. Assim, “registrar” corresponde a atribuição de uma identidade a cada objeto com um único número de registro, e difere de “acessar” (atribuir um número de acesso) (CHENHALL; 1975:8), como também difere de “catalogar” que é função da classificação (DUDLEY *et alii*; 1979:21)⁹³. Cada uma dessas ações tem metas particulares e não podem ser confundidas, mesmo sendo atividades correlatas (CHENHALL; 1975: 8).

Para a elaboração de catálogos de museus, Chenhall apontou como problemas⁹⁴: os sistemas de classificação; a consistência entre os termos usados por catalogadores; a escolha de categorias; os custos e o tempo do processamento (pensando-se na informatização das categorias de dados) e a redundância (multiplicação de fichas mudando-se o cabeçalho) (CHENHALL; 1975:10). Frente ao volume de dados que um objeto de museu produz, este precursor do uso da informática em museus comenta: “Qualquer sistema de informação (e um catálogo de museu é um exemplo especializado de um sistema de informação) deve ser desenhado com propostas explícitas (...). *Todos* os registros do catálogo não necessariamente devem ter *todas* as informações sobre o objeto. O mais eficiente catálogo contém *somente* a informação necessária (...)”(grifo do autor)(CHENHALL; 1975: 11).

A questão da recuperação das informações nos SDMs deste período, dependiam da clareza da concepção do sistema (manual ou informatizado) para obter respostas, e da catalogação e índices

⁹² “Ficha de catálogo descritiva” (ODDON; 1968: 23); “ficha de catálogo” ou “ficha catalográfica” correspondendo à “decodificação de profundidade” ou “catalogação aprofundada”, ou ainda “classificação”, para a qual se faz um registro, que compete a especialistas e acompanha o ritmo da pesquisa (CAMARGO-MORO; 1986: 79-80).

⁹³ Esses mesmos autores distinguem, porque consideram que há um departamento de registradores, que a catalogação é função de curadores, e cabe aos registradores a manutenção do fichário, “com base na informação fornecida pelos curadores” (DUDLEY *et alii*: 31).

⁹⁴ Nesse sentido os problemas são similares aos de bibliotecas (CHENHALL;1975.9).

remissivos contendo “quantidade e variedade de classes de objetos nas coleções” (CHENHALL; 1975: 8-9). Mas não é o computador que responde o que um catálogo de museu deve ser, e sim as necessidades de informação particulares de cada museu: primeiro há que se decidir o que se quer e, depois, estudar alternativas (CHENHALL; 1975:11).

Esses tempos do histórico da documentação de museus, comandados pela informatização (em alguns museus em países em particular), evidenciaram a necessidade de elucidar passo a passo os procedimentos dessa documentação para que fosse possível operar de forma mais eficaz com os sistemas informatizados⁹⁵. Mas, a recuperação da informação estava atrelada à relação custo/benefício/tempo, segundo os equipamentos e as possibilidades de trabalhar com as linguagens de programação (FORTRAN, COBOL, entre outras) e não segundo os “índices” e “catálogos”, vistos somente como a transposição dos dados das fichas, que nem mesmo a informática poderia captar e cruzar.

A “catalogação” em museus se estabelece como função de especialistas e se aproxima da pesquisa, enquanto o “catalogar”, no sentido acima apresentado, se aproxima da *descrição física* de um documento tal como na biblioteconomia e diz respeito às características do suporte na medida em que indica autor, título, editora, ano de publicação, cidade da publicação, número de páginas⁹⁶. Para museus ela corresponde aos dados sobre determinado objeto como nome, localização, autor, procedência, cronologia, etc. Espera-se encontrar através do “catálogo”⁹⁷ ou dos catálogos, os objetos similares.

Para museus a catalogação tem diversos sentidos, pois para uns é considerada tarefa especializada visando a pesquisa do objetos/coleções de museu, para outros ela é a seleção e composição de dados previamente estabelecidos como necessários (como em Chenhall), para outros ainda corresponde à decodificação (do objeto) na forma de catalogação temática. Diz Klaus Schreiner: “A catalogação dos objetos de museu é criação de uma documentação acadêmica desses objetos na forma de catálogos. Um catálogo temático sistemático é uma lista de todos os objetos do museu e coleções sob um grupo temático (...)” (SCHREINER; 1985:57). Esta operação encontra-se intrinsecamente ligada a classificação e o modo pelo qual está estruturada as áreas disciplinares as quais as coleções correlacionam-se. Os princípios para a classificação das coleções assentam-se no estabelecimento de grupos e sub-grupos temáticos, categorias ou material, e ela deve levar em conta o “tamanho da coleções” (SCHREINER; 1985:47). O ponto diferencial se estabelece a partir da perspectiva sobre o conceito de catalogação na área de Ciência da Informação, pois nesse ângulo a catalogação produz informações porque estuda, prepara e organiza mensagens codificadas, pensando-se nos itens que existe num acervo ou naqueles que poderão existir (MEY; 1995:5).

⁹⁵ Não são poucos os autores que alertam para a necessidade da manutenção de sistemas manuais em museus, base primeira e indispensável, mesmo que haja a possibilidade de informatizá-los (CHENHALL; 1975; CAMARGO-MORO; 1986).

⁹⁶ Mais recentemente entende-se por “catalogar” a *representação* de um dado item (MEY; 1995:5)

⁹⁷ Numa biblioteca o catálogo “é o índice da coleção existente; ele informa sobre a coleção (por autor, título e assunto); mostra os documentos (de um determinado autor, um determinado assunto e uma determinada língua e literatura); auxilia na escolha de um documento”. São distintas: a “catalogação descritiva” (indicar características que distinguem um documento do outro), da “catalogação analítica” (processo técnico para registrar determinadas partes de uma obra, ou um artigo contido em uma série ou coleção), forma pela qual o leitor toma conhecimento dos autores e assuntos. Ambas seguem normas e regras de elaboração (CAVALCANTI; 1970).

4.2.2 Dados ou categoria de dados

Dados e informações são tomados por vezes como sinônimos quando associados ao sistema de documentação em museus⁹⁸. Um outro sentido é o de “dado” como “atributo”, no sentido de “qualidade ou característica que pertence ou é própria do objeto. (Exemplo: nome do objeto, autor, técnica...)”(PORTA *et alii*; 1982:19). Jean Claude Gardin caracteriza “dado” como sendo “fatos da informação” (GARDIN; 1986:11). Eliyahu M. Goldratt explica que a distinção entre “dado” e “informação” se faz com base na relação de decisão requerida por um consultante. O que é dado para uma pessoa pode ser informação para outra, e assim “informação depende da visão do espectador”, ou “informação é a parte do dado que tem impacto sobre nossas ações”, ou ainda “informação não é a entrada para o processo de decisão, e sim, o resultado deste.” Informação nesse sentido é a resposta a uma pergunta formulada (GOLDRATT; 1996: 6 e117). Já no estado dicionarial “informação” significa “ação ou efeito de informar”, “instrução”, “indagação”, “investigação” e “notícia” (CINTRA *et alii*; 1994:14). O uso e recorrência da palavra “informação” gerou uma variação conceitual diversificada em diferentes áreas do conhecimento. Na relação entre “conhecimento/informação”, Cintra, Tálamo, Lara e Kobashi, consideram *conhecimento* como *estoque*, e *informação* como *fluxo de mensagens*, sendo que o significado de *informação* “(...) implica a presença de semas que envolvem apresentação, ou criação de idéia, segundo uma forma. (...) a informação se constitui ela mesma num conhecimento potencialmente transmissível” (CINTRA *et alii*; 1994:14). As *informações documentárias* próprias de um sistema documentário, dependem, para serem produzidas, de metodologias da Análise Documentária (AD) e tem sua própria especificidade, área de atuação e usuários específicos (KOBASHI; 1994; COHEN; 1995).

Frente à grande diversidade de tipos de objetos (e coleções), concorda-se que não há como estabelecer modelos absolutos para os registros ou fichas em museus, como também para as “categorias de dados”, como as denomina Robert Chenhall (1975). Isso leva alguns autores a considerarem quando se referem à documentação de museus, que esta ajusta-se aos objetos, como também às necessidades institucionais de informação⁹⁹(CHENHALL;1975; LA MUSÉOLOGIE SELON G.H.R., 1989). Uma coleção de botânica requer dados diferentes de uma coleção de peças anatômicas, e assim por diante. E mais, esses dados não se limitam a dados *do* objeto, mas incluem também os dados *sobre* e ao *redor* do objeto, ou seja aqueles que podem ser associados a esse suporte e não se encontram presentes no patamar descritivo do objeto. A idéia é captar ao máximo nuances do suporte e além dele, a chamada “informação associada” - aquelas que “(...) recebem, aumentam e difundem, dando ao objeto uma visão interdisciplinar, proporcionando-lhe um universo maior” (CAMARGO-MORO; 1986:42), mesmo que as necessidades institucionais, curatoriais e documentais sejam diferenciadas¹⁰⁰. Esse contexto informativo de um museu a partir do objeto, produz uma quantidade e variedade de dados o que leva Leonard Will, a afirmar a complexidade da indexação de objetos em museus (WILL; 1993).

⁹⁸ Sob o subtítulo de “*Necesidad de tener en buen estado los datos de los objetos*” o Sistema de Documentación para Museos encontra-se a recomendação que museus devem manter o “bom estado das informações que fazem referência às suas coleções”, essas mais importantes “que os próprios objetos” (PORTA *et alii*; 1982:18).

⁹⁹ Deve-se pensar em “necessidades”, o quando, como, e a habilidade para acessar a documentação do objeto no contexto do sistema, elaborando-se uma espécie de sumário das informações necessárias (CHENHALL; 1975: 18).

¹⁰⁰ As necessidades de informação institucionais sobre um determinado objeto numa coleção de objetos não é a mesma, diz Chenhall, do que aquelas que um curador necessita (CHENHALL; 1979:15).

Contudo, apesar dessa complexidade, houve por parte do ICOM, sugestões no sentido de elaborar fichas polivalentes¹⁰¹ com “dados mínimos”. Em 1986 considerava-se os seguintes dados mínimos: nome da instituição (do país, do museu); número de acesso ou número de registro; modo ou forma de aquisição; data de aquisição; fonte de aquisição; nome comum do objeto (na linguagem do país); classificação (*standart term for the object* em inglês, francês, latim ou texto livro acompanhado de subcategorias desenvolvidas pelo CIDOC); descrição do objeto e história do objeto (OLCINA; 1986:313). Entretanto essa questão ainda não se encontra completamente resolvida.¹⁰²

4.3 Comentários

O escopo da documentação *em* museus e *de* museus concentra-se *no, sobre e ao redor* objeto, o que implica para esta instituição no acúmulo e num efeito multiplicador para captar e tratar dados (de aquisição, históricos, detalhes descritivos, e assim por diante), ainda que, como atesta Marta Heloísa L. Salum, esta seja uma atividade sujeita a implicações que podem distorcer as informações.¹⁰³

No que diz respeito à documentação e ao SDM para o tratamento *do objeto* (o suporte), o encaminhamento deste por todos os meandros institucionais (no que compete à distinção entre as atividades e os concomitantes registros) esse parece ser relativamente simples, até mesmo porque, em caso de estruturas operacionais de grande porte, há profissionais diferenciados para cada uma das atividades. Já no tratamento dos *conteúdos informativos*, as distinções caracterizam-se por nuances sutís. Há implicações quando da ausência de distinção entre os eixos administrativo, curatorial e documental no interior da documentação, e o que cada um deles necessita como dado, carecendo-se inclusive de explicitar determinadas operações que são de natureza “documentárias”, da qual a documentação de museus empresta palavras sem conhecer seu princípio.¹⁰⁴

¹⁰¹ O Centro de Documentação do ICOM sugere uma ficha polivalente chamada de *Ficha Classificatória Polivalente* sugerida por Yvonne Oddon com o seguinte conteúdo básico: No. do objeto; Instituição; Proprietário; Classificação; Localização no museu; Local de origem; Nome do objeto ou da espécie; Nome do autor ou classe, ordem, família, gênero; Materiais; Descrição, técnicas, título (se houver), assinatura, dimensões; Data, modo, fonte e lugar de aquisição; Preço pago, avaliação, data (se houver); Coletor, missão; Grupo cultural ou étnico; Função, uso, utilização; Cronologia; dúvidas acerca da autenticidade; Estilo, escola, influências representadas; História; Conservação, restauração, notas museográficas; Documentação, Código do museu, Técnico responsável pela ficha, e uma remissiva ao número do negativo da foto do objeto (CAMARGO-MORO; 1986: 93-94).

¹⁰² No informativo do CIDOC 1995, Toni Petersen, então presidente do *Data and Terminology Working Group*, formado em 1992, tinha como projeto em 1994 estabelecer um guia para dados mínimos padronizados, temporariamente denominado de “Minimum Information Categories for Museum Objects” (MICMO), para produzir um subconjunto de categorias de informação (information categories) para todos os museus, com base na: identificação, localização e contabilidade de seus objetos e espécimes (CIDOC - COMITÉ INTERNATIONAL POUR LA DOCUMENTATION, ICOM (1995; 34-36).

¹⁰³ A autora refere-se a coleções de peças africanas. Por terem sido recolhidas em períodos coloniais elas foram rotuladas por denominações preconceituosas (por exemplo como *objetos mágicos*). Na transposição dessas peças para os museus, estes tiveram que incorporar dados históricos dessa natureza, além de fazer uso de classificações que são exteriores ao contexto sócio cultural dos grupos que originaram tais objetos. Assim, M.H. Salum conclui que há sérios problemas para coleções etnográficas em se lançar mão de informações secundárias, e diz: “A manipulação correta das informações (em museus) é extremamente delicada. Além disso, nem sempre será possível recuperar dados irremediavelmente perdidos sobre uma peça de museu (...)” (SALUM; 1988: 43-60).

¹⁰⁴ Cita-se como exemplo: a *classificação* para Fernando Camargo-Moro implica na “leitura museológica”, que pressupõe etapas de “percepção, análise e dedução”; ou “sistemas integrados através da ação de estruturas básicas com campos de equacionamento bastante definidos nas áreas de classificação específica dos diferentes temas”, corresponde ao que autora chama de “decodificação de profundidade” (CAMARGO-MORO; 1989:80). O conceito de classificação é apresentado mais adiante neste tópico.

Parece-nos, assim, que entre as problemáticas que envolvem os SDMs temos a questão da produção de informações, bem como elucidar “quem” produz, “como” e “para quem” elas são produzidas.

Embora surjam aqui e ali recomendações para a elaboração de instrumentos para o controle de linguagens em museus, como meio para a obtenção de consistência e coerência *dentro* dos SDMs, tais como glossários (CAMARGO-MORO; 1989:80), vocabulários controlados (DUDLEY *et alii*; 1979) e terminologias (LIGTH *et alii*; 1986; ROBERTS; 1990), o que não está esclarecido além da função de cada um desses instrumentos é que eles não se constroem com “palavras”, mas com sim com termos¹⁰⁵ que seguem postulados como o da monorreferencialidade e de princípios de contextualização¹⁰⁶(GOMES;1990:19). Parece-nos que escapou dos museus a complexidade e a especificidade na tarefa de lidar com linguagens controladas, pois não se trata somente de formar “listas de palavras”. Contudo, há distinções a serem feitas com base no aporte da Linguística, que no decorrer de anos foram sendo criadas para delimitar a função, uso e operação das chamadas “linguagens controladas”. Nos anos 50 e 60, explicam Cintra, Tálamo, Lara e Kobashi (1994), com o crescimento do conhecimento científico e tecnológico e as dificuldades para armazenar e recuperar informações nascem construções de linguagens próprias, as chamadas Linguagens Documentárias. Para compreender os problemas de recuperação da informação, que o uso da Linguagem Natural (LN) não permite a contento, a área de Documentação/Ciência da Informação foi buscar na Linguística o aporte para resolver problemas de passagem desta linguagem (a LN) para as linguagens construídas. Distingue-se nessa área os vocabulários¹⁰⁷ dos:

- **vocabulários controlados** - como as LDs, esses com finalidade precípua de representação documentária,
- de **nomemclaturas** - lista de nomes, e
- de **terminologias** - conjunto de termos relacionados e definidos rigorosamente para designar as noções que são úteis a uma dada área (CINTRA *et alii*; 1994: 23-27).

Acresça-se a isso que em museus, para que se chegue a identificações e descrições do objeto, necessariamente depende-se do trabalho interdisciplinar. Assim, em museus o “fazer da documentação” aproxima-se do “fazer da investigação”, o que evidencia o fato que os eixos curatoriais e documentais devem estar atuando em relação contínua. Entre uma e outra, para que a produção da informação seja bem sucedida, passa-se pelas linguagens de especialidade na dependência do estado em que se encontram¹⁰⁸.

Passa despercebido inclusive que a operação de linguagem em museus é uma operação documentária, que trata com *representações documentárias*: do objeto para a escrita há a

¹⁰⁵ Termo tem como definição: “uma designação por meio de uma unidade linguística de uma noção definida numa língua de especialidade” (ISO:1087, 5).

¹⁰⁶ Monorreferencialidade é o estabelecimento de uma relação unívoca, diz Hagar E. Gomes: “para cada conceito existe apenas uma denominação e cada denominação vale apenas para um conceito”. O contexto é que especifica o significado do termo, pode ser o contexto geral ou específico também chamado de “Garantia literária (GOMES; 1990:18, 19 e ss.)

¹⁰⁷ Vocabulários: conjunto de ocorrências que integram um determinado *corpus* discursivo, segundo DUBOIS *apud* CINTRA *et alii*; 1994:26.

¹⁰⁸ Estado que apresenta grande variação de uma área de conhecimento para outra, caso por exemplo da área de humanas com maior dificuldade para delimitar sua linguagem de especialidade do que as áreas de exatas e biológicas.

passagem para a criação de documentos, da escrita para o vocabulário controlado necessita-se de indexações (numa relação objeto/linguagem de especialidade) e destas de classificações (relação objeto/ área de conhecimento), (sendo que operações de classificação são inerentes ao processo de indexação) (CINTRA *et alii*; 1994:28), e assim sucessivamente. Esta “representação” não é o mesmo que “listar” palavras em ordem alfabética, mas sim um processo possível através de “relações que foram instituídas *entre* as unidades linguísticas no interior dessa mesma linguagem (...)”(grifo nosso)(TÁLAMO; 1997:6).

Criam-se nessas passagens “códigos documentários” (como índices, por exemplo), cada um com metodologias próprias de construção, responsáveis pelas “mensagens documentárias”, obtidas através da organização de linguagens construídas como as Linguagens Documentárias. Como o próprio termo diz trata-se também de uma linguagem que possui simultaneamente “estrutura e representação” (TÁLAMO; 1997:11). Portanto, não são “dados” (sucessão de palavras, nomes, descrições, etc.) tirados de uma ficha de catálogo de museu e listados, capazes de realizar a recuperação de informações, mesmo que eles sejam selecionados num universo de interesse de um museu. Listas ou série de palavras podem transmitir uma “aparente credibilidade”, como diz Maria Fátima Tálamo, mas “(...) é somente a *rede de relações das unidades de uma linguagem que pode contribuir para o exercício de qualquer representação (..)*” (grifo nosso)(TÁLAMO; 1997:5). Desta feita, a “mensagem documentária”, e na sua esteira a “informação documentária”, resulta de combinações, articulações e equivalências entre termos (descritores), e entre estes e os demais termos do campo (aqueles que não foram escolhidos).

Objetos e registros não são então autônomos, e a informação que os entrelaça, vinculada ao sistema de documentação de museus, submete-se à linguagem para que se alcance o significado esperado. O mesmo ocorre no seio dos sistemas de classificação¹⁰⁹, esses “*uma hipótese de organização de objetos e não (...) uma ordem única e pré-determinada*”(grifo nosso)(CINTRA *et alii*; 1996:19), que precedem a elaboração de catálogos. Isso ocorre mesmo em museus, onde o sentido de catalogar e catalogação se localiza entre os aspectos *descritivos* do suporte e o *temático* dos assuntos que permeiam a coleção. Ainda assim, tais operações não podem se ater a patamares genéricos, como “dividir dados em subdivisões compreensíveis” (PORTA *et alii*; 1982:66), enquanto procedimento documentário.

As Linguagens Documentárias nascem nesse terreno, alimentadas por parâmetros linguísticos e documentários. Os sistemas de documentação de museus, para armazenar e recuperar informações de forma a estar capacitado a indexar dados sobre os objetos e organizar classificações, dependem desses princípios, pois o controle e a recuperação da informação têm como vimos, características muito peculiares.

Pode-se dizer então que a documentação de museus para ter efeitos comunicativos deveria se apoiar na Linguagem para operar com o conjunto de partida (o conhecimento), e realizar

¹⁰⁹ Os sistemas de classificação “apresentam uma estrutura operatória de conjunto, formada por um encaixe hierárquico de classes e de elementos disjuntos. Não é a mera justaposição de classes elementares, pois comporta, enquanto totalidade, sua estrutura formal própria e suas leis de composição de conjuntos. Nesse sentido, ao operar com um sistema dessa natureza, é preciso analisar o princípio de inclusão e disjunção das classes pertencentes ao mesmo nível hierárquico, bem como o modo dicotômico de caracterizá-las (equivalência, semelhança, assimetria, transitividade, etc. (...)) (CINTRA *et alii*; 1996:19).

equivalências e substituição (sínteses parafrásticas)¹¹⁰, para que o conjunto de chegada seja a informação documentária.¹¹¹

¹¹⁰ Segundo Greimás e Courtés, paráfrase é uma operação metalinguística. Esses autores distinguem dois tipos de paráfrases: as **substitutivas** (ou denotativas) com equivalência direta com o enunciado parafraseado, ou **obliquas** (parcialmente conotativas). Afirmam: "De forma mais geral, a paráfrase deve ser concebida como um dos dois modos de produção e de reconhecimento de significação e, mais precisamente, como o modo paradigmático, em oposição ao modo sintagmático, que consistiria na sua apreensão enquanto intencionalidade" (GREIMÁS *et alii*; 1998:326)

¹¹¹ Concepção da Profa. Dra. Maria de Fátima G.M. Tálamo, elaborada durante as discussões desta pesquisa.

CAPITULO III

A organização da informação pela Documentação

A partir do momento em que se admite que existe a possibilidade de comunicar a inteligibilidade de uma prática ou de uma imagem, creio que é preciso aceitar a ambigüidade de uma tradução, a qual se sabe não lhe é jamais totalmente adequada.

Roger CHARTIER

1. A Análise Documentária: processo e produtos

A Análise Documentária trata da análise, síntese e representação da informação, com o objetivo de recuperá-la e disseminá-la, caracterizando-se como atividade metodológica específica no interior da Documentação (CINTRA *et alii*; 1994:24), isto é, "uma disciplina de natureza teórica e prática que integra o domínio conhecido por Biblioteconomia e Documentação, mais modernamente denominado Ciência da Informação" (KOBASHI; 1994:15).

Vista como processo transformador de um sistema de significação (o texto), para outro sistema, a representação documentária (LARA; 1993:42; COHEN; 1994:38), a Análise Documentária no patamar prático configura-se a partir de um *ciclo documentário*, onde ocorre a coleta, tratamento e difusão de documentos, por sua vez permeado de tarefas de *tratamento documentário* tanto do suporte material como do conteúdo que exige operações distintas. O suporte material (o documento) é o objeto da descrição normalizada dos aspectos físicos (nome da obra, do autor, local de publicação, ano de publicação, editora, entre outros dados), e denomina-se Representação Descritiva ou Catalogação. Já o conteúdo, o objeto da Análise Documentária propriamente dito, é submetido a tipos particulares de representações (codificação/decodificação) do texto (escrito) (KOBASHI;1994:15-20), suporte tradicional da Documentação, sobre ele recaindo o *tratamento para a recuperação da informação*. Este tratamento gera a comunicação em sistemas documentários, o que Marilda Lara denominou de "Comunicação Documentária" (LARA; 1993:4).

Desta feita, o *processo documentário* (ciclo e tratamento) desenvolve-se em etapas, atuando sobre a identificação, seleção, análise, síntese e representação de informações que num primeiro momento são "informações brutas"¹¹² - "que funcionam, em Documentação, como os principais indicadores para a construção do texto documentário (...)" (LARA; 1993:50), transformando-as em "informação documentária", definida, segundo Nair Y. Kobashi, por sua função de relevância, já que "capaz de promover a identificação de itens informacionais para responder de modo pertinente a uma dada pergunta, como também permitir a tomada de decisão para a consulta ou não do documento original"(KOBASHI; 1994:24-25). Pode-se dizer que a análise e síntese, operações privilegiadas da Análise Documentária, objetivam a seleção de elementos se que constituam como informação pertinente (aquela de que se pode ter necessidade), meta da recuperação.

¹¹² Ou "principais" (AMARO: 1991), "significativas" (KOBASHI, 1988), "essenciais" (KOBASHI, 1994) ou de base da mensagem (Vanoye citado por LARA; 1993) contidas no texto original (*apud* COHEN; 1995).

Todo o processo documentário encontra-se permeado por passagens, como foi dito acima, de um sistema de significação para outro, concretizadas por procedimentos metodológicos para dar forma aos modos de representação, criando *produtos* (resumos e vários índices), gerados no movimento de desestruturação do documento e sua posterior estruturação. Tais produtos tornam-se pontos de contato, configurando um repertório referencial de acesso de dupla via (sistema/usuário), do ponto de vista da comunicação realizada entre o sistema com o usuário e suas questões. Segundo Kobashi, resumos e índices são representações documentárias típicas, onde os primeiros respondem pela condensação da informação, e os segundos - sejam classificações (sistemas de classificações) ou outras linguagens construídas (tipo tesouro) - se utilizam de sistemas de conversão para representar tais conteúdos (KOBASHI;1994:20).

No *interior* do próprio ciclo documentário, e da conseqüente confecção dos resumos e índices, há questões complexas a serem trabalhadas, citando-se por exemplo: o estado de estruturação e organização formal do conhecimento de uma dada área; questões sobre a significação, envolvendo o emprego de códigos comutadores apropriados às tarefas documentárias (LARA;1993); as de fidedignidade e aderência ao conteúdo do texto aos produtos (KOBASHI;1994). Entretanto, merecem atenção outros níveis de complexidade que tangenciam esse ciclo. Entre os pontos tangenciais citamos a dependência do contexto informacional¹¹³ (lugar), onde a informação documentária é produzida, pois como alerta Lara, ela não pode ser vista isoladamente (LARA; 1993:11). Nesse sentido, importa a política institucional, que recai diretamente sobre a potencialidade ou restrição seja do ciclo, seja das tarefas ou dos produtos documentários. Um outro ponto de tangência encontra-se no trabalho do documentalista (leitor-documentalista), a quem cabe realizar operações seletivas a partir do documento/texto (LARA; 1993: 50). Assim, há pontos de contato e confronto no ciclo documentário, de onde surgem condicionantes, quer para atribuir um grau de maior ou menor sucesso operacional, caso da indexação dos sistemas documentários, quer na interface com o ambiente externo (na figura do usuário ou mesmo de outros sistemas).

Desta feita, podemos sintetizar o conjunto de operações propriamente documentárias como um circuito dinâmico de caráter normalizador, cuja função é a de concretizar uma determinada comunicação - intencional - como atesta Diana Cohen, para cumprir o papel específico de meio socializador de informação (COHEN; 1995). Tal dinâmica, meio e não fim em si mesma, se constrói num trabalho sistemático, composto por um conjunto de operações em cadeia marcadas por etapas e fases. Numa primeira fase há a coleta de documentos e dados, alimentando o sistema informativo como também os Centros de Informação ou "unidades de informação"¹¹⁴; na segunda fase seguem-se as operações de controle e registro documental, entendidas como tratamento intelectual (GUIMARÃES; 1994) dos documentos dentro do sistema informativo.

¹¹³ Segundo Marilda Lara, a instituição condiciona o nível de leitura que se fará de um texto, sendo que em áreas especializadas (com terminologias específicas) se requer leituras mais acuradas, e áreas mais abrangentes, leituras mais generalizantes (LARA; 1993:51).

¹¹⁴ COHEN, D. (1995).

Na perspectiva de Cintra, Tálamo, Lara e Kobashi, tomando a informação como fluxo e o conhecimento como estoque¹¹⁵, o papel da Documentação na triagem, organização e conservação da informação sob a forma de registros em suportes, fixa e preserva a memória e torna possível compartilhar socialmente aquele estoque. Mas é o tratamento documentário que cria a informação e a possibilidade de sua divulgação e transferência por meio dos mais diversos registros, transformados em documentos. Dai a importância do tratamento da informação propriamente documentária, condição fundamental para o sistema de informação e como atividade comunicativa (CINTRA *et alii*; 1994:14-15).

Nesse contexto a Análise Documentária, responsável tanto pela conceituação como pela indicação de métodos apurados no referido tratamento, até recentemente teve no *texto* não só o eixo de suas reflexões teóricas, iniciadas com Jean-Claude Gardin na década de 60, como também viu sua aplicabilidade prática limitada a ele. No entanto outros documentos/suportes, como veremos adiante, vêm sendo alvo de suas reflexões.

2. Representação documentária

Não é escopo deste trabalho apresentar os vários níveis de complexidade da representação documentária, no que compete à significação e às implicações semânticas envolvidas, colocada como está entre campos tensionados entre as diversas linguagens (a Linguagem Natural, a de Especialidade, ou do usuário e do sistema), tal como apontados por Marilda Lara (LARA; 1993:14). Buscamos apreender o que deste procedimento tange à documentação de museus para a recuperação da informação documentária. Permanecem também num segundo plano as questões relacionadas à comunicação documentária, que se efetivam, segundo Lara, no momento da apropriação da informação, num jogo dialético estabelecido entre o objeto que se quer representar e o sujeito que interpreta essa relação (LARA;1993:37).

Vimos que o processo da Análise Documentária opera com metodologias para efetuar a transformação de um sistema de significação em outro, gerando produtos documentários. Será na etapa de organização da informação¹¹⁶, segundo José A. C. Guimarães, que ocorre simultaneamente o processamento mecânico do documento/texto (ou seja, do suporte) e o tratamento temático e descritivo do conteúdo, ambos distintos (GUIMARÃES; 1994:158). Aqui se encontram na Documentação as sub-etapas de leitura técnica do texto, circunscritas por algumas variáveis condicionantes (LARA; 1993): extração, identificação e seleção de conceitos e síntese - tradução dos conceitos extraídos - de uma linguagem (em geral, a Linguagem Natural) para uma linguagem artificial, a Linguagem Documentária (LD) (GUIMARÃES; 1994:159). Na etapa analítica, ainda segundo esse autor, apreende-se o conteúdo do documento/texto e, na etapa sintética, representa-se esse conteúdo em linguagem artificial a fim de ser recuperado (GUIMARÃES;

¹¹⁵ Sendo a informação caracterizada como atomizada, fragmentada, particular, temporária, transitória, efêmera - um fluxo - em oposição ao estoque formado pelo conhecimento (estruturado, coerente, universal, durável) (CINTRA *et alii*; 1994: 14).

¹¹⁶ Em função de um sistema de recuperação da informação (SRI), José A. C. Guimarães, considerando a Análise Documentária como processo, distingue no fluxo da informação quatro etapas na seguinte sequência: seleção (para formação do acervo); organização (processamento técnico do documento); recuperação (busca e disseminação (onde ocorre a interface documentalista/usuário) (GUIMARÃES; 1994:157-8).

1995:159). Isto é o mesmo que operar com representações realizadas com elementos *exteriores* ao texto, por intermédio de códigos comutadores, identificados por meio de descritores, conhecidos como Linguagens Documentárias (LDs) - "*sistemas de significação próprios da Documentação*" - (grifo nosso)(LARA;1993:29).

Segundo Nair Kobashi, o conceito de "representação documentária" no contexto da Documentação deve ser considerado como "(...) um conceito primitivo associado de um lado à noção de descrição (catalogação) e, de outro, ao processo e ao produto da condensação de conteúdos de textos, ou seja, à indexação e à elaboração de resumos (processo) e aos próprios índices e resumos (produtos)" (KOBASHI, 1994, 49). O refinamento de tal conceito, ainda que dito "primitivo", encontra-se no fato de identificar e nomear a descrição e a condensação como fatos do campo das representações, simbólicos mas opostos a qualquer ato imaginativo ou fantasioso que a palavra possa sugerir¹¹⁷, "pois seu estatuto e função (..) a assimilam à razão, a procedimentos metódicos." A síntese última dessas representações é a informação documentária - "representação condensada do conteúdo informacional dos documentos, cuja função básica é a de facilitar a circulação da informação e documentos nas várias esferas da atividade humana", portanto, uma representação particular - diferente do original (o texto) mas equivalente a ele, pois deve responder pela recuperação da informação. Por depender de procedimentos metodológicos explícitos, a informação documentária "é uma *representação construída* a partir de um objeto efetivamente presente, que o substitui para certas finalidades"(grifo nosso) (KOBASHI; 1995: 50).

2.1 As Linguagens Documentárias (LDs)

As Linguagens Documentárias (LDs), também conhecidas por outras denominações - Linguagem de Indexação, Sistema de Classificação, Linguagem de Informação, Listas de Cabeçalhos de Assuntos - são instrumentos prescritivos no âmbito dos sistemas documentários, compostos por um conjunto delimitado de termos para uso do indexador na entrada dos documentos e pelo usuário no momento da busca ou da recuperação (KOBASHI;1994:54). São também consideradas como sistemas simbólicos instituídos, destinados a traduzir e representar o conteúdo dos documentos, situando-se como elementos de intermediação, exercendo uma função comunicativa restrita a contextos documentários (sistema/usuário). Essas linguagens de função e utilização específicas visam a indexação, armazenamento e recuperação da informação (CINTRA *et alii*; 1994).

As Linguagens Documentárias apresentam de forma geral duas tendências: uma dirige-se à generalização, "perdendo o vínculo com o documento original", que implica na perda de indicativos individuais (dos textos), e a outra à redução (LARA; 1993:37,62 e 64). A possível perda de proximidade com o texto original exige cuidados no momento do tratamento da informação: do ponto de vista de análise/síntese, referente à atribuição de significados definidos, e do ponto de vista do profissional envolvido nas tarefas documentárias, referente à necessidade de conhecer como se estrutura a "arquitetura conceitual do campo em questão"(LARA; 1993:65). Sob este

¹¹⁷ A palavra "representação" isolada traz à memória idéias diversas, como reprodução/substituição firmadas pelo senso comum, de apreensão do objeto mas também como recordação, imaginação e alucinação (Filosofia), aparecimento da imagem verbal-mental no falante (Linguística), estar no lugar de (Semiótica, segundo Pierce), ou ainda como mediadora entre emissor e o receptor ou processo produtor de sentidos(Ciência da Comunicação)(KOBASHI; 1994:47-49).

aspecto Marilda Lara faz uma recomendação que vemos como fundamental para a confecção de LDs, que em nosso caso mostrou-se absolutamente pertinente: "(...) a tarefa de construção das LDs é, essencialmente, *interdisciplinar*" (grifo nosso)(LARA; 1993: 69). Os chamados "descritores" são suas unidades constitutivas e deveriam estar referenciados nas Linguagens de Especialidade, na Linguagem de uso corrente e nas Terminologias de área (KOBASHI; 1995:54).

Enquanto Linguagem¹¹⁸, as Linguagens Documentárias (LDs) fazem-se dentro de uma estrutura, similarmente a uma língua¹¹⁹, isto porque constituem um sistema de relações construído com regras explícitas, ao contrário do que ocorre com as linguagens naturais, onde as relações caracterizam-se pela virtualidade (CINTRA *et alii*; 18-22). Nas LDs os elementos informativos só se tornam significativos se diferenciados. Para Marilda Lara a presença de códigos intermediários, caso dessas linguagens, determina o nível de informação a ser veiculado, e funciona como elemento para assegurar um rendimento informativo, ou seja, a circulação de informações (LARA; 1993: 62).

A autora afirma, localizando a questão das significações dessas linguagens: "(...) vários sistemas semióticos integram e concorrem para a configuração desses produtos (Linguagens Documentárias): a língua, enquanto sistema social, a instituição, a ideologia, etc., impondo determinados recortes no continuum da realidade"(LARA; 1993:63). Com isto a autora reforça o fato de que o significado não está nas palavras (no caso dos descritores), mas sim nas estruturas de significação a que tais linguagens devem idealmente remeter, ou seja, os sistemas de significação, que no caso das linguagens construídas devem ser previamente determinados de modo a transmitir informação. Nesse sentido, um signo documentário, no seu viés semiótico, deveria remeter a uma instrução que estabeleça o desencadeamento de uma cadeia de relações possíveis "numa dada área de conhecimento, num determinado contexto e circunstância" (LARA; 1993:63-64). Não se trata assim de usar "palavras", mas termos com noções definidas, e quanto ao aspecto semântico, equivalências lexicais não podem ser usadas indiscriminadamente (LARA; 1993:68).

Jean-Claude Gardin, o mentor da Análise Documentária nos anos 60, considerava três elementos fundadores de uma Linguagem Documentária:

- um léxico (lista de descritores filtrados e depurados)
- uma rede paradigmática (organizada de maneira lógico-semântica ou árvores classificatórias ou relações verticais), e
- uma rede sintagmática (para expressar as relações contingentes entre os descritores ou relações horizontais entre descritores e mecanismos de sintaxe).

Tais relações encontram sua validade num dado contexto particular, no qual os descritores aparecem. Com a interrelação desses elementos busca-se a agilização na recuperação de assuntos

¹¹⁸ A Linguística tem sido fonte de estudos para abordagens das Linguagens Documentárias, suscitando as mais variadas questões. Ao tratar dos aspectos da Linguagem, Cintra, Tálamo, Lara & Kobashi lembram que "não há sociedade sem linguagem, não há sociedade sem comunicação", e nela todo falante assume o duplo papel de destinador e destinatário de mensagens. Tendo numa ponta a apreensão, e na outra a compreensão, o homem no esforço de fixação cataloga e hierarquiza o mundo, sendo que a Linguagem participa do processo e do produto deste conhecer (CINTRA *et alii*; 1994: 18-21).

¹¹⁹ "(...) a língua é (...) um sistema de signos e regras combinatórias (...) ela só existe na massa, no conjunto da sociedade" (CINTRA *et alii*; 1994: 19).

por meio de descritores - as chaves de acesso ao sistema - compatibilizando a linguagem do usuário e a do sistema (CINTRA *et alii*; 1994: 25 e 30).

3. Terminologia

Para Guy Rondeau o objeto da Terminologia “é o estudo das denominações das noções” (RONDEAU; 1984:11), comportando aspectos lingüísticos (relativos à semântica lexical), e filosóficos (tangenciando a lógica, e a ontologia).

O desenvolvimento da Terminologia¹²⁰ enquanto disciplina¹²¹ liga-se, segundo este autor, não só ao avanço das ciências e da tecnologia, como também das mídias, das políticas internacionais e do comércio internacional e multinacionais apontando para a tendência e, mesmo, necessidade de normalizações (RONDEAU; 1984: 2-5).

Juan Sager afirma: “Ainda que essencialmente lingüística e semântica em sua rota, a terminologia encontra sua mais recente motivação no amplo campo dos estudos da comunicação, os quais podem ser descritos como uma extensão moderna do triunvirato medieval da lógica, gramática e retórica”, o que leva este autor a afirmar o caráter interdisciplinar dos trabalhos terminológicos. Assim a define Sager: “Terminologia é o estudo e o campo de atividade relacionado com a coleção, descrição, processamento e apresentação de termos, isto é, itens lexicais pertencentes a áreas especializadas de uso em uma ou mais línguas” (SAGER; 1990:2).

3.1 O aporte da Terminologia para as Linguagens Documentárias

O aporte da Terminologia para a Ciência da Informação se faz pelo viés do necessário controle que as linguagens construídas requerem no momento da conversão documentária. Por essa razão torna-se impossível nessas linguagens, caso das Linguagens Documentárias, a convivência com palavras que produzam “ruídos” nas mensagens. Uma palavra nesse contexto não pode remeter a diversos conceitos simultaneamente, por isso operações lingüísticas refinadas são tecidas para que ocorra a transmutação das palavras em termos. Assim, vocabulários controlados integram as linguagens documentárias (CINTRA *et alii*, 1994:53).

O estatuto de “construção” para tais linguagens implica num rigor das relações semânticas entre os termos, nascendo dessa edificação o grau de maior ou menor controle que essas linguagens podem oferecer para minimizar perdas de informação (CINTRA *et alii*; 1994).

Marilda Lara, estudando o problema da referência das palavras nas representações documentárias e a questão da significação, acredita que não basta somente substituir de modo equivalente as palavras para se obter as LDs. Tais linguagens, uma vez que tenham acoplado o caráter de

¹²⁰ A elaboração de terminologias é regida por normas como ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 13789;1996; normas ISO1087; 1990.

¹²¹ Segundo Guy Rondeau, os primeiros trabalhos terminológicos remontam a 1906 por uma Comissão Eletrotécnica Internacional (CEI) (RONDEAU; 1984:5).

instrução (instrucionais), podem prever não somente a recuperação da informação, mas também possibilitar novas associações¹²². Nesse ponto o aporte da Terminologia “pode fornecer elementos para a restituição de competências semânticas pertinentes, aumentando, dessa forma, a possibilidade de recuperação da informação (...)” (LARA; 1993:77 a 79).

Além da construção via tratamento terminológico da palavra para termo, o pano de fundo primordial baseia-se na organização do sistema nocional de uma dada área, pois tal organização permite a utilização de instrumentos eficazes de tratamento e recuperação da informação. O sistema nocional é “a viga mestra das Linguagens Documentárias”(CINTRA *et alii*; 1994:35), o que equivale a dizer que na sua ausência a indexação fica comprometida. Contudo, cada noção deve a seu tempo situar-se numa determinada posição, daí seu caráter eminentemente relacional. São as noções que organizam uma dada área, materializando um determinado ponto de vista, que por sua vez influirá na linguagem construída e essa na indexação. Documentariamente, as relações entre noções estabelecem-se em hierárquicas e não-hierárquicas¹²³ (CINTRA *et alii*; 1994: 36). Como foi dito acima, tal abordagem da organização do campo nocional subordinado a séries de relações¹²⁴ ressalta o caráter normativo das linguagens construídas.

Para o escopo deste trabalho importa frisar que uma vez que as LDs são fundamentadas em organizações lógico-hierárquicas e as classes de assuntos partem de um determinado “ponto de fuga”, ou seja, *um* entre outros pontos de vista, que por sua vez “(...) estão baseados em postulados de significados ou convenções culturais e ideológicas” (CINTRA *et alii*; 1994: 41). No que tange ao nosso trabalho, esse “ponto de vista” encontra-se apoiado num tripé terminológico formado por áreas de conhecimento que se interrelacionam (Biologia, Medicina Veterinária, Anatomia Veterinária) cujas noções - descritivas e ao mesmo tempo denominativas - já são linguagens consagradas, imprescindíveis para a comunicação dos membros dessas comunidades científicas.

4. O tratamento da informação em outros suportes informativos

Os documentos tradicionais¹²⁵ submetidos à Análise Documentária consistem em textos dotados de um suporte físico comum, geralmente na forma impressa. No entanto, nas últimas décadas vem aumentando o recurso a outros meios de registro de informação, como as fitas cassetes, as fotografias, as películas cinematográficas e as fitas de vídeo, os quais se encontram abrigados dentro do conceito geral de multimídia. Tal evento não está sendo tratado sem problemas pela área de Documentação, pois a absorção e tratamento desses suportes diferenciados e bem distintos do texto escrito sobre papel levantou questões para os profissionais. Trata-se, enfim, como atesta Johanna Smit, de uma *quebra de fronteiras*: a percepção da complementaridade, atualizada pelo advento dos documentos multimídia, entre texto, som e imagem, resume um

¹²² Marilda Lara aqui faz a distinção entre o uso da palavra no léxico e da palavra no discurso (LARA; 1993:79)

¹²³ As relações hierárquicas se definem entre noções subordinadas em um ou vários níveis (ISO 1087) (apud CINTRA *et alii*; 1994:36); as não-hierárquicas definem-se de forma negativa, são interdependentes entre si ou espacial ou temporalmente (CINTRA *et alii*; 1994:40).

¹²⁴ Além das já citadas, há as relações genéricas (espécie/gênero); partitivas (todo/partes); não hierárquicas ou sequenciais (contigüidade espacial ou temporal).

¹²⁵ Cita-se como exemplo de aplicabilidade da Análise Documentária o trabalho de José Augusto Chaves Guimarães ao tratar da indexação de acórdãos trabalhistas brasileiros, onde o autor argumenta, entre outros aspectos, noções sobre o conceito de documento (GUIMARÃES; 1994).

imenso avanço na área informacional (SMIT;1997:2-3). O que temos de importante nesta observação de Smit é o reconhecimento de outros suportes para o registro de informação a serem analisados e tratados através de operações a que se submetiam o registro impresso tradicional.

Ao discutirmos esse ponto estamos refletindo sobre a aplicação dos procedimentos extraídos da Análise Documentária para coleções de museus, momento em que se evidencia a abordagem dessa metodologia para suportes diferenciados gerando uma aparente incompatibilidade entre a Documentação e a documentação dos museus.

No caso dos textos, o seu suporte material mais comum, o livro¹²⁶, possui uma série de características físicas definidas (formato, impressão, texto, meio papel e assim por diante), e um conjunto de dados mínimos que foram ao longo do tempo sendo normalizados e, a partir de um certo momento, esperados. Esta relativa homogeneidade de suportes permitiu que se executasse uma busca de informações cada vez mais refinada, referente ao texto em si, sobre seu conteúdo, pois este teria uma significação independente de seu suporte estando, portanto, virtualmente desvinculado daquele. A referência à multimídia, feita mais acima, mostra que a entrada de novos tipos de suportes exige uma reavaliação das expectativas sobre o documento, tanto sobre seu suporte físico quanto sobre a abordagem de seu conteúdo. Ainda que estes novos suportes obedçam a uma certa padronização de formatos e características¹²⁷, eles constituem modalidades a serem definidas e normalizadas para sua devida inserção no ciclo documentário.

No caso dos museus esta é uma questão que percorre toda sua história. À imensa variedade de suportes físicos não padronizados que constituem as coleções, adiciona-se o problema de nem sempre ser possível se efetuar uma distinção entre suporte e conteúdo, já que o próprio suporte pode se constituir como parte do conteúdo¹²⁸. Exemplificamos: a análise de um objeto/suporte já em si é uma análise do seu conteúdo, assim, no caso de uma estatueta de um grupo étnico determinado ou não, até mesmo o material, os traços escultóricos, os adereços ou outros elementos iconográficos “dizem” sobre ela, como também sobre sua função, sobre seu contexto sócio-cultural, vínculos com ritos, e assim por diante. No caso a escolha da matéria-prima (madeira, cerâmica ou bronze, etc.) como material de trabalho também representa uma parte do processo de criação da obra e, portanto, parte de seu significado, de seu conteúdo informativo. Nestes casos, o significado encontra-se expresso na própria materialidade, provando as marcas de intenção entre a produção do artefato e o homem. Desse modo, não há como desvincular suporte e conteúdo de forma e função de um objeto de museu. Como então encarar num Museu de Anatomia Veterinária Comparada uma peça anatômica? Não há como dissociar suporte e conteúdo num esqueleto *parcial* de um animal com *parte* dos órgãos internos da caixa torácica, se a peça se apresenta dessa forma,¹²⁹ como elemento *parcial* extraído de uma estrutura maior, compondo assim um artefato (o esqueleto não é o próprio animal, poderíamos dizer que este esqueleto é *uma*

¹²⁶ Sem contar com os folhetos, periódicos, jornais, etc.

¹²⁷ Pois o que se tem como suporte são as fitas cassetes, discos, as películas cinematográficas, as fitas de vídeo, as fotografias, os diapositivos, todos geralmente seguindo padrões comuns de confecção e de uso.

¹²⁸ Conteúdo aqui compreendido como o equivalente ao texto em um livro, ou seja, a matriz da informação a ser processada.

¹²⁹ Sob esse aspecto vale lembrar portanto que há várias possibilidades de “leitura” de acordo com a perspectiva tomada. No exemplo da peça anatômica, além da articulação entre os órgãos internos e a estrutura óssea, poderíamos optar pela conformação dos órgãos internos, onde essa estrutura óssea será vista simplesmente como suporte, ou vice-versa, a estrutura óssea isolada dos órgãos e como tal observá-la do ponto de vista da adaptabilidade do animal ao ambiente.

representação possível dele). Reforça-se que esta maneira de confrontar o objeto é particular do estatuto desse suporte *em museus*.

Nesse sentido, a documentação em museus exerce seu controle do acervo considerando o objeto, na maioria das vezes, não como suporte material de informações, mas como elemento constituinte do conteúdo a ser analisado e representado.

Entendemos que a aplicação da Análise Documentária em museus não se limita ao tratamento do documento/objeto enquanto suporte, onde os limites entre conteúdo e suporte nem sempre são tão definidos e, assim, muito diverso como vimos, do documento/texto.

A dinâmica da documentação de museus expressa-se com outros elementos ou variáveis, a partir do documento/objeto, requerendo etapas de processamento específicas. Entretanto, ao se buscar a inserção dos sistemas informativos no sistema de documentação em museus, não se pode escamotear divergências ou diferenças, caso por exemplo da política de aquisição de documentos, desde que nos museus a aquisição não ocorre com a mesma regularidade que nos Centros de Documentação. Nos museus, por outro lado, há a tendência no crescimento do volume de informações, na medida em que a pesquisa traz novos elementos sobre os documentos, aumentando a possibilidade de inserir o objeto em outros quadros relacionais, ou parafraseando Marilda Lara, em "malhas de informação" múltiplas (LARA; 1995).

A nosso ver, a proximidade e a complementaridade dos tratamentos da informação na Documentação e na documentação de museus situam-se na segunda fase do ciclo documentário, ou seja, no tratamento do conteúdo. Nesse momento apresenta-se a necessidade de operar com guias redutores¹³⁰ para a indexação, tanto dos objetos, quanto dos dados e das informações associadas. Visa-se também a recuperação de informações de natureza documentária, tal como nos outros centros informativos, ou seja, visa-se a informação com senso de relevância especialmente dirigido, no caso dos museus, não tanto para os eixos administrativo ou curatorial, ainda que ambos se utilizem dele, mas para o eixo documentário intimamente relacionado com a descrição e recuperação dos conteúdos por meio de linguagens construídas (linguagens documentárias).

5. Uma proposta de organização da informação documentária de museus: o trajeto de um SIDM (Sistema de Informação Documentária de Museu)

O processo documentário é permeado por passagens de um sistema de significação para outro, compreendidas no ciclo documentário e executadas no tratamento documentário, sendo que sua meta é recuperar e disseminar informações documentárias circunscritas ao binômio sistema/usuário.

Aqui importa ressaltar que, se para a Análise Documentária o ponto de partida foi a princípio o texto/escrito, mais recentemente busca-se vias para o tratamento de outros suportes como vimos acima, o que no caso abriria o precedente desejado para o seu uso com coleções de museus.

¹³⁰ Como as linguagens documentárias.

Como foi exposto, a distinção entre a Documentação e a documentação de museus funda-se na natureza dos suportes da informação, que para uma é o texto (ainda que não exclusivamente), e para a outra é o objeto concreto. A nosso ver existe um patamar documentário comum, apesar do fato de que em museus dificilmente seja possível distinguir, no momento da descrição, o suporte e o conteúdo. No entanto, tal como para a Documentação, há que se fazer na documentação de museus a equivalência do conteúdo de um documento/objeto para sua representação. Aqui se encontra o ponto de contato, pois ambas utilizam a representação pela linguagem, e do ponto de vista da organização da informação, nenhuma das duas pode se basear exclusivamente na Linguagem Natural.

A modalidade resumo inexistente no tratamento da informação em museus, pois não partimos de textos escritos; já a modalidade índice, sendo um sistema simbólico ou linguagem de representação, encontra seu paralelo na documentação de museus para possibilitar, como vimos, a chamada comunicação documentária.

Ao tratarmos do museu enquanto contexto documentário temos em vista a noção de que no museu o objeto adquire o estatuto de documento e suporte de informações de gamas variadas, as quais o tratamento da informação será capaz de organizar para disponibilizá-las. Os sistemas de documentação de museus não são em si informativos, pois para "informar" devem estar acoplados a sistemas documentários, que segundo Diana Cohen são um "tipo específico de Sistema de Informação"¹³¹ - promotores da circulação da informação científica - (COHEN; 1995:2).

Localizamos no SDM uma espécie de "patamar documentário" iniciado a partir do registro e tratamento da informação para que esta possa ser recuperada. Ao se tentar traçar os paralelos entre a Documentação e a documentação de museus, não se deve escamotear o fato de que as representações documentárias, tal como aqui apresentadas, estão ligadas ao *texto*. Essa relação exige na Documentação a equivalência de sentido entre o produto documentário e o texto-fonte (KOBASHI; 1994:24-5), o que naturalmente não pode ocorrer na documentação de museus a partir de *objetos*. Desta feita, em museus não há representações do tipo resumo com base em procedimentos de contigüidade e semelhança. No entanto, há por outro lado, todo um ciclo documentário de museu perpassado por representações, a partir do momento da entrada do objeto na instituição, no qual as representações ocorrem sucessivamente, do suporte para o registro, deste para as descrições e destas para a representação temática, o que equivale a elaboração de produtos documentários do tipo índice¹³².

¹³¹ Segundo Diana Cohen, o termo "Sistema de Informação" é empregado na literatura para designar o conjunto de canais formais e informais de comunicação da informação dentro de uma organização ou comunidade. Essa autora aplica o termo "sistema" a "qualquer canal formal de coleta, tratamento e disseminação da informação" (COHEN; 1995:14).

¹³² Conceitualmente um índice se delinea como um tipo de representação documentária ou de Linguagem Documentária, obtido pela intermediação de código comutador, relacionando-se à saída do sistema e possibilitando a comunicação com o usuário, tendo em vista a recuperação temática da informação. Ele apresenta características generalizantes, evidenciando mais semelhanças do que diferenças e remetendo a paradigmas científicos (COHEN; 1995: 39-40) Os índices nos permitem colocar questões imediatas sobre a inserção da linguagem como meio de interligar documento e sua representação, usando de relações de equivalência, quer para delimitar o campo nocional, quer posteriormente na estruturação da linguagem controlada. A recuperação temática da informação não é vista sem críticas justamente por suas características generalizantes (COHEN; 1995:32).

Realizam-se, na documentação de museus, desestruturas (“leituras” do objeto), uma espécie de “tradução” e uma posterior codificação dos dados. E mais, realizam-se tais operações *através da linguagem*, de forma a concretizar a inteligibilidade, o “enunciar por escrito” mencionado por Roger Chartier¹³³, mesmo correndo riscos de criar ambigüidades ou impropriedades. No objeto do museu juntam-se suporte, conteúdo e imagem, formando uma complexa tríade de fontes de informações intrínsecas e extrínsecas¹³⁴. Assim sendo, o objeto é similar à “informação bruta”, mas está indissociavelmente imbricado a áreas específicas do conhecimento, estas dotadas de organização, discurso e terminologia próprias.

Não se trata assim de discutir a existência de representações na documentação de museus, mas da integração e articulação dessas num sistema de informações documentárias, o que poderia se realizar caso houvesse uma preocupação com a coerência interna do conjunto das representações em relação ao ciclo documentário, no sentido apresentado pela disciplina Documentação.

Quanto à organização da informação em museus, tal como na Ciência da Informação, efetuam-se procedimentos que, se não idênticos ao do tratamento do texto, são ao menos análogos o suficiente para denominarmos essas tarefas de “documentárias”. Atua-se a partir do suporte/objeto com operações de decodificação através da linguagem, momento em que se tem, de um lado, o tratamento do suporte acompanhado de notações para o seu controle até a sua locação em reserva técnica ou exposição, o chamado acompanhamento mecânico. De outro lado, e simultaneamente ao tratamento do suporte, inicia-se necessariamente o tratamento da informação propriamente dita. Da decodificação do objeto estabelece-se o mapeamento do campo nocional em que os objetos estão inseridos, iniciando-se um ciclo documentário operado por meio de linguagens controladas, visando a construção de esquemas classificatórios capazes de auxiliar na tarefa de indexação dos conteúdos referentes ao objeto. Linguagens controladas, classificações e índices configuram as informações documentárias, construídas num sistema documentário e não em outro tipo de sistema. Nessa perspectiva, definem-se os limites entre a área de abrangência e a especificidade do SDM (Sistema de Documentação de Museus) na abordagem do objeto concreto (o suporte), e as tarefas documentárias diretamente ligadas à organização da informação (os conteúdos), ou seja, dentro de um SIDM (Sistema de Informação Documentária de Museu) subordinado a outras metodologias.

¹³³ Na epígrafe deste Capítulo.

¹³⁴ Observe-se que não é desconhecida na área de museus a necessidade de convenções atendendo a graus de normalização, para isto são sugeridos manuais de procedimentos para preenchimento das fichas, de glossários para denominações e/ou outras convenções (CAMARGO-MORO;1986:80). Há exemplos de Linguagens Documentárias no âmbito da documentação em museus como os tesouros (uma modalidade de Linguagem Documentária), concebidos muito em função da informatização.



PROPOSTA DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO DOCUMENTÁRIA PARA MUSEUS

CAPITULO IV**Um ensaio: subsídios para um SIDM aplicado às coleções do MAV**

...tradutores e intérpretes, documentalistas e também terminólogos ocupam uma posição de ponte entre a linguagem e as matérias de especialidade, entre o conteúdo e o instrumento.

Juan Carlos SAGER

1. O objetivo do SIDM (Sistema de Informação Documentária de Museu) para o MAV

Vimos que a utilização primária das coleções do MAV, como material didático para aula, não privilegiou registros escritos que preservassem a memória da instituição ou de suas coleções. Dessa maneira impôs-se um trabalho de caráter retrospectivo, criando um momento propício para o tratamento e organização das informações dessas coleções, transformando-as em acervo. Nessa perspectiva, a documentação de museu, como tarefa de introversão do processo de comunicação museológica, tanto auxilia outras atividades do MAV, como forma um fluxo informacional para disponibilizar informações documentárias. Esse é um caminho a ser percorrido pela documentação deste museu *via* disciplina Documentação, uma vez que as primeiras intervenções realizadas por meio das operações particulares da documentação de museus, permitiram constatar que o sistema proposto pela documentação de museu não dava conta da produção de um tipo de informação recuperável, capaz de dar acesso aos conteúdos das coleções contidas no MAV.

Não se trata apenas da identificação descritiva das peças anatômicas, anotadas em fichas de registro no museu, mas da ordenação do campo nocional e a representação de conteúdos do documento/peça anatômica, visando obter uma linguagem controlada, suporte na tarefa de indexação.¹³⁵ Foi no processo documentário que encontramos um caminho para expandir as coleções desse museu, pois de outro modo, com os conteúdos compreensíveis somente aos olhos de especialistas, o MAV, deixa de cumprir sua função de centro de referências, restringindo sua capacidade informativa. Assim, com esse propósito, apresentamos subsídios para a construção de um SIDM (Sistema de Informação Documentária de Museu) para o Museu de Anatomia Veterinária da FMVZ/USP.

1.1 Usuários

Num primeiro momento,¹³⁶ o SIDM dirige-se para a prestação de serviços a usuários¹³⁷ especializados como docentes da FMVZ/USP ou de outras Escolas de Medicina Veterinária, médicos veterinários, alunos de graduação e pós-graduação de Medicina Veterinária ou de áreas correlatas.

¹³⁵ Na ISO 5963 temos por indexação o ato de descrever ou identificar um documento em termos do seu conteúdo. Essa norma inclui na categoria de "documento" os objetos tridimensionais ou *realia* usada como espécimes (ISO 5963; 1985).

¹³⁶ Consideramos que a organização de um SIDM, principalmente em museus de pequeno porte, auxilia tanto as tarefas de indexação das coleções, como também presta-se a um verdadeiro campo de exercícios para a concepção de um projeto de exposição.

¹³⁷ Questões do usuário como cliente, público e receptor frente à comunicação e mediação dos sistemas informativos são estudadas por Diana Cohen (1995).

Levamos em conta o fato de que os sistemas de informação, de um modo geral, estão sujeitos a tensões localizadas entre a busca da máxima socialização da informação pelo sistema de informação e a máxima individualização que os usuários procuram para atender às necessidades particulares (COHEN; 1995:118). Um outro aspecto a ser considerado, é que tais sistemas enfrentam a existência de níveis diversos de competência do usuário quanto ao seu domínio dos conceitos da área. Diana Cohen lembra que, as unidades constitutivas dos sistemas informativos, têm sua significação direcionada segundo um determinado conhecimento coletivo, caracterizador de uma dada comunidade científica, da qual, espera-se, os usuários especializados participem. Por isso, os chamados produtos documentários, resultantes do processamento metodológico da Análise Documentária (AD), criam mensagens e um tipo de informação de características particulares, as informações documentárias, que por sua vez são geradas do entrelaçamento de linguagens: as de especialidade, com terminologias próprias, e a linguagem do usuário que, neste caso, também é um especialista. Assim, é possível, como alerta Cohen, operar com uma previsão de perguntas relativamente estáveis quando da configuração do sistema (COHEN; 1995:45, 119 e 130).

Um outro usuário que num futuro poderá ser beneficiado pelo SIDM é formado pelo público visitante do MAV/FMVZ/USP, em especial por alunos de 1o. e 2o. graus, que, por exigências disciplinares, recebem, em classe, noções gerais sobre Ciências. Os princípios básicos de anatomia geral inserem-se no núcleo da Biologia. A exposição do MAV passa a ser suporte ilustrativo para professores e alunos encontrando nas coleções de peças anatômicas várias possibilidades de comparação entre as diferentes espécies animais, inclusive os Primatas. Consideramos esse público o usuário potencial, para o qual o SIDM poderá produzir catálogos divulgadores de noções disciplinares sobre a Anatomia Veterinária.

2 Problemas para a indexação das peças anatômicas

2.1 Aspectos conceituais

Lembrando que os SDMs (sistemas de documentação de museus) operam segundo eixos (o administrativo, o curatorial e o documental), esclarecemos que aqui abordaremos especificamente o eixo documental. Assim, o ciclo documentário em pauta dirige-se para o tratamento documentário das variantes implícitas nas peças anatômicas. Variantes essas que no caso do objeto como documento supõem a descrição do suporte (dados do objeto), e na informação associada (dados sobre e ao redor do objeto). Esse conjunto resulta nos conteúdos que podem ser expressos em temas.¹³⁸

Tal abordagem enfatiza a passagem do SDM (Sistema de Documentação de Museu) em SIDM (Sistema de Informação Documentária de Museus), tendo como base metodologias centradas na esfera de produção da informação documentária, na qual, segundo Kobashi, são engendradas regras de geração dessas informações (KOBASHI; 1994:23).

¹³⁸ Ver esquema sobre a composição da informação associada CAP.II, item 3.1.1.

O SIDM é iniciado no momento em que os dados sobre as peças anatômicas não se encontram estruturados, necessitando da intervenção da linguagem para realizar as representações convenientes ao caso. É nesse momento em que se realizam operações de análise e de síntese, que alguns dados são priorizados em detrimento de outros. No entanto, diversamente da análise e da síntese, com base na contigüidade do texto, consideramos que no SIDM tais operações são realizadas por meio da representação por conversão¹³⁹, usando-se mecanismos de equivalência no processo de estruturação temática¹⁴⁰.

Segundo Foskett os temas ou assuntos são encontrados na coleção de documentos existentes. A especificidade informativa advém deste núcleo de documentos. Para este autor a linguagem de indexação é "um sistema para a designação de assuntos" (FOSKETT;1973:40). Assim, em primeiro lugar, especifica-se os assuntos de que tratam os documentos, e, em segundo lugar os assuntos compostos, combinados no momento da indexação (pré-coordenadas) ou no momento da busca (pós-coordenadas)¹⁴¹. Foskett alerta para as variantes que dificultam uma precisão das especificações dos assuntos, e ressalta que estes devem ser enunciados e apresentados na forma de um vocabulário e uma sintaxe (FOSKETT;1973:34, 35 e 40).

2.2 Aspectos práticos

Vejamos o que ocorre com as variantes temáticas das coleções do MAV. Ressaltamos que essas coleções são ricas em elementos para o exercício da comparação de aspectos anatômicos, numa mesma espécie animal ou entre espécies diferentes. Conceitualmente, as coleções seguem o objetivo geral da Anatomia - de exploração da forma, estrutura e função dos organismos vivos e suas partes. Segundo Nickel, a Anatomia Veterinária é um ramo da Morfologia que não visa simplesmente à dissecação ou o desmembramento dos corpos mortos, mas às correlações e relações harmoniosas das diferentes partes do organismo vivo (NICKEL *et alii*; 1986:1). Nesse sentido, não há preocupação com aspectos patológicos, mas com a apresentação das condições normais desses organismos.

A problemática configura-se a partir do momento em que, pela heterogeneidade das peças anatômicas, vêm à tona complexos problemas de descrição, criando uma multiplicidade de abordagens, com a necessidade de remissivas capazes de inserir tal multiplicidade em uma ou mais categorias. Já quanto à relação com os sistemas de noções, as coleções encontram-se relacionadas ao menos a duas áreas: a Biologia e a Medicina Veterinária. Já do ponto de vista disciplinar relacionam-se à Anatomia Veterinária, abordada sob os aspectos da Anatomia Descritiva (que considera as particularidades do organismo observando elementos isolados) e da Anatomia

¹³⁹ Segundo Greimás *et alii*, o lingüista dinamarquês L. Hjelmslev emprega o termo **conversão** para explicar que um estado de língua não é uma estrutura estática, mas comporta também um aspecto dinâmico, o de transformações. Para os autores toda conversão deve ser considerada, ao mesmo tempo, como uma equivalência e como um aumento de significação (GREIMÁS *et alii*; 1998:86-87).

¹⁴⁰ Para a identificação do tema, Maria de Fátima Tálamo considera-o como (no caso de resumos que devem ser contíguos ao texto) "um conjunto de indicações agrupadas por generalidades", deve responder às seguintes questões: Quem (ser), O quê (tema), Como (modo), Onde (lugar) e Quando (tempo). Afirma Kobashi, que "O quê" é essencial como elemento nuclear da estrutura temática, no caso da indexação (KOBASHI; 1994:108,110,111, 120 e 122).

¹⁴¹ Ver VALE, E. (1987) :12.

Topográfica (que observa as peças anatômicas por região e, assim, contextualizando-a no organismo inteiro).

Uma outra questão é o que considerar todo/parte numa coleção dessa natureza, pois, diverso do animal vivo (o indivíduo ou o "todo"), o animal processado como peça anatômica pode ser visto como "parte" (um fragmento). Porém, em geral, a peça anatômica a ser exposta num museu passa por um processo de preparação. Esse estatuto depende da aplicação de técnicas anatômicas, por isso podemos considerar tal peça um "artefato anatômico" - uma produção humana - decorrente de uma transformação pela intervenção e preparo técnicos. Tais intervenções visam ressaltar e apresentar um ou mais aspectos específicos da estrutura do animal, evidenciando assim um ângulo particular de interesse médico veterinário ou científico. Para que isto possa ser executado, o "preparador" de peças anatômicas deve escolher aquela técnica que melhor se adapta para evidenciar o que se deseja explorar. Existem várias técnicas conhecidas e utilizadas, e os pesquisadores continuam desenvolvendo outras, conforme suas necessidades. A técnica faz aflorar uma estrutura determinada, e por vezes a peça anatômica "remete" a algo não mais presente.

Exemplo de técnica utilizada no preparo das peças expostas no MAV.

O processamento de diafanização - evidencia por transparência



nº 1



nº 2



nº 3



nº 4

Etapas do processamento da técnica de diafanização que evidencia por transparência, neste caso, artérias e veias do coração de um animal (cão).

Observe-se:

- nº 1 - isolamento e canulação;
- nº 2 - injeção de látex;
- nº 3 - preenchimento das cavidades para manutenção da forma e,
- nº 4 - colocação em álcool absoluto para desidratação.

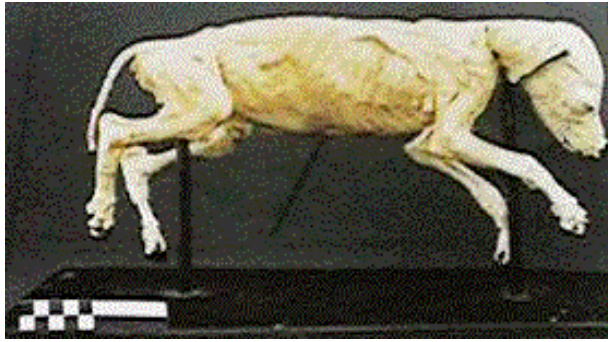
Aula de Técnicas Anatômicas
FMVZ/USP
1998



Após a desidratação completa, a peça é colocada em solução definitiva, que tem fórmula química que torna os tecidos diáfanos.

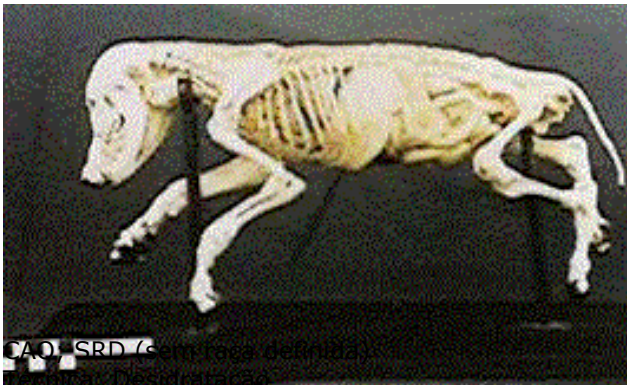
- nº 5 - Peça anatômica similar em exposição no MAV.

Desta feita, o termo "peça anatômica" é amplo, podendo englobar desde artefatos que mantiveram o animal em seu todo até partes isoladas, que por vezes perderam a forma original, como ilustramos abaixo:



Nesta peça anatômica manteve-se uma maior noção de conjunto.

Vista lateral D (direita)¹⁴²



Vista lateral E (esquerda)

143

Preparador: Rafael de Vuono



Ave taxidermizada que tem pela técnica sua aparência externa preservada, porém do seu interior foram retirados todos os órgãos internos, inclusive a estrutura óssea, substituídos por uma massa plástica e estrutura metálica.

Nome Vulgar: Frango D' água
 Ordem: Gruiformes
 Família: Rallidae
Porphyrio martinicus martinicus
 (Linnaeus 1766)
 Técnica: Taxidermia

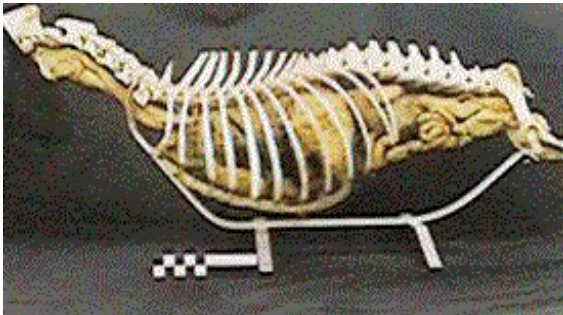
¹⁴² Para a anatomia o animal é dividido em planos: ventral, dorsal, cranial, caudal, lateral D (direito) e lateral E (esquerdo).

¹⁴³ Escala de 5 cm



Esqueleto de cão (SRD)
Técnica: Maceração
Preparador: Raimundo de S. Leal.

Técnica de maceração através da qual são retiradas todas as estruturas moles, evidenciando-se a estrutura óssea de um animal.



Vista lateral E

Esta peça sofreu dois processos técnicos: a maceração, que evidencia parte do sistema ósseo, e a desidratação que manteve a forma dos órgãos internos.



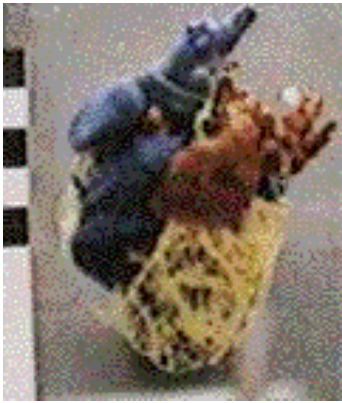
Vista lateral D



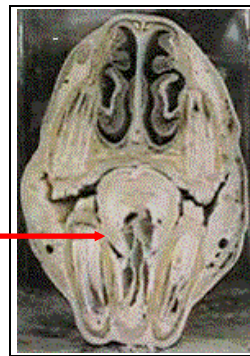
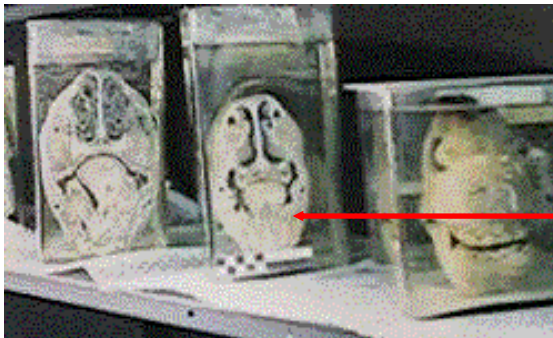
Coração de Baleia Mink
Técnica: Dissecção e Fixação

Temos aqui um **órgão isolado** - um coração -.

A evidência está para os grandes vasos do sistema circulatório.



Nesta peça (um coração de cão), observa-se os resultados da técnica de corrosão. As partes moles do órgão foram corroídas, restando como evidência as artérias e veias que foram injetadas com látex.



Seqüência de cortes transversais da cabeça de um Eqüino
A evidência está, na peça isolada, para as modificações das conchas nasais em seus diversos segmentos ao longo do nariz.

No que diz respeito ao modo de classificar as peças acima, a questão que se coloca é como indexá-las, pois sem deixar de lado o suporte, serão as evidências (o conteúdo) - resultado da aplicação de técnicas anatômicas - aquelas demonstrativas de um aspecto anatômico particular deliberadamente procurado. Observe-se a dificuldade em dissociar o suporte do conteúdo em termos de análise da peça anatômica, tal como para outros objetos de museu, o que nos leva a confirmar as múltiplas possibilidades de combinar essas variáveis que se apresentam. Isto equivale a dizer que, sem um arranjo dessas variáveis, tende-se a se perder dados significativos sobre o contexto particular das peças e, por extensão das coleções do MAV. Parece-nos que os problemas para a organização da informação sobre tais coleções vão além da necessária etapa de identificação e descrição dos itens, mas estabiliza-se na conjugação das variáveis para a indexação.

Para fins de compreensão, dividimos a problemática acima apresentada em três grupos de variáveis, ainda que, na prática, elas possam estar sobrepostas, denominando-as de variáveis "classificadoras", "de evidência" e "denominativas".

□ **Classificadoras:** referem-se à inserção da maioria das peças anatômicas em pelo menos duas classificações consagradas:

- **biológica** (classificação taxonômica) e,

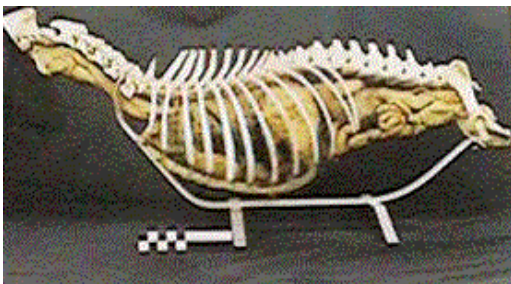
- **morfológica** por sistemas orgânicos. A classificação taxônomica rege a divisão do mundo animal¹⁴⁴, e qualquer um de seus membros está a ela submetida. Os sistemas orgânicos¹⁴⁵, determinados basicamente pela fisiologia (funcionamento), subdividem-se em aparelhos (ou sistemas), por sua vez formados por conjuntos específicos de órgãos. Essas duas classificações interessam para a referência da procedência do animal e para evidenciar as particularidades que cada espécie possui.



Um esqueleto de cão classificado pela taxonomia do reino animal:

Reino Metazoa
 Filo Chordata
 Classe Mammalia
 Ordem Carnivora
 Família Canidae
 Gênero *Canis*
 Espécie: *Canis familiaris*

□ **De evidências** - as peças anatômicas evidenciam um traço distintivo - um aspecto primordial - a ser registrado porque é dado especializado. Como já sublinhamos a intervenção da técnica anatômica torna presente uma estrutura em particular. No entanto, essas estruturas não encontram-se isoladas, necessitando de um lado de descrição dirigida para o detalhe, ao mesmo tempo em que aponta para a relação de vizinhança deste detalhe para com as regiões anatômicas. São simultaneamente um fato isolado (Anatomia Descritiva), e ponto de referência para o contexto (Anatomia Topográfica).

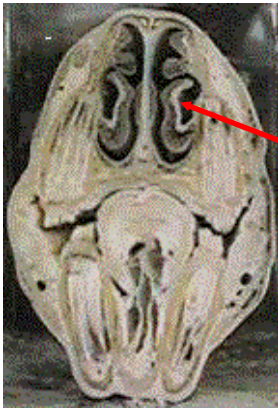


Esqueleto onde a evidência está nos órgãos internos da cavidade torácica e abdominal, mostrando a relação de sintopia (vizinhança de um órgão com os outros), e esqueletopia (vizinhança dos órgãos com o esqueleto).

□ **Denominativas** - para nominar as partes dos organismos, seus detalhes e regiões, utiliza-se da *Nomina Anatomica Veterinaria*. Nesta obra específica, que rege essa nomenclatura encontra-se a denominação das estruturas separadas em sistemas, o que nos favorece na busca dos nomes científicos utilizados. Porém, embora a N.A.V. nos dê com precisão o nome de todas as estruturas presentes na peça, não apresenta uma maneira de denominar-se o conjunto como um todo. Em decorrência, para denominar a peça seleciona-se um detalhe, que foi evidenciado pela técnica.

¹⁴⁴ Baseia-se em relações de parentesco, em similaridades anatômicas, fisiológicas (de função) e comportamentais, genéticas e bioquímicas (AMABIS *et alii*; 1990:152).

¹⁴⁵ Os sistemas são; digestivo, circulatório, respiratório, locomotor, nervoso, endócrino, urogenital.



Pela *Nomina Anatomica Veterinaria* esta peça seria classificada pelo detalhe, ou evidência, neste caso as *conchae nasalis* (conchas nasais). Porém, enquanto unidade este é um corte transversal de cabeça de Equino.

2. 3 Terminologias da área de Medicina Veterinária

Recorremos às terminologias da área de Medicina Veterinária com dois propósitos: o primeiro foi observar como se encontram articulados os termos para expressar a relação entre a Anatomia Veterinária (disciplina) e a Medicina Veterinária (área de conhecimento), o segundo, foi pesquisar a aplicabilidade ou não dos descritores selecionados nesses instrumentos, para um eventual levantamento e coleta de termos. Para isso nos utilizamos da nomenclatura da *Nomina Anatomica Veterinaria* (N.A.V.), cuja finalidade básica é a de fornecer a denominação padronizada das diferentes partes e órgãos, o - Cabeçalhos de Assunto da Veterinária (1981) - , e o CAB Thesaurus (1990).

2.3.1 *Nomina Anatomica Veterinaria* (N.A.V.)¹⁴⁶

Antigamente os nomes de muitas estruturas tinham as denominações regionalizadas segundo a nação, ou eram epônimos, sendo o mesmo órgão associado a diferentes nomes. Desde 1895¹⁴⁷ houve esforços para unificar a nomenclatura anatômica. A *Nomina Anatomica Veterinaria* (N.A.V.) nasceu da necessidade de um consenso sobre a nomenclatura dos aspectos anatômicos veterinários, distinguindo-os da anatomia humana.

Regida por princípios e regras¹⁴⁸, restringe-se os animais domésticos a algumas espécies de mamíferos, como os suídeos, bovídeos, ovídeos, caprídeos e equídeos¹⁴⁹. Procura dar conta de particularidades quanto às estruturas anatômicas que compõem cada órgão. Na introdução, há

¹⁴⁶ 4a. ed. 1994 *World Association of Veterinary Anatomists*, preparada pelo *International Committee on Veterinary Gross Anatomical Nomenclature*, autorizado pela *Eighteenth General Assembly do 1994 World Association of Veterinary Anatomists*, Gent (Belgium), 1992.

¹⁴⁷ Em 1895 havia a *Basel Nomina Anatomica* (B.N.A) nomenclatura não aplicável aos animais domésticos, uma vez que os nomes de direção era baseados na posição ereta do corpo humano. Posteriormente em 1923 a *American Veterinary Medical Association* publica a *Nomina Anatomica Veterinaria* baseada na B.N.A, lista sem aceitação internacional; uma revisão da B.N.A., foi preparada por anatomistas germânicos entre 1923 e 1935, adotada pelo *Anatomische Gesellschaft* (em, Jena) e publicada em 1936.

¹⁴⁸ São em número de sete princípios: **1** cada conceito anatômico deve ser designado por um termo simples; **2** cada termo deve ser em Latim na lista oficial, mas os anatomistas de cada país são livres para traduzir os termos em Latim na linguagem de instrução (*language of instruction*); **3** cada termo deve ser o mais curto e simples possível; **4** os termos devem ser fáceis de serem lembrados e devem ter acima de tudo valor instrutivo e descritivo; **5** estruturas que são proximamente relacionadas topograficamente devem ter nomes similares; **6** Adjetivos devem ser opostos como maior e menor, superficiais e profundos, e **7** termos derivados de nomes próprios não devem ser usados.

¹⁴⁹ Há uma nomenclatura própria para Aves.

uma citação alertando para o fato de que a ausência de outras espécies, isso não significa que tais estruturas não se estejam presentes em todos os animais domésticos, aquáticos ou silvestres. A N.A.V. é específica, cuidando das denominações das estruturas anatômicas, não incluindo o nome das técnicas de preservação e conservação (técnicas anatômicas), e quanto à classificação taxonômica restringe-se somente a algumas espécies domésticas. A função da *Nomina* explicita o valor instrutivo e descritivo como seu maior objetivo.

2.3.2 Cabeçalhos de Assunto em Veterinária (1981)

O *Cabeçalhos de Assunto em Veterinária* (1981)¹⁵⁰ originou-se do *Commonwealth Agricultural Bureau*, é uma obra de referência, apresentada alfabeticamente em índice bilíngüe português-inglês/inglês-português, dividida em 3 volumes¹⁵¹. Apresenta os critérios selecionados para a tradução, os de numeração, referências cruzadas e sinônimos, métodos de uso e abreviaturas.

Para uso na indexação das peças anatômicas, o Cabeçalho se torna redundante à N.A.V. no tocante à classificação taxonômica para algumas espécies que ambas abordam (ex. bovídeos, canídeos, suídeos, equídeos, caprídeos, ovídeos e felídeos), e na divisão dos segmentos componentes do corpo. Mas é limítrofe, uma vez que não vai além dessas classificações abrangentes, deixando ao largo as especificidades de cada sistema, órgão e estrutura, que, como vimos, são evidências surgentes nas peças anatômicas.

2.3.3 CAB Thesaurus (2a. edição 1990)

Esse tesouro foi elaborado pela CAB International (CABI), e pela *National Agricultural Library* (NAL) e pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, para indexar registros bibliográficos para os bancos de dados do CAB ABSTRACTS e AGRICOLA¹⁵². Destinado a usuários especializados, como pesquisadores, cientistas da informação e bibliotecários, seu escopo básico é a Agricultura. Não há uma entrada específica para Medicina Veterinária, subentendendo-se que, de certa forma, ela subordina-se à Agricultura. No entanto, há entradas para algumas espécies animais, como Equínos, correlacionando-as a doenças e patologias; animais de criação para a produção (*animal husbandry*), comportamento, métodos de criação, nutrição, parasitologia e outros. Assim, contempla algumas áreas vinculadas à Medicina Veterinária, que, de certa forma assumem importância no tocante aos animais de produção e melhoramento animal.

Quanto à Anatomia propriamente dita, está vinculada de forma ampla à Biologia e, além da anatomia animal, há entrada para termos como a anatomia das plantas, sementes e madeiras. Relacionando-se especificamente com a Anatomia dos animais, observamos que há termos para

¹⁵⁰ Trabalho traduzido e adaptado por Maria Luiza Rigo Pasquarelli e Ana Maria Silveira Barone, para a FMVZ/USP, com apoio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Departamento de Informação e Documentação (EMBRAPA), contou no período de sua elaboração com assessoria dos seguintes docentes da FMVZ: Dr. Eduardo H. Birgel, Dr. Antonio Fernandes Filho; Dr. Flávio Prada; Dr. Jose Cesar Panetta e Dr. Omar Miguel (CABEÇALHOS DE ASSUNTO EM VETERINÁRIA; 1981)

¹⁵¹ No 1o. volume os Cabeçalhos apresenta arranjo alfabético em português, seguido dos termos em inglês; no 2o. volume os termos em inglês, em ordem alfabética, seguido dos números do índice classificado e os termos em português; no 3o. volume um índice classificado contendo os termos em inglês, a classificação e os termos em português.

¹⁵² Baseou-se na ISO 2788:1986 = BS 5723:1987.

partes do corpo (*body parts*)¹⁵³ e regiões do corpo¹⁵⁴. Técnicas de preservação aparecem em termos de química, corrosão, preservativos e ácidos, que podem estar associados ao preparo, conservação e preservação de alimentos de origem animal.

Observa-se assim, que cada linguagem privilegia um ponto de vista, e no que compete à nomenclatura anatômica ambos seguem a N.A.V. Assim, para o SIDM a ser aplicado ao MAV necessita-se do estabelecimento de uma linguagem que atenda a objetivos específicos.

3. Um ensaio

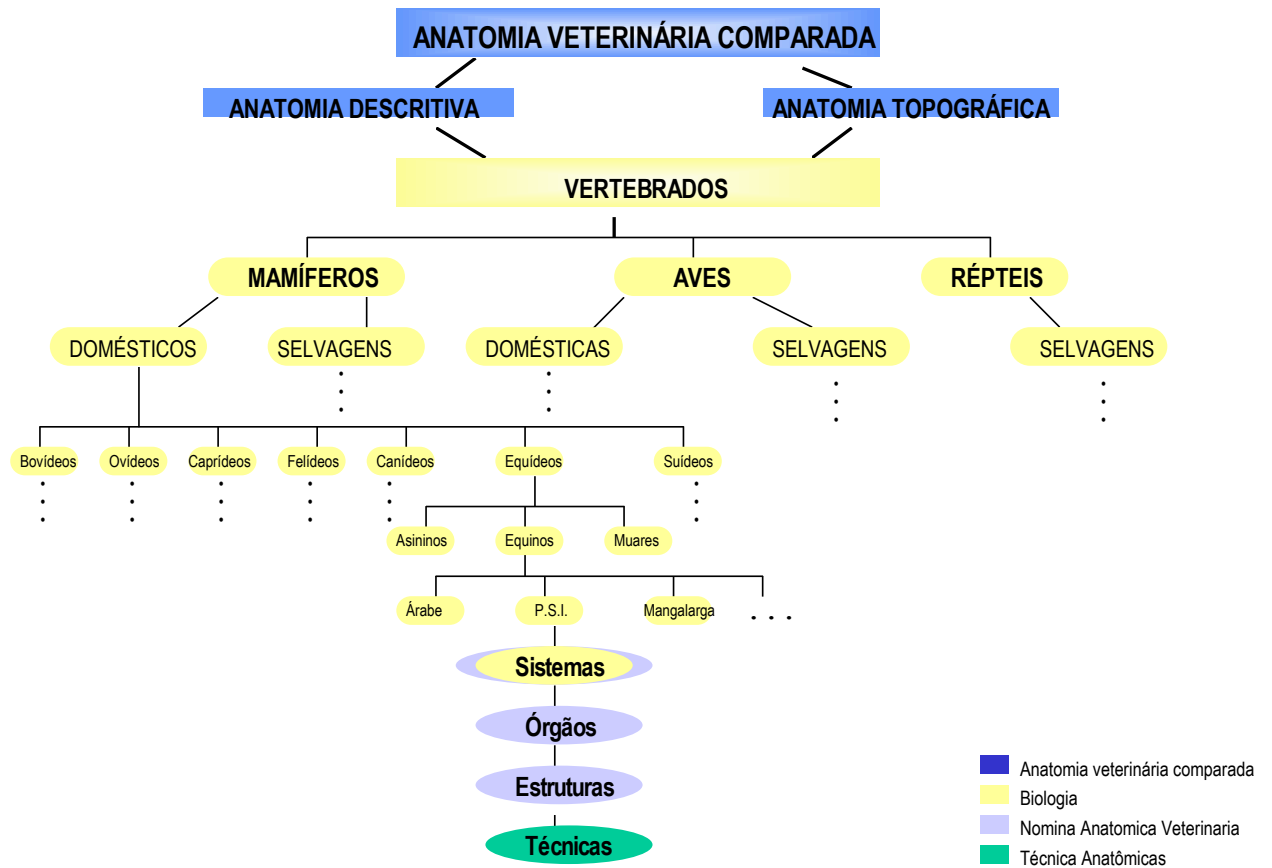
No caso das peças anatômicas do MAV percebe-se que, o núcleo básico de dados, é formado pela descrição da peça como entidade anatômica e suas particularidades, que a aplicação de técnicas evidenciou. Assim, peça e técnica encontram-se imbricadas naturalmente. A informação associada será determinada a partir da peça anatômica (o documento), nas suas relações com as regiões anatômicas, do animal/ambiente - fator de alteração das estruturas anatômicas e sua função - e do contexto anatômico veterinário, como indicativos para o estabelecimento dos conteúdos e temas¹⁵⁵.

Para o SIDM do MAV entendemos que as peças anatômicas estão vinculadas a dois campos notionais básicos - a Anatomia Veterinária e a Biologia -. Numa estrutura decrescente, selecionamos como ápice de uma escala vertical a Anatomia Veterinária Comparada, e num segundo nível a Anatomia Descritiva e a Anatomia Topográfica, e no terceiro nível a Biologia. Nesse patamar biológico insere-se a classificação taxonômica do reino animal, cujas denominações subordinam-se a área da Biologia. Em seqüência os sistemas, órgãos e estruturas, cuja denominação é dada pela N.A.V. As técnicas anatômicas localizam-se no último estrato dessa hierarquia, com denominação atribuída pela tradição. O esquema abaixo visa ilustrar essa composição:

¹⁵³ Entram como termos específicos: cavidades do corpo, sistema cardiovascular, sistema digestivo, sistema endócrino, sistema excretor, glândulas [animal], tegumento, partes da boca, sistema músculo-esquelético, sistema nervoso, sistema neurosecretor, sistema respiratório, órgãos do sentido, esporas [de aves domésticas] e sistema urogenital.

¹⁵⁴ Abdômem, costas, ventre, cabeça, membros, lombo, pescoço, períneo, garupa, lados, cauda, tórax - se aproximam dos termos zootécnicos, utilizados na linguagem da Medicina Veterinária.

¹⁵⁵ Ver gráfico sobre a proposta de informação associada para o MAV no CAP II, item 3.1.1.



Lembramos que para o SIDM e a linguagem documentária (LD), na forma de índice que o aciona, importa *a priori* a explicitação das áreas as quais as coleções se referem, o que equivale dizer, da organização do sistema nocional que o norteará. No caso das áreas de conhecimento em questão (Anatomia Veterinária e Biologia), a nomenclatura opera como conceitos pré-existentes, ou seja, tratam-se de denominações estabelecidas *a priori*.

3.1 Sistema nocional para as coleções do MAV

Vale lembrar que a “todo e qualquer campo de conhecimento corresponde um conjunto de noções que lhe é próprio” (CINTRA *et alii*; 194:35). Para delinear o campo nocional, levam-se em conta as relações hierárquicas e não-hierárquicas e alguns tipos característicos de relações semânticas como as relações genéricas, as relações específicas, e as relações partitivas e seqüenciais (tipo não-hierárquico) (CINTRA *et alii*; 1994: 36 a 37).

Considera-se, no presente caso, a presença de três princípios de organização do campo nocional:

Campo Nocional**Princípios de organização**

Anatomia Veterinária



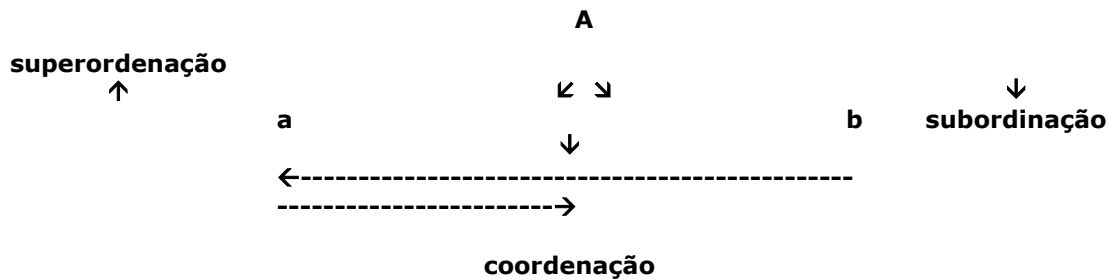
Biologia

\ nome anatômico da peça \ *Nomina Anatomica Veterinaria*

\ classificação taxonômica

\ sistemas orgânicos

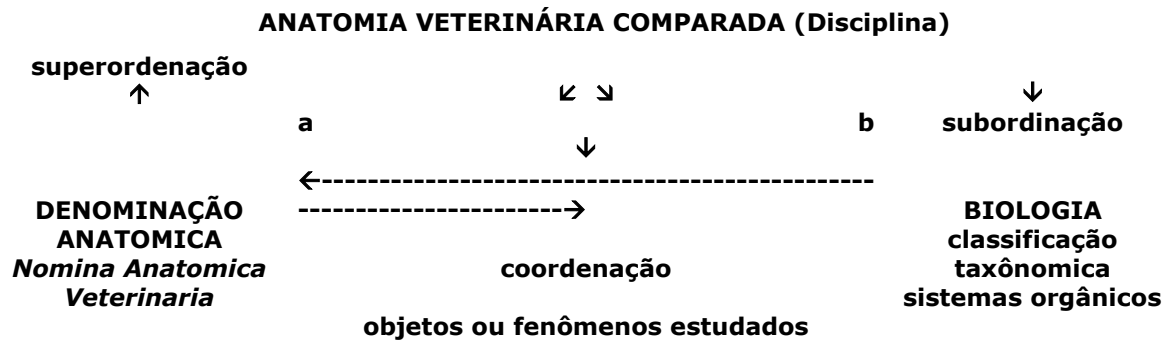
A definição¹⁵⁶ de sistema nocional implica na presença de relações entre as noções, mas situa a noção à medida que tem sua posição fixada no interior do sistema. Lembre-se que esta junção é somente um ponto de vista possível, portanto, nem único ou absoluto. A expressão documentária dessas relações é dada por relações hierárquicas e relações não hierárquicas, que levam em conta ordem e subordinação, tal como no esquema que abaixo reproduzimos (CINTRA *et alii*; 1994:36). Trata-se de uma questão de níveis hierárquicos em que a ordem (A) geral, pode ser subdividida em noções subordinadas (a e b).



Reprodução de Esquema de relações hierárquicas (CINTRA *et alii*, 1994:37)

Para as coleções do MAV percebe-se dois sistemas nocionais em relação constante entre a peça anatômica e a Anatomia Veterinária, e entre esta e a Biologia. Essa relação deve estar explícita na identificação da peça, sendo que a relação hierárquica (geral/particular) de subordinação se estabelece a partir do ponto em que, a Anatomia Veterinária Comparada é selecionada como vértice do processo. Nesse sentido temos:

¹⁵⁶ Um sistema nocional é um "conjunto estruturado de noções que refletem as relações estabelecidas entre as noções que o compõem e no qual cada noção é determinada pela sua posição no sistema" (ISO 1087 apud CINTRA *et alii*, 1994:35).



O que nos daria, num exemplo, a seguinte notação indicativa do campo nocional:

Denominação Anatômica + Classificação taxonômica + sistema orgânicos

A partir da primeira relação hierárquica estabelecem-se outras relações que vão das semelhanças para as diferenças, “apurando” assim o sentido do termo (s) a ser(em) utilizado(s), representando as relações entre a peça anatômica e campos nocionais interrelacionados ao objeto. Entre essas relações citam-se as:

- genéricas (com base na identidade parcial do conjunto de características das noções superordenadas e subordinadas) e,
- específicas (como uma característica a mais, que as diferencia das anteriores)¹⁵⁷.

Entendemos como um tipo de relação não-hierárquica,¹⁵⁸ com base no fato de que essas não se submetem a uma hierarquia, mas apresentam em si uma dependência (de contigüidade espacial ou temporal) (CINTRA *et alii*; 1994:40), as técnicas anatômicas, uma vez que não há a constância na relação entre uma técnica específica associada a um órgão específico.

Exemplo:

Relação não-hierárquica

Ação (Técnica)	Produto (Resultado)
Corrosão	→ • evidência de vascularização
Diafanização	→ • evidência de estruturas por transparência.
Formolização	→ • evidência da estrutura, conservando a forma total.
Maceração	→ • evidência de estruturas ósseas, outras.

¹⁵⁷ Para o detalhamento das relações VER CINTRA *et alii*; 1994.

¹⁵⁸ “As relações não-hierárquicas (...) definem-se de forma negativa. Afirma-se que elas recobrem o conjunto de relações que não são passíveis de serem descritas como hierárquicas”. São também chamadas de “relações seqüenciais” impostas entre, por exemplo, noções de causa e efeito (CINTRA *et alii*; 1994:39 e 40).

Exemplo de notação:

TÉCNICA ANATÔMICA

CORROSÃO

DIAFANIZAÇÃO

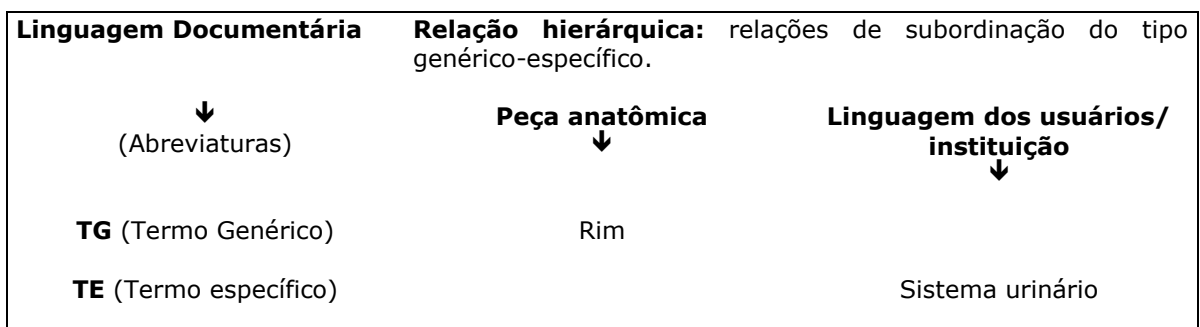
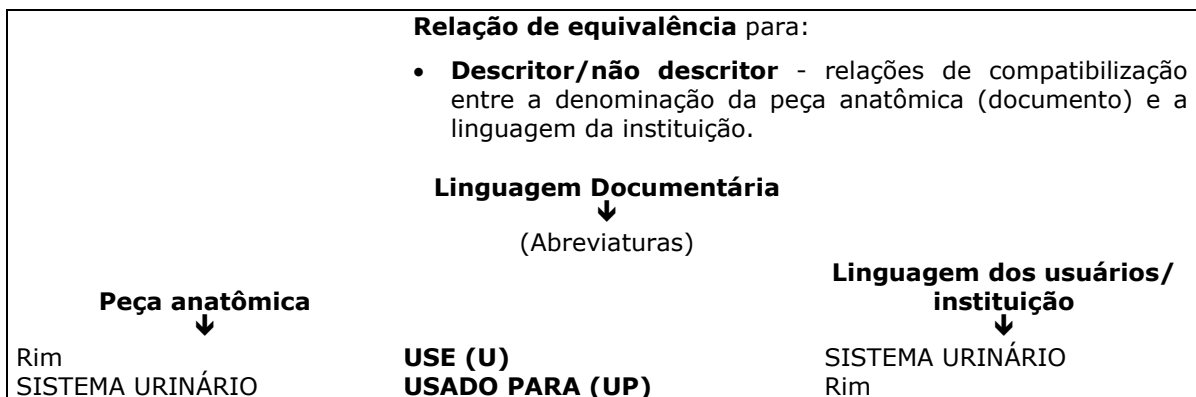
FORMOLIZAÇÃO

MACERAÇÃO

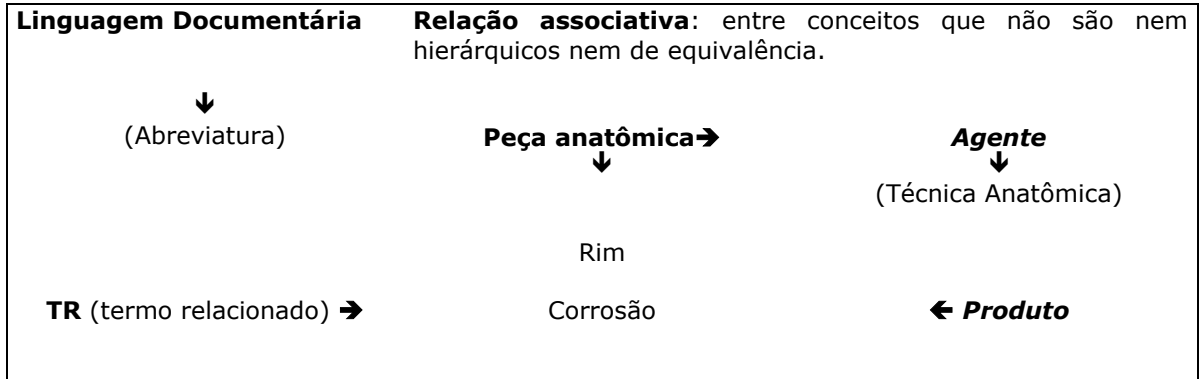
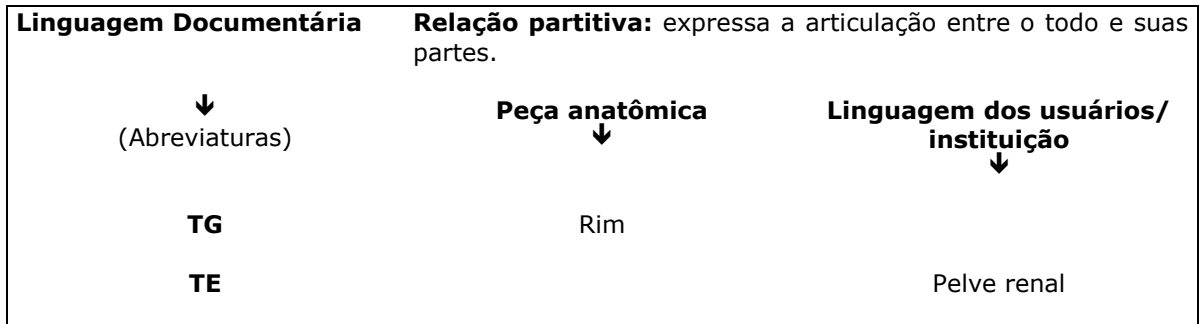
3.2.1 Para a organização de uma linguagem de recuperação da informação

Uma vez delimitado o campo nocional, segue-se o estabelecimento de novas relações para compor a linguagem controlada ou linguagem documentária propriamente dita. Em decorrência da normalização das nomenclaturas presentes no campo nocional (Anatomia Veterinária e Biologia), há menor risco da ocorrência de fenômenos como a polissemia e a ambigüidade, uma vez que tais nomenclaturas têm sua significação determinada. As unidades de informação (descritores) - chaves de acesso ao sistema¹⁵⁹ - são organizadas por meio de vários tipos de relações semânticas como as relações de equivalência, as relações hierárquicas, as relações partitivas e associativas.

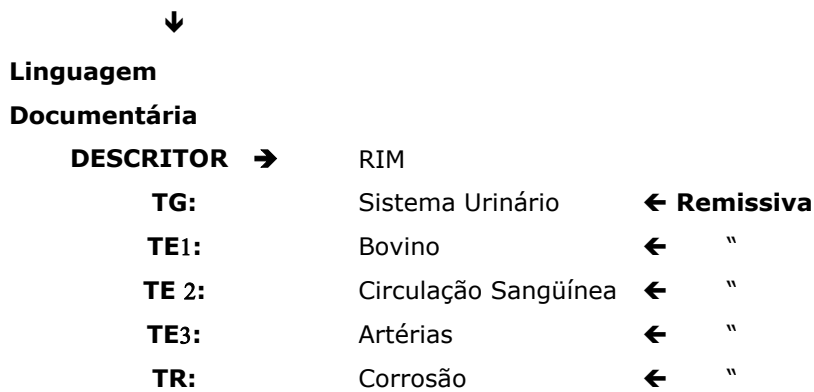
Apresentamos como exemplo de organização dessas relações:



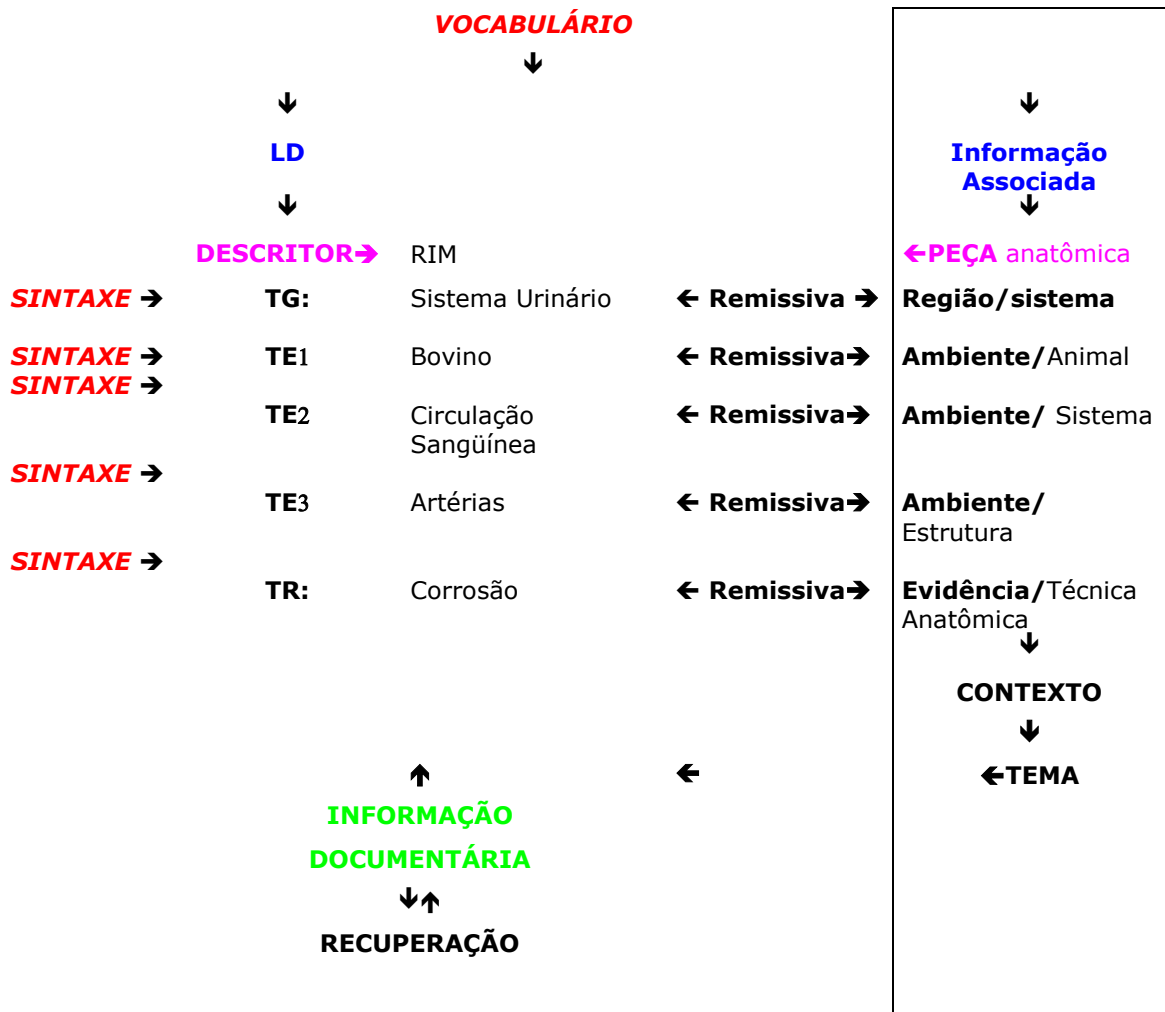
¹⁵⁹ CINTRA *et alii* ; 1994:34.



Uma vez selecionadas as relações e devidamente quantificadas, procede-se a sua organização, como no exemplo abaixo:



Associando essas relações a nossa proposta de Sistema de Informação Documentária de Museus, teríamos o seguinte circuito para a produção de informações documentárias:



Entendemos que os exemplos acima apresentados - um ensaio - são propostos como um exercício. O universo nocional a ser desdobrado, no caso do acervo do MAV, encontrará a nosso ver sua aplicabilidade efetiva a medida que as várias relações lingüísticas possam ser construídas e convenientemente testadas. Ressaltamos que, em se tratando de um universo especializado, uma tarefa de tal monta poderá ser elaborada somente com a contribuição de profissionais das diversas áreas envolvidas: médicos veterinários, biólogos e documentalistas. Como diz Marilda Lara, um trabalho interdisciplinar.

A documentação de museus caracteriza-se como uma ação de **introversão** realizada no âmbito dessa instituição, que opera e coopera no escoamento das informações extraídas a partir do objeto, e que assim é ativa no processo de comunicação museológica.¹⁶⁰ Nossa premissa foi a de que a partir do processamento adequado da documentação de museus podemos auxiliar na transformação de coleções em acervo. Esse processamento tem como base a noção de organização da informação, na medida direta em que há ações documentais de museus acrescidas de ações documentárias.

O objeto material enquanto item de coleção de museus - elemento particular dessa instituição - submetido ao processamento da documentação específica de museu, por meio de operações também específicas de museu que são estipuladas por seu SDM (sistema de documentação de museu), conduz ao acesso do suporte material e a dados correlatos (dados sobre o objeto). Esses dados só podem ser transformados em registros através de notações escritas, uma transposição realizada pela Linguagem. A partir daí, em geral, estanca a atividade da documentação de museu.

No entanto, é neste momento que se tem a matéria-prima para a organização das informações. Desta forma, podemos dizer que é a Linguagem que constrói para a documentação de museu um elo **visível** entre o suporte silencioso e os dados "captados", mesmo que em termos de descrição¹⁶¹ seja difícil distinguir entre suporte e conteúdo.

No interior dos SDMs, tendo como ponto de partida o objeto, há um momento em que os caminhos documentais se bifurcam. Um deles segue em direção ao acompanhamento do suporte com a criação de fichas e referências de controle, até sua locação em reserva técnica ou exposição; o outro caminho leva para a organização da informação por meio do tratamento documentário. Nessa bifurcação crava-se o ponto distinto e delimitador das tarefas da documentação de museu, e o início das tarefas documentárias propriamente ditas. Ao SDM se acopla um processamento característico dos sistemas de informação em geral o que, em nosso caso, levaria à constituição de um SIDM - um sistema de informações documentárias de museu.

Nesse sentido, entendemos que a documentação de museus torna-se subsidiária direta da Documentação enquanto disciplina e da Ciência da Informação enquanto área, apesar do tipo de material e preocupações serem diferentes do suporte tradicional dessas - o texto. Para tanto baseamo-nos no conceito de musealização¹⁶² que amplia o sentido de documento/objeto propondo-o como suporte de informações. O fato é que, similarmente à decomposição do texto em busca de informações documentárias, o suporte/objeto exige tarefas de leitura, análise e síntese para que

¹⁶⁰ VIDE gráfico CAP I, item 3.2.

¹⁶¹ Isso porque, no caso de objetos de museu, muitas vezes não é possível descrever o objeto sem compreendê-lo, portanto sem efetuar uma análise do mesmo para reconhecer seu significado.

¹⁶² O conceito implica na extensão de documento às relações do homem com seu meio, sejam manifestações concretizadas em objetos ou não.

ocorra sua representação. Uma diferença que se estabelece é que nos textos científicos e técnicos há um “roteiro” relativamente previsível e observável em sua estrutura, já os objetos **de museu** só podem ser processados se articulados a áreas de conhecimento científicas e técnicas. Eles “contêm” informação, mas essa não se encontra evidente tal como num texto, e será um “fluído” intocável, caso não tenha na linguagem o seu suporte operacional. Trata-se de trabalhar com elementos de “tradução”, melhor dizendo de representação. Defrontamo-nos novamente com a linguagem para substituir o não-verbal, pois a plasticidade da linguagem permite, como afirma Maria Aparecida Baccega, permear os mais diferentes campos semiológicos (BACCEGA apud CINTRA *et alii*; 1994:9), entre eles o do objeto.

Mas não se trata apenas da extração de dados a partir do objeto em si, mas do contexto ao qual o objeto está associado. No caso do objeto de museu e aceitando-se a noção de informação associada, aquela ao redor do objeto, é gerado um volume significativo de dados, pois importa para essa instituição tanto a decodificação atual do suporte (o estado em que se encontra) como também o resgate de percursos pretéritos. A documentação de museus se alimenta de processos investigativos desenvolvidos pela pesquisa, deixando documentação e pesquisa próximas uma da outra. Lembramos que os acervos, naturalmente parciais, não ficam limitados à descrição de itens, mas agregam informações sobre a materialidade, histórico, ambiente e significados do objeto, entre outras possibilidades. Cria-se um estoque de informações naturalmente relacionado a áreas de conhecimento, cabendo à documentação a tarefa de organizá-las tematicamente. Parece-nos assim que não se trata portanto do tipo do suporte em questão, mas de metodologias *para o tratamento da informação* relativo a um dado suporte. Entre estoque (conteúdos) e área de conhecimento estabelece-se um ponto de contato por meio de temas que constituem a referência documentária da área. A codificação dos dados sobre os objetos em temas se estabelece tendo como ponto de partida o conjunto de noções de uma determinada área, ou áreas, ponto esse a partir do qual uma trama é tecida na construção de uma linguagem controlada.

Pragmaticamente, ao lidar com as coleções de peças anatômicas do MAV, partimos dos princípios da documentação de museus, estabelecendo registros básicos do sistema de documentação de museu (SDM). Comprovou-se a necessidade de uma linguagem de indexação para o tratamento e recuperação de informações sobre o acervo. Observamos que à heterogeneidade das coleções se somava o fato de que, apesar de ser um museu ligado às áreas de Anatomia Veterinária e Biologia, o vocabulário dessas áreas não dava conta nem da descrição nem da denominação dos objetos, uma vez que se constituem em artefatos anatômicos. O sentido de artefato implica na produção intencional, numa composição, e até mesmo em articulações do que por vezes são somente extrações de segmentos físicos de um corpo. Os vocabulários em questão lidam com indivíduos ou com sistemas orgânicos idealizados, por organizar a área de conhecimento, e não com aquelas composições ou montagens deliberadas. Assim, na coleção encontram-se combinações de sistemas, órgãos isolados com características ressaltadas, evidências negativas de vísceras, articulações parciais de órgãos e assim por diante. Tem-se portanto, um problema com a descrição das peças se consideradas somente do ponto de vista anatômico, pois a denominação anatômica normalizada não é suficiente para encará-las como produções, ou seja como artefatos plenos de particularidades. Além do mais que, como já observado, tais peças podem como artefatos podem conduzir a outros patamares de relações além da materialidade física. A questão do tratamento da

informação passa assim no MAV não somente pelo nome anatômico, retirado da *Nomina Anatomica Veterinaria*, mas por que modo a peça anatômica foi formada: qual o animal, qual a parte(s) extraída(s), quais as técnicas de preparação que a transformaram. Se tais variáveis refletem a escolha de dados, um outro patamar refere-se ao modo como eles serão organizados, ou seja, das regras de geração de informação documental, que formam o enunciado codificado para identificar e indexar a peça.

Tendo o campo nocional delimitado através de relações hierárquicas, criam-se possibilidades de remissivas no interior dos temas que esses campos representam. A linguagem controlada supõe operações de equivalência lexical por meio de relações semânticas, por sua vez também hierarquizadas de forma a compatibilizar, no caso do MAV, tanto as variáveis selecionadas aos campos nocionais como as denominações combinadas advindas das variáveis descritivas.

A Documentação torna-se meio para que o homem possa cuidar da preservação da memória coletiva e individual - Museus, Bibliotecas e Arquivos - empenham-se nessa tarefa. Espera-se que ela ao se confrontar com a maior perenidade das coisas, possa permanecer além de nosso esquecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS¹⁶³

- AMABIS, José Mariano, MARTHO, Gilberto Rodrigues. **Fundamentos da biologia moderna**. São Paulo : Moderna, 1990. 428 p.
- ALMEIDA, Adriana M. **A relação do público com o museu do instituto Butantan**: análise da exposição "Na Natureza não Existem Vilões". São Paulo, 1995. 171 p. Dissertação (Mestrado) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.
- AUBERT, Marcel. L'Ecole du Louvre. **Museum**. Paris, v. 1, p. 37-38, July. 1948.
- BELLOTO, Heloísa L. **Arquivos permanentes** : Tratamento documental. São Paulo : T.A. Queiroz, 1991.198 p.
- BOTALLO, Marilúcia. A gestão documental do patrimônio arqueológico e etnográfico. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 6, p. 287-292, 1996.
- CAB THESAURUS. London : British Lybrary, 1990. 1207 p.
- CABEÇALHOS DE ASSUNTO EM VETERINÁRIA. São Paulo : Universidade de São Paulo, Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
- CAMARGO, Ana Maria de A., BELLOTTO, Heloísa L. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo : Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, 1996. 142 p.
- CAMARGO-MORO, Fernanda. **Museus**: aquisição/documentação. Rio de Janeiro : Eça, 1986. 309 p.
- CAMERON, Ducan F. Musées, systèmes et ordinateurs. **Museum**, Paris : UNESCO, v.23, n. 1, p. 11-14, 1970.
- CAVALCANTI, Cordélia R. **Catálogo simplificado**. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1970. 135 p.
- CHENHALL, Robert G. **Museum cataloging in the computer age**. Nashville : American Association For State and Local History, 1975. 261 p.
- CIDOC - COMITÉ INTERNATIONAL POUR LA DOCUMENTATION. ICOM, v. 6, p. 34-36 , June/July. 1995.
- CINTRA, Anna Maria M., TÁLAMO, Maria de Fátima G.M., LARA, Marilda L.G., KOBASHI, Nair Y. **Para entender as linguagens documentárias**. São Paulo : Polis, 1994. 72 p.
- CINTRA, Anna Maria M., TÁLAMO, Maria de Fátima G.M., LARA, Marilda L.G., KOBASHI, Nair Y. Linguagens documentárias e terminologia. In : ALVES, Ieda Maria (Org.) **A constituição da normalização terminológica no Brasil**. São Paulo : Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1996. p. 17-22. (Cadernos de Terminologia, 1).
- COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo : Ed. Iluminuras, 1997. 383 p.
- COHEN, Diana M. **O consumidor da informação documentária**. O usuário de sistemas documentários visto sob a lente da Análise Documentária. São Paulo : 1995. 145 p. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Biblioteconomia e Documentação e Artes, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.

¹⁶³ Conforme ABNT-NBR - 6023

- COLE, F.J. **A history of comparative anatomy from Aristotle to the eighteenth century.** London : MacMillan, 1949. 524 p.
- DIDIO, Liberato J. A. **Sinopse de anatomia.** Rio de Janeiro : Editora Guanabara, 1974. 525 p.
- DIRECTORY OF THESAURI FOR OBJECT NAMES - Comitê Internacional para a Documentação (CIDOC) - ICOM, 1994.
- DUDLEY, Dorothy, WILKINSON, Irma B. **Museum registration methods.** Washington, D.C. : American Association of Museums, 1979. 437 p.
- DUNLOP, Robert H., WILLIAMS, David J. **Veterinary medicine: an illustrated history.** USA : Mosby-Yea, 1996. 692 p.
- ELISSEEFF, Vadime. Musées et ordinateurs. **Museum**, v. 23, n.1, p. 3-4, 1970/1971.
- FERREZ, Helena D., BIANCHINI, Maria H. **Thesaurus para acervos museológicos.** Rio de Janeiro : SPHAN, Fundação Nacional Pró-Memória, Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos. 1987. 480 p.
- FOSKETT, A. C. **A abordagem temática da informação.** São Paulo: UNB/Ed. Polígono , 1973. 421 p.
- FUNARI, Pedro P. A. **Arqueologia.** São Paulo : Ática, 1988. 85 p.
- GARDIN, Jean Claude. **Informática e arqueologia.** Lisboa : Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985. 91 p.
- GORDON, Richard. **A assustadora história da medicina.** Rio de Janeiro : Ediouro Publicações, 1996. 223 p.
- GOLDRATT, Eliyahu M. **A síndrome do palheiro.** Garimpando Informação num Oceano de Dados. São Paulo : Educator, 1996. 304 p.
- GOMES, Hagar E. (Coord). **Manual para elaboração de tesouros monolíngues.** Brasília : PNBIES, 1990. 78 p.
- GREIMAS, A., COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica.** São Paulo : Cultrix, 1995. 493 p.
- GUIA DE MUSEUS BRASILEIROS. São Paulo : Banco de Dados sobre Patrimônio Cultural, USP, 1996. 264 p.
- GUIMARÃES, José Augusto C. **Análise documentária em jurisprudência:** subsídios para uma metodologia de acórdãos trabalhistas brasileiros. São Paulo, 1994. 250 p. Tese (Doutorado) - Departamento de Biblioteconomia e Documentação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.
- HILDEBRAND, Milton. **Análise da estrutura dos vertebrados.** São Paulo : Atheneu, 1995. 700 p.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION - ISO 5963, 1985. 5 p.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION - ISO 1087, 1990. 17 p.
- KOBASHI, Nair Y. **A elaboração de informações documentárias:** em busca de uma metodologia. São Paulo, 1994. 195 p. Tese (Doutorado) - Departamento de Biblioteconomia e Documentação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.
- LA MUSÉOLOGIE SELON GEORGE HENRI RIVIÉRE. Paris : Dunod, 1989. 402 p.
- LACAZ, Carlos da Silva. **Ensaio médico-sociais.** (Série Vivências Médicas), São Paulo : Fundo Editorial Byk, 1986. p. 34-35. (O Centenário do Professor Alfonso Bovero (1871-1937)).
- LARA, Marilda L.G. **A representação documentária:** em jogo a significação. São Paulo : 1993. 133 p. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Biblioteconomia e Documentação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.

- LEITÃO, Dorodame M. A informação como insumo estratégico. **Ciência da Informação**. Brasília : CNPq, IBICT, FINEP, SEBRAE, CNI, Dampi, v.22, p.118-123, maio/ago. 1993.
- LEÓN, Aurora. **El museo**. Teoría, praxis y utopia. Madri : Cátedra, 1978. 378 p.
- LEWIS, Geoffrey D. Foreword. In : **Museum documentation systems: developments and applications**. LIGHT, Richard B, ROBERTS, Andrew, STEWART, Jennifer D (Org). London : Butterworths, 1986. p. V-VI.
- LIGHT, Richard, B, ROBERTS, Andrew, STEWART, Jennifer D. **Museum documentation systems: developments and applications**. London : Butterworths, 1986. 332 p.
- LOPES, Maria M. **As ciências naturais e os museus no Brasil no século XIX**. São Paulo : 1993. 361 p. Tese (Doutorado) - Departamento de História, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- LOURENÇO, M.C. F. **Museus acolhem moderno**. São Paulo : 1997. 312 p. (Livre Docência) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- MANUAL DE ANATOMIA VETERINÁRIA. 1992. 64 p. (Apostila do curso de Anatomia Veterinária, Disciplina de Anatomia).
- MALARO, Marie C. **A legal primer on managing museum collections**. Washington, D.C. : Smithsonian Institution Press, 1985. 351 p.
- MAXIMINIANO, Antonio C. A. **Teoria geral da administração**. Da escola científica à competitividade em economia globalizada. São Paulo : Atlas, 1997. 366 p.
- MEY, Eliane S. A. **Introdução à catalogação**. Brasília : Briquet Lemos/Livros, 1995. 123 p.
- MENESES, Ulpiano B. **Museus e sociedade/Museus e público: propósitos sem ilusões**. São Paulo : Universidade de São Paulo, s.d. 12 p. (mimeo).
- MENESES, Ulpiano B. **O objeto material como documento**. 1980. 16 p. (Reprodução de aula ministrada no curso "Patrimônio cultural: políticas e prespectivas", IAB, CONDEPHAAT).
- MENESES, Ulpiano B. **A exposição Museológica: reflexões sobre pontos críticos na prática contemporânea**. **Ciência em Museus**, Museu Paraense Emílio Goeldi, CNPq, Belém, Pará, v. 4, p. 103-120, out. 1992.
- MENSCH, Peter. **Museus em movimento**. Cadernos Museológicos. Rio de Janeiro: SPHAN, proMemória, Ministério da Cultura, 1989. p. 49-54.
- MUSEUM. Paris : UNESCO, v.23, n. 1, 1970/1.
- MUSEUM. **L'Unesco et l' Icom; trente-quatre ans de coopération**. Paris : UNESCO, v.22, n. 3, p. 154-162. 1980.
- NEVES, Walter. *Debates sobre a Conferência "A Exposição Museológica: reflexões sobre os pontos críticos da prática contemporânea"*, por Ulpiano Bezerra de Meneses. **Ciência em Museus**. Museu Paraense Emílio Goeldi, CNPq, Belém : Pará, v. 4, p. 124-125, out. 1992.
- NICKEL, Richard, SCHUMMER, August, SEIFERLE, Eugen, FREWEIN, Josef, WILKENS, Hemmut, WILLE, K-H. **The locomotor system of the domestic mammals**. Berlin : Verlag Paul Parey, 1986. 412 p.
- O ESPAÇO DA USP: presente e futuro**. São Paulo : USP; Prefeitura da Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira", 1985. 256 p.
- ODDON, Yvonne. **Elements de documentation muséographique**. Nigéria : Centre de Formation de Techiciens de Musées, 1968. 68 p.
- OLCINA, Paulette. Le Centre UNESCO-ICOM: la documentation au service du muséologue. **Museum**, v. 23, n.1, p. 59-60, 1970/1.

- OLCINA, Paulette. The development and coordination of museum documentation by international agencies. In: LIGHT, Richard (Org) **Museum documentation systems: developments and applications**. Cap. 30. p. 307-314, 1986.
- PEARCE, Susan. Thinking About Things. **Museum Journal**, v. 85, n. 4, p.198-201, Mar. 1986a.
- PEARCE, Susan. Objects as Signs and Symbols. **Museum Journal**, v.86, n.3, p. 131-135, Dec. 1986b.
- PEARCE, Susan. Objects in Structures. **Museum Journal**, v.86, n.4, p. 178-180, Dec. 1987a.
- POMIAN, Krzysztof. Coleções. In : **Memória e História**. Enciclopédia Einaudi, Lisboa : Imprensa Nacional,Casa da Moeda, 1984. v. 1. p.51-86 .
- PORTA, Eduard, MONTSERRAT, Rosa M, MORRAL, Eulália. **Sistema de documentación para museus**. Barcelona : Departament de Cultura de La Generalitat de Catalunya, 1982. 84 p.
- REAL, Regina M. **O museu ideal**. Tipografia da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais e do Centro Regional de Pesquisas Educacionais. 1958, 39 p.
- RICCIARDELLI, Eloise. **Curadoria, documentação e conservação em museus**. São Paulo : Museu de Arte Contemporânea, Universidade de São Paulo, 1982. 154 p. (mimeo).
- ROBERTS, Andrew, FINK, Eleanor E. **Terminology for user-friendly curators**. In TERMINOLOGY FOR MUSEUMS. United Kingdom : The Museum Documentation Association, Getty Grant Program, 1990. p. 3-6.
- RONDEAU, Guy. **Terminologie**. Paris : Eska S.A.R.L., 1988. 239 p.
- RÚSSIO, Waldisa. s/ título. In : **MuWop** - Interdisciplinarity in museology : ICOM, ICOFOM, 1982, n.2. p. 57-58. (Theme, 2).
- RÚSSIO, Waldisa. Texto III. In : **Produzindo o passado**. Estratégias de construção do patrimônio cultural. ARANTES, Antonio Augusto (Org) São Paulo : Brasiliense, 1984. 255 p.
- SAGER, Juan C. **A practical course in terminology processing**. Amsterdam : J.B.Publishing, 1990. 253 p.
- SALUM, Marta H.L. Termos classificatórios de arte africana nas coleções: um problema para os acervos museográficos no Brasil. In: **Dédalo**. São Paulo, 1988. v. 26. p. 43-60.
- SARASAN, Lenore. Why Museum Computer Projects Fail. **Museum News**, v. 59, n. 4, p. 40-49, 1981.
- SISTEMA NACIONAL DE DOCUMENTACION MUSEOLOGICA - **Proyecto**. Argentina : Secretaría de Cultura de la Nación/Dirección Nacional de Museos, s.d. 43 p.
- SMIT, Johanna. **O que é documentação**. 2. ed. São Paulo : Brasiliense, 1987. 83 p. (Coleção Primeiros Passos, n.174).
- SMIT, Johanna. A análise da imagem: um primeiro plano. In : **Análise documentária: a análise da síntese**. Brasília : MCT, CNPq, IBICT, 1987. p. 99-111.
- SMIT, Johanna. O documento audio visual ou a proximidade entre as três marias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 26. p. 81-85, 1993.
- SMIT, Johanna, MACAMBYRA, Marina M. **Tratamento de multimídia**. São Paulo : APB, 1997. p. 13. (Ensaio APB, n.40).
- SCHAER, Roland. **L'invention des musées**. Paris : Gallimard, 1993. 144 p.
- SCHREINER, Klaus. **Fundamentals of museology**. Waren : República Democrática Alemã, 1985. 95 p.
- SUANO, Marlene. **O que é museu**. São Paulo : Brasiliense, 1986. 101 p. (Coleção Primeiros Passos, n.182).

- TÁLAMO, Maria de Fátima G. M. **Linguagem documentária**. São Paulo : APB. 1997. p.12. (Ensaio APB, n.45).
- TERMINOLOGY FOR MUSEUMS. MDA, The Getty Grant Program, 1990. 420 p.
- TOMPSETT, D.H. **Anatomical techniques**. London : E.& S. Livingstone, 1956. p. 240.
- VALE, Eunídes A. do. Linguagens de Indexação. In : **Análise documentária: a análise da síntese**. Brasília : Grupo Temma, MCT,CNPq,IBICT, 1987. p. 12-26.
- WILL, Leonard. The indexing of museums objects. **The indexer**, v. 18, n. 3, p.157-160, Apr. 1993.
- WUSTER, E. **Introduction à la theory générale de la terminologie et la lexicographie terminologique**. Canadá : Quebec, Université de Laval, 1979. p. 156.